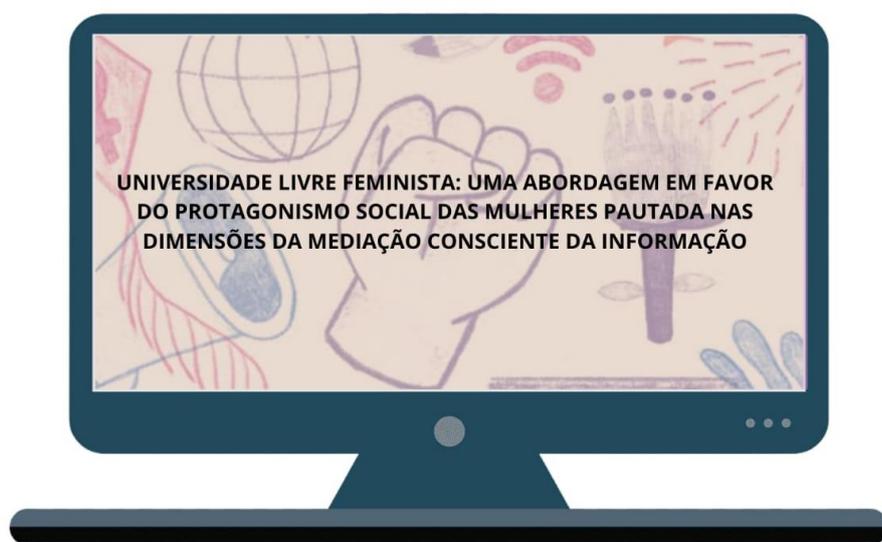




**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Joelma da Silva Oliveira



JOÃO PESSOA
2023

JOELMA DA SILVA OLIVEIRA

**UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA: UMA ABORDAGEM EM FAVOR DO
PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES PAUTADA NAS DIMENSÕES DA
MEDIÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização, acesso e uso da informação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gisele Rocha Côrtes.

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Central

048u Oliveira, Joelma da Silva.
Universidade Livre Feminista : uma abordagem em
favor do protagonismo social das mulheres pautada nas
dimensões da mediação consciente da informação / Joelma
da Silva Oliveira. - João Pessoa, 2023.
161 f. : il.

Orientação: Gisele Rocha Côrtes.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Mediação da informação - Conscientização
-Mulheres. 2. Protagonismo social - Mulheres. 3.
Feminismo. I. Côrtes, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(043)

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professor(a) Dr.(a) Gisele Rocha Cortes, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada digitalmente por mim e pelos demais membros, juntamente com os pareceres de avaliação da Tese e defesa de tese do(a) doutorando(a), devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 28 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
GISELE ROCHA CORTES
Data: 24/10/2023 19:29:02 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Gisele Rocha Cortes
Orientador(a)/Presidente (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
FELIPE SA BRASILEIRO
Data: 19/10/2023 14:58:24 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
GRACY KELLI MARTINS GONCALVES
Data: 18/10/2023 20:59:01 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA
Data: 19/10/2023 12:46:30 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Examinador(a) Externo(a) – UFBA



Profa. Dra. Sandra Raquel dos Santos Azevedo
Examinador(a) Externo(a) - UFPB

Profa. Dra. Izabel França de Lima
Suplente Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
JOELMA DA SILVA OLIVEIRA
Data: 24/10/2023 19:51:22 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Denise Braga Sampaio
Suplente Externo(a) - UFBA

Joelma da Silva Oliveira
Doutorando(a)

A cada uma das mulheres que contribuíram com esta pesquisa. E a todas as mulheres que, desacreditadas em alguma situação da vida, e são muitas as situações, não interrompem sonhos e ousam pensar e criar possibilidades pessoal e coletivamente para a transformação social.

O processo de empoderamento não pode ser definido de forma simplista de acordo com os interesses de nossa própria classe. Precisamos aprender a erguer-nos [umas às outras] enquanto subimos.

Angela Davis

O feminismo, como luta libertadora, deve existir à parte de e como parte de uma luta maior para erradicar a dominação em todas as suas formas.

bell hooks

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu agradecimento a Deus, porque acredito que no universo há uma força que nos guia diariamente, nos colocando à prova para crescermos em sabedoria e inspiração.

Agradeço aos meus pais, Maria e Joaquim, pelo amor incondicional e pela dedicação desde a minha infância, aspectos indispensáveis ao meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a minha tia Terezinha Silva, por ter sido minha segunda mãe quando vim morar em João Pessoa e, por extensão, a toda a minha família, pela credibilidade incondicional.

Agradeço a Joaquim (meu irmão amado) e a Kaline Vieira, pela paciência, incentivo e carinho desde o início do percurso.

Meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, especialmente ao corpo docente, por todos os conhecimentos compartilhados, contribuindo para o alcance de mais um degrau na escada do conhecimento.

Gratidão às (aos) colegas de trabalho da Casa Pequeno Davi e da Rede Margarida Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba, em especial a Rose Veloso (*in memoriam*), pela acolhida, pelo incentivo nessa caminhada e realização deste projeto.

Agradeço às (aos) colegas discentes, pela partilha de conhecimentos e pelas amizades ao longo do percurso e para além dele.

Agradeço a cada amigo e amiga que não economizaram em palavras de encorajamento, incentivando cada momento do processo.

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Prof^a Dr^a Gisele Rocha Côrtes, pelo acolhimento e direcionamento no processo de orientação, sobretudo pela sensibilidade e empatia, bem como pela confiança, muitas vezes em momentos que eu mesma tendia a desacreditar que seria possível chegar até o final.

Meu agradecimento com todo carinho à Universidade Livre Feminista, que acolheu o projeto de pesquisa, possibilitando mostrar a potência da sua atuação nesses treze anos, em especial a Cristina Lima, pela interlocução durante o processo de elaboração da tese.

Gratidão a todas as mulheres interlocutoras na pesquisa que, dispondo de tempo e afeto, me possibilitaram alcançar os objetivos almejados.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas), coordenado pelas professoras doutoras Gracy Kelli Martins e Gisele Côrtes, espaço de troca de conhecimento, companheirismo e afeto, ingredientes indispensáveis também na academia.

Agradeço à psicóloga Mayara Monique, por ter sido uma voz que me conduziu a entender melhor o meu lugar de fala.

Meus agradecimentos, por fim, às professoras Sandra Raquew, Gracy Kelli e, Leide Klebia e ao professor Felipe Sá Brasileiro pela composição da banca examinadora.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a discussão sobre o protagonismo social das mulheres a partir da mediação da informação realizada junto às mulheres participantes do processo formativo implementado pela Universidade Livre Feminista (ULF). Por meio da abordagem dos conceitos de informação, mediação da informação e protagonismo social das mulheres, traz o argumento da presença das dimensões da mediação da informação – dialógica, formativa, estética, ética e política – no processo formativo efetivado pela ULF, dialogando com as consequências das dinâmicas das opressões sofridas pelas mulheres ao longo da História, enquanto sujeitos de interações, mas também de subordinação às estruturas capitalista, machista e racista. O protagonismo social enquanto conceito cujo significado relacional permite ser compreendido nos aspectos individual e coletivo das pessoas envolvidas num determinado contexto é entendido como uma condição de empoderamento das mulheres. A problemática da pesquisa está fundamentada em como a mediação da informação incide no protagonismo social das mulheres participantes do processo de formação promovido pela ULF. Considerando que essas mulheres partilham uma realidade comum por estarem ligadas a grupos ou organizações feministas, a **questão da pesquisa** é: de que forma a ULF pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo social das mulheres por meio da mediação consciente da informação? Partimos do pressuposto de que a Universidade Livre Feminista tem uma relevante contribuição para a sociedade, especialmente por possibilitar o acesso e a apropriação da informação com vistas ao protagonismo social. O **objetivo geral** foi analisar a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista como uma estratégia que favorece o protagonismo social das mulheres, por meio das suas diferentes dimensões. Os **objetivos específicos** foram: 1) descrever o processo de mediação consciente da informação delineado pela Universidade Livre Feminista, desenvolvido por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação; 2) apresentar os conteúdos do processo formativo da Universidade Livre Feminista em articulação com as dimensões da mediação; e 3) verificar como as mulheres participantes das formações se apropriam das informações medidas pela Universidade Livre Feminista, colaborando para o alcance do protagonismo social. A pesquisa desenvolvida é correlacional com abordagem qualitativa. O método de análise da pesquisa consiste na Análise de Conteúdo (AC). Foram aplicados ao total 15 questionários, respondidos pelas interlocutoras que participaram dos cursos realizados entre os anos de 2018 e 2021, dos quais 10 foram analisados. E realizadas cinco entrevistas em profundidade. Os resultados encontrados confirmam que a mediação da informação da ULF alcança a efetivação das cinco dimensões: dialógica, formativa, estética, ética e política, por meio das formações acessadas pelas mulheres se apropriando dos conteúdos disseminados. Concluiu-se que os conteúdos mediados nas formações realizadas evidenciam a apropriação da informação, contribuindo para o protagonismo social das mulheres.

Palavras-chave: mediação da informação; protagonismo social; Universidade Livre Feminista; feminismo; gênero.

ABSTRACT

The present research aims to discuss the social empowerment of women through the mediation of information provided to female participants in the educational process implemented by the Free Feminist University (ULF). By addressing the concepts of information, information mediation, and women's social empowerment, it argues for the presence of dimensions of information mediation - dialogical, formative, aesthetic, ethical, and political – in the educational process carried out by ULF, engaging with the consequences of the historical oppressions faced by women as subjects of interactions, but also of subordination to capitalist, sexist, and racist structures. Social empowerment, as a concept whose relational meaning can be understood in the individual and collective aspects of individuals involved in a specific context, is seen as a condition of women's empowerment. The research problem is based on how information mediation influences the social empowerment of women participating in the training process promoted by ULF. Considering that these women share a common reality by being linked to feminist groups or organizations, the **research question** is: How can ULF contribute to strengthening women's social empowerment through conscious information mediation? We assume that the Free Feminist University has a significant contribution to society, especially by enabling access to and appropriation of information with a view to social empowerment. The **general objective** was to analyze the information mediation outlined by the Free Feminist University as a strategy that favors women's social empowerment through its different dimensions. The **specific objectives** were: 1) to describe the process of conscious information mediation outlined by the Free Feminist University, developed through Digital Communication Technologies; 2) to present the contents of the training process of the Free Feminist University in connection with the dimensions of mediation; and 3) to assess how female participants in the training courses appropriate the information mediated by the Free Feminist University, contributing to the achievement of social empowerment. The research conducted is correlational with a qualitative approach. The research analysis method consists of Content Analysis (CA). A total of 15 questionnaires were applied, answered by the respondents who participated in the courses held between 2018 and 2021, of which 10 were analyzed. Additionally, five in-depth interviews were conducted. The results confirm that ULF's information mediation achieves the realization of the five dimensions: dialogical, formative, aesthetic, ethical, and political, through the training accessed by women who appropriate the disseminated content. It was concluded that the mediated contents in the training sessions evidence the appropriation of information, contributing to women's social empowerment.

Keywords: information mediation; social empowerment; Universidade Livre Feminista; feminism; gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Perfil das interlocutoras da pesquisa	72
Quadro 2 -	Funcionamento da ULF.....	80
Quadro 3 -	Cursos realizados na Universidade Livre Feminista no período de 2011 e 2021	87
Quadro 4 -	Coletivos participantes do processo formativo do Curso Navegando Juntas	91
Quadro 5 -	Coletivos de mulheres participantes da pesquisa nas Rodas e nas Redes.....	92
Quadro 6 -	Faixa etária das interlocutoras	97
Quadro 7 -	Perfil das interlocutoras segundo a autoidentificação étnico racial ..	98
Quadro 8 -	Perfil das interlocutoras segundo região de moradia	99
Quadro 9 -	Perfil das interlocutoras sobre o nível de escolaridade	100
Quadro 10 -	Perfil das mulheres de acordo com a profissão/ocupação	100
Quadro 11 -	Quantidade de cursos acessados	101
Quadro 12 -	Ano de acesso aos cursos pelas interlocutoras	102
Quadro 13 -	Forma de acesso à Universidade Livre Feminista	103
Quadro 14 -	Principais razões que motivaram a participação das formações da Universidade Livre Feminista?	104
Quadro 15 -	Informações acessadas nos cursos	106
Quadro 16 -	Acessibilidade das formações considerando as diferentes realidades socioeconômicas das mulheres	108
Quadro 17 -	Dificuldades relacionadas com o acesso e compreensão das informações sobre os assuntos/temas abordados foram superadas depois de participar das formações	109
Quadro 18 -	Acesso e frequência ao site da Universidade Livre Feminista?	111
Quadro 19 -	Avaliação do site da ULF e das tecnologias de informação?	112
Quadro 20 -	Informações acessadas no site e nas redes sociais da Universidade Livre Feminista?	114
Quadro 21 -	Superação de desafios relacionados às questões de gênero e raça	115

Quadro 22 -	Tipos de informação divulgadas pela Universidade Livre Feminista consideradas importantes	116
Quadro 23 -	A ótica sobre as mediações das informações disseminadas pelo site da ULF	118
Quadro 24 -	As informações trabalhadas nas formações e nos materiais disponíveis no site e nas redes sociais fortalecem o empoderamento	119
Quadro 25 -	Percepção do feminismo pós-participação nos cursos	123
Quadro 26 -	Desafios que as mulheres enfrentam na sociedade	124
Quadro 27 -	Como se apropria das informações abordadas pela Universidade Livre Feminista.....	128
Quadro 28 -	Contribuição da formação para a autonomia pessoal e profissional	131
Quadro 29 -	Construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres	132
Quadro 30 -	Mudança no pensamento, na forma de agir e os impactos na vida	133
Quadro 31 -	Tomada de decisão consciente influenciada pelas formações da Universidade Livre Feminista.....	135
Quadro 32 -	Contribuição das informações abordadas para o protagonismo e empoderamento enquanto mulher/mulher negra	136
Quadro 33 -	Tomada de consciência específica relacionada às questões étnico-raciais com impacto na atuação no movimento do qual você participa	138
Quadro 34 -	Processo de autoconhecimento e fortalecimento das relações sociais transformadoras na vivência como mulher/mulher negra	139

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução da bancada feminina na Câmara dos(as) Deputados(as)	75
Figura 2 - Interface principal do site da Universidade Livre Feminista.....	85
Figura 3 - Site da Universidade Livre Feminista	86
Figura 4 - Capa do Livro Nas Rodas e nas Redes: o uso da internet por mulheres de movimentos populares	93

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CI	Ciência da Informação
AC	Análise de Conteúdo
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CUFA	Central Única das Favelas
EAD	Educação à Distância
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
ONG	Organização Não Governamental
MEI	Microempreendedor Individual
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
ULF	Universidade Livre Feminista
ULFA	Universidade Livre Feminista Antirracista
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	MEDIAÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES	19
2.1	INTERFACES ENTRE GÊNERO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	32
3	FEMINISMOS, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	50
3.1	DIALOGANDO COM AS DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL	58
4	METODOLOGIA	69
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	69
4.2	CAMPO EMPÍRICO E OS SUJEITOS	72
4.3	SITUANDO O LUGAR DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL: A UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA	74
4.4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	94
4.4.1	Perfil socioeconômico das mulheres participantes dos cursos	97
4.4.2	Acesso e apropriação da informação	102
4.4.3	Conteúdos mediados nos cursos da Universidade Livre Feminista ...	114
4.4.4	Percepção sobre o feminismo e os desafios enfrentados	121
4.4.5	Mediação da informação, apropriação da informação e protagonismo social	127
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO	159
	APÊNDICE B – EMENTAS DOS CURSOS	161

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa empreende um movimento de interface entre a mediação da informação, o protagonismo social e o campo empírico da Universidade Livre Feminista (ULF). A investigação concebe, enquanto conceito de mediação, uma ação de interferência consciente por parte do(a) mediador(a) que também se potencializa enquanto um(a) protagonista, cuja atuação deve ser orientada pela intencionalidade dessa ação, que se volta ao desenvolvimento do protagonismo social (Gomes, 2020).

Nesse sentido, a mediação da informação como elemento estratégico para favorecer o protagonismo social das mulheres, conforme assinala Gomes (2021), pode ocorrer por meio de diversos canais com distintos alcances e isso significa tornar a informação relevante e acessível para elas, capacitando-as a tomarem decisões informadas, exercerem seus direitos e participarem ativamente, seja no aspecto individual ou coletivo. Entendemos que “[...] a informação se estabelece nas relações sociais, se caracterizando como resultante do compartilhamento do conhecimento e saberes [...]” (Gomes, 2020, p. 4).

A forma como as informações são mediadas pode influenciar sua compreensão, percepção e interpretação pelos indivíduos e grupos sociais. Ao mesmo tempo, a sociedade e a cultura em que uma pessoa está inserida também moldam a maneira como ela interpreta e se apropria do conhecimento.

O avanço das tecnologias da informação e comunicação permitiu uma disseminação ainda mais rápida e ampla das informações, impactando a forma como aprendemos e geramos novos conhecimentos. É importante lembrar que nem toda informação compartilhada é necessariamente precisa ou confiável, e a capacidade de discernimento e o pensamento crítico são essenciais para avaliar a validade e a relevância das informações que acessamos e compartilhamos.

A Universidade Livre Feminista é uma iniciativa feminista que busca promover a colaboração e a reflexão entre mulheres de diversas origens e campos de atuação, numa abordagem a qual se alinha com a perspectiva feminista, que visa à equidade de gênero, à visibilidade das experiências das mulheres e à desconstrução das estruturas patriarcais que historicamente as oprimem.

Nesse contexto, a ULF pode ser vista como um espaço onde mulheres podem compartilhar suas ideias, experiências e conhecimentos, permitindo a construção de uma rede de apoio, aprendizado e empoderamento mútuo. Além disso, ao articular

sujeitos políticos envolvidos nas lutas feministas e antirracistas, a Universidade pode contribuir para a ampliação das discussões sobre questões de gênero, raça e outras formas de opressão, promovendo diálogos e ações que buscam a transformação social.

É importante notar que as ações feministas não são homogêneas e podem variar em suas abordagens e objetivos específicos, mas em geral o objetivo central é criar uma sociedade justa e igualitária para todas as pessoas. A construção coletiva e colaborativa é uma característica fundamental das abordagens feministas, pois enfatiza a importância da participação e da diversidade de vozes na busca por mudanças sociais significativas.

E, como afirma bell hooks (2019), o movimento “[...] além de chamar a atenção para a discriminação, a opressão e a exploração sexista [...]” (hooks, 2019, p.145), também se foca no poder que as mulheres exercem.

A atuação da Universidade Livre Feminista converge com a afirmativa da autora. Como um dispositivo informacional, a ULF colabora para a promoção do protagonismo social das mulheres por meio da mediação da informação, uma vez que ela se manifesta nas relações sociais com o resultado do compartilhamento de conhecimento e saberes para a categoria social mulheres.

Como trataremos mais adiante, situamos a atuação da Universidade Livre Feminista enquanto dispositivo informacional e delimitamos nosso objeto de pesquisa pela seguinte **questão**: De que forma a Universidade Livre Feminista contribui para o fortalecimento do protagonismo social das mulheres, por meio da mediação consciente da informação em suas diferentes dimensões?

Para responder previamente a esta pergunta, apresentamos como **pressuposto** de que a Universidade Livre Feminista tem uma relevante contribuição para a sociedade, especialmente porque ela oferece a oportunidade de gerar conhecimento por meio da disseminação da informação feminista, anticapitalista e antirracista, mediada por meio dos cursos de formação e dos diversos recursos de comunicação e informação de forma *online*, o que possibilita, apesar dos desafios, maior alcance de mulheres em todas as regiões do Brasil. Oportuniza o acesso das mulheres à informação, mediada pela ULF, que gera conhecimento numa perspectiva inclusiva e democrática. Ao oferecer os cursos, promove a autonomia e o empoderamento das mulheres, possibilitando que barreiras no acesso à informação

sejam minimizadas, quer sejam geográficas, físicas e/ou financeiras, o que favorece e amplia de forma plural o repertório de aprendizado.

Quando falamos de desafios, nos referimos, sobretudo, ao acesso equitativo das tecnologias pelas mulheres. Apesar dos avanços tecnológicos, ainda existem diversos desafios relacionados ao acesso à internet e às tecnologias, especialmente em regiões do país menos privilegiadas em relação ao investimento no acesso às tecnologias da informação e comunicação, especialmente a internet, a exemplo da conectividade e infraestrutura, acesso limitado a dispositivos, custos elevados, analfabetismo digital, questão de segurança e privacidade, entre outros aspectos culturais. Desafios que, para serem superados, necessitam de um investimento em políticas públicas.

A Universidade Livre Feminista incentiva a colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre as mulheres participantes. Ela é um ambiente propício para a troca de ideias, debates e cooperação em projetos, promovendo o aprendizado colaborativo e a construção coletiva do conhecimento. Em outras palavras, desempenha um compromisso fundamental com a promoção da educação inclusiva, acessível e participativa, considerando que a desigualdade de gênero, além de ser uma questão social complexa e multifacetada, ainda necessita ser enfrentada de forma mais efetiva, o que pode acontecer quando as mulheres são empoderadas e passam a ser agentes ativas de mudanças em suas próprias histórias pessoais e comunitárias.

Nesse sentido, a metodologia da ULF fornece elementos e recursos para que as mulheres possam se apropriar do conhecimento e da informação de forma crítica e consciente (Gomes, 2014; 2017; 2018). Diante deste pressuposto, a pesquisa apresenta como **objetivo geral**: Analisar a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista como uma estratégia que pode favorecer o protagonismo social das mulheres, por meio das suas diferentes dimensões.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos três **objetivos específicos**: 1) descrever o processo de mediação consciente da informação delineado pela Universidade Livre Feminista, desenvolvido por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação; 2) apresentar os conteúdos do processo formativo da Universidade Livre Feminista em articulação com as dimensões da mediação; e 3) verificar como as mulheres participantes das formações se apropriam das informações medidas pela Universidade Livre Feminista, colaborando para o alcance do protagonismo social.

Para definição e apresentação deste tema de pesquisa, as motivações pessoal, social e profissional foram imprescindíveis. A motivação pessoal nasceu das inquietações de mulher negra e, conseqüentemente, das adversidades impostas pela sociedade, refletidas nos âmbitos pessoal e profissional. Desde cedo, a situação de mulher negra impõe diversas posturas, e uma delas, sem dúvidas, é a busca pela compreensão dos fenômenos que evidenciam as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais, a dominação patriarcal e o racismo, o que desencadeia a falta de oportunidades, entre outras questões. Assim, uma alternativa para entender tais fenômenos passa a ser o enfrentamento, que para o pesquisador ou pesquisadora não deve ser outro, senão o estudo das causas sociais das desigualdades e suas possibilidades de transformação.

Na esfera social, a influência para a escolha do tema da pesquisa tem base na militância na área dos Direitos Humanos. Por entendermos que a presente pesquisa se apresenta enquanto oportunidade de contribuir com o movimento de mulheres, sobretudo na área da informação, por ser um campo favorável para o empoderamento cada vez maior dos grupos, movimentos e, em certa medida, individual. A experiência, mas em especial a atuação com os Direitos Humanos, trouxe o entendimento de que as inquietações servem para que nos envolvamos com determinadas causas, do lugar de onde estamos na sociedade, aliando teoria e prática. Por isso, a pesquisa passa a ter um grau significativo de responsabilidade social.

No campo profissional, a atuação como assessora de comunicação de organizações não governamentais e a experiência com a docência afloraram o interesse pelo aprofundamento na área, de forma particular para as práticas informacionais. A pesquisa favorece o mergulho no paradigma ou característica social da Ciência da Informação, o que vislumbramos como uma questão intrínseca à atuação do movimento feminista realçado na missão da Universidade Livre Feminista.

Para a organização textual, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a *Introdução*, que engloba a contextualização, a problematização do tema, os objetivos, a justificativa da pesquisa e a descrição da estrutura do trabalho. No segundo capítulo, intitulado *Mediação Consciente da Informação e Protagonismo Social das Mulheres*, são discutidos os aspectos conceituais e teóricos do tema, bem como sua relação com o objeto de investigação da pesquisa.

O terceiro capítulo, *Feminismos, Mediação da Informação e Tecnologias da Informação*, explora a interseção entre o movimento feminista, a mediação da

informação e o papel das tecnologias da informação. Neste capítulo, analisamos como a mediação da informação tem sido empregada na Universidade Livre Feminista para colaborar no processo de empoderamento e o protagonismo social das mulheres.

Metodologia é o título do quarto capítulo, que detalha os procedimentos adotados para a condução da pesquisa e é subdividido nas seguintes seções: 1. Caracterização da pesquisa; 2. Campo empírico e os sujeitos da pesquisa; 3. Situando o lugar de investigação social: a Universidade Livre Feminista; e 4. Análise e discussão dos dados.

O quinto e último capítulo consiste nas *Considerações finais*, onde são apresentadas as conclusões derivadas da análise da mediação da informação realizada pela Universidade Livre Feminista, à luz dos dados coletados, embasados no referencial teórico utilizado.

2 MEDIAÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES

A Ciência da Informação se dedica essencialmente a investigar os processos envolvidos na apropriação, organização, disseminação, acesso e circulação da informação em diversos âmbitos e para todas as pessoas na sociedade.

É certo que a “informação é vislumbrada como uma possibilidade de transformar estruturas do conhecimento e, portanto, o conhecimento pode ser visto como algo provisório e em permanente revisão” (Brascher; Café; 2008, p. 4). Nesse contexto, percebe-se que, desde sua origem, o conceito de informação se origina como objeto complexo e com a necessidade de revisitações com foco na sua compreensão.

Várias foram as mudanças sofridas pela Ciência da Informação desde suas primeiras conceitualizações, ainda nos anos 1960, as quais podem ser creditadas tanto às conferências realizadas no Georgia Technology Institute, como aos artigos de Taylor (1966) e Borko (1968), responsáveis por uma definição embrionária de Ciência da Informação[.] (Nunes; Carneiro, 2019. p. 152)

Tais mudanças apontam para que novos elementos sejam discutidos, principalmente porque surge a necessidade de um olhar voltado para a tendência de estudos que considerem a informação dentro dos contextos sociais e das interações em diferentes ambientes e espaços, onde se inserem os grupos, os movimentos de vários segmentos, como o de mulheres. Como afirmam Jefferson Nunes e Bárbara Carneiro (2019, p. 154), “[...]tendência esta reforçada pelo desenvolvimento de estudos sobre a produção, o consumo, a mediação e o uso da informação pelos indivíduos em diferentes espaços”.

Para atender o foco da pesquisa o conceito de informação que vamos abordar é o da informação enquanto processo, considerando aspectos como a motivação e a intencionalidade do(a) sujeito (Araújo, 2018), bem como a perspectiva do conceito de informação de Henriette Gomes (2021), abordada como fenômeno social e cultural. E considerar a informação como um fenômeno social envolve reconhecer que ela não é apenas um dado objetivo, mas sim um produto complexo da interação entre indivíduos, grupos sociais e as estruturas culturais em que estão inseridos. Isso nos lembra da importância de abordar a informação com olhar para os contextos e

perspectivas diversas, promovendo um entendimento mais abrangente e enriquecedor da sociedade e da cultura em que vivemos.

De acordo com as ideias apresentadas por Carlos Alberto Araújo (2018), a Ciência da Informação se posiciona como uma ciência de natureza humana e social. Essa representação foi introduzida na discussão ampla sobre as particularidades das ciências humanas, um tema que perpassou diversas disciplinas ao longo do século XX (Araújo, 2018, p. 36).

De fato, percebe-se que a transformação desse campo tem proporcionado a possibilidade de ampliação de estudos que abrangem fenômenos sociais e estes são formados por instituições e sujeitos individuais que dependem das relações construídas com os outros para a sua manutenção. Nesse sentido a presença da mediação da informação que, de acordo com Henriette Gomes (2021), acontece no espaço social de interações e produção do conhecimento.

Como enfatiza Henriette Gomes (2021, p. 120), "essa compreensão tende a proporcionar maior clareza quanto a força pendular, atrativa e mutuamente interveniente, entre a informação e o social, ultrapassando-se perspectivas e abordagens utilitarista". A metáfora da "força pendular" é interessante, pois sugere que a relação entre a informação e o contexto social não é estática, mas sim resultado de uma interação em constante movimento e equilíbrio. A informação influencia o contexto social, assim como o contexto social molda a interpretação, o acesso e a circulação da informação. Essa interação mútua entre ambos os aspectos ressalta a importância de uma análise mais profunda e sensível.

Ao transcender as perspectivas utilitaristas, que podem reduzir a informação a meros meios de alcance de objetivos práticos, se está considerando a informação como algo intrinsecamente ligado ao desenvolvimento e à dinâmica da sociedade. Isso permite explorar como as narrativas, os significados e as representações da informação são moldados por fatores sociais e culturais, além de como a informação influencia as crenças, as atitudes e as práticas sociais. Isso contribui para uma compreensão mais profunda das influências recíprocas entre a informação e a sociedade, enriquecendo nossa visão sobre como a informação é criada, compartilhada e interpretada em um contexto social em constante evolução.

A informação é produto da colaboração no compartilhamento do conhecimento e das compreensões humanas. Assim, se configura como uma forma primária de representação que garante a sua difusão na sociedade, o que significa que a

informação [...] resulta do esforço de compartilhamento do conhecimento e dos saberes humanos; portanto, consiste em um primeiro nível de representação que assegura o seu compartilhamento social (Gomes, 2017, p. 31).

Para Carlos de Almeida, Flavia Bastos e Fernando Bittencourt (2007, p. 71), a Ciência da Informação abrange mecanismos sociais de produção e circulação os quais são determinados por questões sociais. Como ressaltam Jefferson Nunes e Barbara Carneiro (2019), há uma tendência cada vez maior em se estudar a informação levando em consideração a influência das interações e contextos sociais. Desse modo percebemos que a ULF promove a mediação da informação considerando que sua *práxis* está intimamente ancorada nas mulheres participantes do processo de formação.

As interações são estabelecidas entre sujeitos e informação, em contextos em que o conhecimento é construído coletiva e socialmente, e não meramente acumulado (Araújo, 2013). Nesse sentido, acreditamos que a interlocução da Ciência da Informação com outras áreas possibilita a análise dos processos informacionais que nos últimos anos têm sofrido mudanças viabilizadas pelo uso da Internet e das redes, conforme corroboram Fábio Duarte, Carlos Quandt e Queila Souza (2008), ao afirmarem que nos últimos anos, as redes se tornaram um dos principais focos de atenção em ciências, negócios e na sociedade em geral, devido a uma cultura global emergente.

A literatura em Ciência da Informação conta com marcos relevantes que retratam o surgimento da área do conhecimento e os (as) teóricos(as) responsáveis por estabelecer seus primeiros fundamentos e discussões.

A Ciência da Informação teve sua origem nos anos 1960. No entanto, anterior a esse período, ocorreram eventos de grande relevância que desempenharam um papel crucial em seu surgimento. Foi dentro do contexto de uma questão emergente, especificamente a problemática informacional, que se delineou o conceito de uma nova ciência (Araújo, 2018). Aqui se apresenta uma justificativa para propor que a Ciência da Informação tem se preocupado em lidar com desafios como o crescente volume de informações disponíveis na sociedade e da busca por soluções para questões relacionadas ao acesso, uso e apropriação das informações.

Refletir sobre a Ciência da Informação implica considerar a relação intrínseca entre a informação e o desenvolvimento humano, bem como as transformações sociais e tecnológicas que influenciam essa dinâmica. A complexidade da informação

e sua importância em todos os aspectos da sociedade tornam a delimitação do campo da CI um desafio constante, mas também ressaltam sua necessidade e relevância contínuas.

A Ciência da Informação é um campo multidisciplinar que se concentra no estudo da informação, seu fluxo, organização, disseminação, circulação e impacto na sociedade. O surgimento da CI como uma disciplina formal é um processo que avançou ao longo do tempo em resposta às mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Não há um único momento definitivo que possa ser identificado como o surgimento da CI, mas sim um desenvolvimento gradual que envolveu várias influências ao longo de décadas.

Carlos Alberto Araújo (2018) aponta a existência de três paradigmas dominantes na Ciência da Informação, apresentando desde avanços até impasses de cada um, físico, cognitivo e social.

É possível traçar algumas etapas-chave que contribuíram para o estabelecimento da CI como uma área de estudo além dos antecedentes históricos, o crescimento das tecnologias de informação, o próprio avanço da comunicação e da sociedade.

E embora seja laborioso chegar à definição do objeto de estudo da Ciência da Informação, muitos(as) estudiosos(as) se debruçaram para dar um conceito à palavra informação (Gomes, 2021; 2020; 2017; 2014; Marteleto, 2009; Aquino, 2015; Ávila, 2018; Gonzáles de Gómez, 2020), assim como para discutir o crescimento do campo.

A alteração nos cenários das atividades sociais e de informação contribui para a compreensão e análise das visões contemporâneas, destacando a importância das dimensões espaço-temporais e materiais envolvidas em sua formação. Além disso, é fundamental considerar o estudo das inovações tecnológicas que moldam esses cenários, influenciando os contextos de ação e, simultaneamente, facilitando novas interações sociais.

Natalia Cardona (2020) destaca que da mesma forma como ao longo da história surgiram reflexões que permitiram a transição de um paradigma físico para um cognitivo e depois para um paradigma social, hoje é inegável a necessidade de considerar a adoção de um paradigma intercultural na CI.

Nesse sentido, a autora sugere que é necessária uma revolução científica no paradigma social da CI, conectada à indagação sobre seu propósito e para quem.

Segundo Natália Cardona,

Propor uma abordagem como a intercultural para a compreensão dos paradigmas da CI busca colocar em tensão os dispositivos, tecnologias de poder e narrativas que perpetuam os discursos hegemônicos em relação à ciência, com o objetivo de processar técnicas de emancipação que vão em busca da igualdade, redistribuição, reconhecimento e bem viver (2020, p.61).

Isso é particularmente relevante devido à predominância dos estudos de gênero sob uma ótica interseccional, que reconhece as interações complexas entre diferentes formas de opressão e discriminação. Além disso, o paradigma intercultural permite uma abordagem mais ampla ao estabelecer conexões entre estudos de gênero e diferentes comunidades discursivas e produtores de conhecimento, que não se limitam ao campo científico tradicional. Isso amplia as perspectivas e enriquece a compreensão sobre as questões de gênero, levando em conta diversas experiências e saberes que muitas vezes são marginalizados ou ignorados pela academia. Em suma, a adoção do paradigma intercultural é crucial para promover uma análise mais abrangente e inclusiva dos estudos de gênero, abrindo espaço para uma maior diversidade de vozes e perspectivas.

Ainda para Natalia Cardona (2020, p. 65),

Es posible que una propuesta de este tipo pueda desarrollarse en un marco analítico decolonial y que se fundamente en los estudios culturales y las epistemologías del sur, procurando que la producción y transferencia de la información no responda exclusivamente a la lógica de reproducción de un conocimiento científico, sino que involucre el conocimiento local, situado, contextualizado y en consonancia con la historia y memoria latinoamericana.

O fenômeno informacional suscita várias discussões, de modo que propomos uma reflexão sobre o conceito de informação focando na interdisciplinaridade, seu diálogo com elementos que favorecem o desenvolvimento de pesquisas sobre temas não apenas atuais, mas que requerem um arcabouço teórico pautado na interdisciplinaridade da Ciência da Informação. Para Edgar Morin (2006, p. 26), informação “é um conceito indispensável, mas ainda não é um elucidado e elucidativo”. De acordo com o autor, “[...] o conceito de informação apresenta grandes lacunas e grandes incertezas” (Morin, 2006, p. 27).

É justamente por esta complexidade que a informação pode ser permeada por lacunas e incertezas. A natureza multifacetada da informação e as diferentes maneiras como ela é entendida por diferentes campos e disciplinas contribuem para essas complexidades. Ela pode ser vista de várias perspectivas, incluindo: a teoria da informação (que se concentra na quantificação da informação); a comunicativa (que

se concentra na transmissão e interpretação de mensagens), e a sociocultural (que considera o contexto e o significado cultural da informação). Ainda é altamente influenciada pelo contexto em que é produzida, compartilhada e interpretada. Além disso, a interpretação da informação pode ser subjetiva, variando de acordo com as experiências, crenças e valores individuais.

Outro fator que aponta para a complexidade da informação diz respeito às rápidas transformações das tecnologias, o que tem impactado significativamente a forma como a informação é gerada, compartilhada e acessada. Sem deixar de apresentar o aspecto da interdisciplinaridade porque a informação é um conceito que transcende fronteiras disciplinares. Nesse sentido, a interpretação e a definição da informação podem variar de acordo com a disciplina, gerando diferentes perspectivas e abordagens.

Devido a essas complexidades, a discussão sobre o conceito de informação é contínua e se transforma à medida que a sociedade e a tecnologia avançam. A diversidade de perspectivas também enriquece a compreensão da natureza da informação e suas implicações em várias áreas do conhecimento. Na visão de Edgar Morin (2006, p. 27), isso “significa que a teoria atual não é capaz de compreender nem o nascimento nem o crescimento da informação”. E acrescenta que “[...] a informação não é um conceito de chegada, é um conceito de partida”.

Carlos Alberto Araújo (2018) trata do paradigma social da informação, o qual está voltado para “[...] um olhar mais atento à complexidade dos fenômenos, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões, bem como aos novos aspectos das realidades empíricas que demandam novos modelos explicativos” (Araújo, 2018, p. 91).

O paradigma social da informação, apontado pelo autor, constitui o paradigma que atende objetos de pesquisas centrados nas relações sociais. “[...] uma ciência voltada para o estudo das relações que uma coletividade (um país, uma cidade, uma empresa) estabelece com os conhecimentos registrados que ela mesma produz e faz circular [...]” (Araújo, 2012, p. 83). O que significa uma ciência focada na análise das interações entre uma comunidade, seja um país, uma cidade ou uma empresa e os conhecimentos documentados que ela gera e dissemina.

Na área da CI, a literatura destaca a atual importância limitada atribuída às perspectivas sociais e culturais em relação ao seu campo de estudo. A base dessa discussão parte da premissa de que os desafios informacionais de um determinado

domínio de conhecimento estão interligados com os objetos, processos e interações entre aquilo que os participantes percebem como relevante no acervo de soluções e experiências acumuladas, assim como no conjunto disponibilizado para a sociedade.

Nessa direção, Denise Nascimento e Regina Marteleto (2004) afirmam que o tratamento, a captação e a interpretação da informação estão inseridos em dimensões sociais e culturais, a exemplo disto, as relações de poder existentes nas interações de gênero, raça, classe sociais, estruturantes da sociedade. Logo, a informação pode também ser vista como componente de ação para os sujeitos sociais, como agente transformador de mentalidades.

A literatura aborda a ação social da CI trabalhando em favor dos segmentos mais vulnerabilizados, através de seu paradigma social e por meio da construção de práticas, que possibilitem empoderar pessoas a partir da mediação de informação. E, não obstante, os estudos no campo da Ciência da Informação têm desempenhado papel significativo no processo de visibilização das mulheres, conforme indicam diversas pesquisas e autores/as do campo como Gilda Olinto (2011), na pesquisa *A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil*; Franciele Garcês e Nathália Romero (2018), em *O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*; Aurekelly Rodrigues da Silva (2020), no estudo *Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo*; e Maria Cristiana Félix Luciano (2021), na pesquisa *Protagonismo social das mulheres na produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em ciência da informação (1994-2019)*.

Segundo Cleyciane Pereira, Jaires Santos e Maria Isabel Barreira (2016), a Ciência da Informação tem o potencial de colaborar com mulheres, utilizando a mediação de informação para identificar dados relevantes que necessitam ser abordados nas práticas associativas. O objetivo é proporcionar maior autonomia às mulheres em relação aos programas governamentais, capacitando-as economicamente e permitindo-lhes criar narrativas libertadoras. E acrescentam:

[...] defendemos que a CI possa, em parceria com as mulheres líderes e a partir da mediação de informação, auxiliar na identificação de informações que precisem ser trabalhadas nas práticas associativas, a fim de atribuir a essas mulheres maior independência dos programas governamentais, empoderando-as economicamente e fazendo-as donas de narrativas libertadoras. [...]” (Pereira; Santos; Barreira, 2016, p. 115).

A Ciência da Informação teve um desenvolvimento histórico devido às mudanças na relevância dos problemas relacionados à informação na sociedade.

Atualmente, compartilhar o conhecimento às pessoas que dele necessitam é reconhecido como uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o fundamento essencial da Ciência da Informação (Saracevic, 1996).

Os autores Rafael Capurro e Birger Hjørland (2007) trazem o argumento de que a informação é um termo o qual pode apresentar diferentes significados.

Em função disto, devemos não apenas comparar diferentes definições formais, mas também considerar o significado de uma palavra como informação, tal como é usada em relação a outros termos, por exemplo, a busca de informação, sistemas de informação e serviços de informação (Capurro; Hjørland, 2007, p. 151).

Frequentemente, somos colocados(as) em contato com a palavra informação, inclusive nos valendo desse aspecto conflitante sobre o qual postulam os teóricos e teóricas. No dia a dia, independente do contexto, as pessoas usam o termo para expressar várias situações, sem necessariamente refletirem sobre seu significado ou possíveis desdobramentos, esvaziando-o de sentido. Mas informação, assim como o grande volume que circula em diferentes suportes ou meios, pode significar várias coisas. E, pelo seu caráter polissêmico, torna-se cada vez mais difícil um consenso para defini-lo. Comungamos com Henriette Gomes (2017, p. 28), quando afirma ser a informação um objeto socialmente construído e dinâmico. A autora vislumbra que a informação não é apenas um conjunto de dados neutros, mas um produto da interação humana dentro de contextos sociais, culturais e históricos específicos. Ela é construída, interpretada e significada pelos atores sociais, e sua relevância é influenciada pelo contexto em que é produzida e utilizada.

Nessa perspectiva, a informação é fortemente influenciada pelo contexto em que é gerada, de modo que

Sendo a informação conhecimento em estado de compartilhamento, ela é a resultante do processo de colocar em comum o conhecimento construído no plano das singularidades, das intersubjetividades, e também no plano do conhecimento socialmente instituído [...] (Gomes, 2017, p. 32).

Diante do exposto, observamos que a mediação da informação surge de forma essencial para o desenvolvimento de competências nas pessoas, considerando que exerce um papel preponderante na articulação, no fortalecimento dos movimentos ou grupos de forma em geral. Nessa linha, compreendemos que a Universidade Livre Feminista assume a função de mediadora da informação, utilizando as interações sociais para contribuir com a construção de um protagonismo social.

Mediação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Em diálogo com o conceito de Oswaldo Almeida Júnior (2015), para Henriette Gomes (2020), a efetividade da ação mediadora está intrinsecamente relacionada à adoção de uma mediação consciente, que se baseia em diversas dimensões fundamentais para alcançar seus objetivos.

A efetividade da ação mediadora depende da mediação consciente, que busca alcançar suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, assegurando o processo de problematização para que ocorra a apropriação da informação e a tomada de consciência, o que contribui para o desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social e permita o acesso, uso e a apropriação da informação em parâmetros democráticos, o que é fundamental ao processo de transformações sociais (Gomes, 2020, p. 1).

Assim, vamos explorar cada uma das dimensões endossadas por Henriette Gomes, para quem “[...] a informação se estabelece nas relações sociais, se caracterizando como resultante do compartilhamento do conhecimento e saberes, compreensão que sustenta o *locus* e a importância da mediação e suas dimensões” (Gomes, 2020, p. 4).

Na dimensão dialógica em que a mediação consciente enfatiza a importância do diálogo e da comunicação aberta entre mediadores/as e participantes, o diálogo permite que as pessoas compartilhem suas experiências, conhecimentos e perspectivas, criando um ambiente de troca de ideias que facilita o processo de aprendizagem e transformação (Gomes, 2020).

A dimensão estética na mediação consciente reconhece a importância da sensibilidade e da emoção no processo de aprendizagem e reflexão. O uso de recursos estéticos, como a arte, a literatura e a música, pode enriquecer a experiência de aprendizado e estimular a reflexão crítica (Gomes, 2020).

A mediação consciente busca promover a formação integral das pessoas, incentivando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, neste caso temos a dimensão formativa. O processo formativo visa capacitar os indivíduos a se tornarem sujeitos ativos e críticos em suas vidas e em suas comunidades.

Para Henriette Gomes (2020), a dimensão ética é um pilar fundamental na mediação consciente, garantindo que o processo seja conduzido com respeito, empatia, transparência e compromisso com os princípios da igualdade e da justiça social. A dimensão política da mediação consciente reconhece que as questões de poder e opressão estão intrinsecamente ligadas ao acesso à informação e à educação, ou seja, por meio da mediação é possível desnaturalizar discriminações e estereótipos. A mediação consciente pode favorecer o empoderamento das pessoas, permitindo que elas tomem consciência de suas posições na sociedade e se engajem em ações de transformação social. Importante destacar que apresentamos uma visão sintética das dimensões de Henriette Gomes.

Observamos que a apropriação da informação e a tomada de consciência são objetivos centrais da mediação consciente, pois permitem que os indivíduos se tornem sujeitos ativos em sua própria aprendizagem e no processo de transformação social. Essa abordagem busca ir além da simples transmissão de informações, incentivando a reflexão crítica, o questionamento e a análise das estruturas de poder que moldam a sociedade (Gomes, 2017).

Ao garantir o acesso, a circulação e a apropriação da informação em parâmetros democráticos, a mediação consciente busca criar um ambiente inclusivo e participativo, onde todos têm a oportunidade de contribuir e influenciar no processo de aprendizado.

Em suma, a mediação consciente é uma abordagem poderosa para fortalecer o protagonismo social das pessoas, capacitando-as a se tornarem agentes de mudança e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade que promove transformações das pessoas e dos movimentos dos quais participam. E como destaca Henriette Gomes (2020, p. 4),

Desse modo, comunicação e transmissão asseguram a interação social para o compartilhamento e debate de ideias, experiências, saberes e conhecimentos. Contudo, esse compartilhamento só se concretiza na informação gerada nesses processos, o que sustenta a defesa de que o compartilhamento se caracteriza como ponto vital de interligação entre informação e comunicação.

O termo mediação é polissêmico, porquanto tem distintos significados e definições. Nesta pesquisa, aborda-se a perspectiva de mediação sob a ótica de José Arlindo dos Santos Neto e Oswaldo Almeida Júnior (2014), que postulam ação de interferência, de alteração de sentidos e pontos de vista sobre os fenômenos,

considerando que os (as) partícipes da ação protagonista dinamizam transformação sociais e subjetivas (Santos Neto; Almeida Júnior, 2014).

Nesse sentido, percebemos a dinâmica das mulheres se fazendo presentes nos diversos setores da sociedade, por meio da luta e de práticas sociais em busca de autonomia, demonstrando a importância do movimento direcionado para um processo que prioriza a coletividade capaz de potencializar o protagonismo individual e social, bem como dirimir os desafios impostos às mulheres, sobretudo no campo informacional. Quando falamos de desafios, especialmente neste campo, destacamos, em contrapartida, o movimento em rede, com as energias voltadas à promoção de processos formativos, oportunizando a disseminação e a apropriação da informação.

Aqui trazemos o conceito de apropriação da informação abordado por Marcela Ribeiro e Almeida Júnior (2022), que compreendem que a apropriação ocorre pautando-se, também, na experiência de vida do sujeito.

A apropriação da informação é realizada pelo indivíduo, que define se e como será apropriada a informação, bem como é ele quem busca pela informação, seja no ato de observar, interagir e vivenciar o meio em que está inserido, seja ao almejar e buscar informação materializada, que sana suas demandas informacionais (Ribeiro; Almeida Júnior, 2022, p. 8).

De modo que podemos compreender que a apropriação se baseia igualmente na vivência pessoal do indivíduo. Verifica-se, por conseguinte, que a apropriação pressupõe alteração, transformação, modificação da informação mediada, sendo assim uma ação de produção e não meramente de consumo. Dessa forma, para que suceda o conhecimento, fazem-se necessários os saberes já apropriados pelo leitor, gerando, portanto, novos estados de conhecimento que, aplicados, provocam transformação social (Rasteli; Cavalcante, 2014, p. 51).

Na construção das relações sociais, a apropriação está associada ao processo de subjetivação do sujeito. Nessa interação, o sujeito desenvolve uma percepção de si que o permite estruturar o meio social em que vive e ser estruturado por ele, num processo que pode resultar em alienação, em resistência ou em adequação (Batista, 2018, p. 215).

Por meio da apropriação da informação, surgem oportunidades para adotar perspectivas alternativas, em contraposição às concepções moldadas pela experiência pessoal. Isso se configura como um processo contínuo de desmontagem e reestruturação da informação, que ocorre no âmbito do diálogo interno. Sua

materialização pode ocorrer de forma consciente ou inconsciente, podendo ser expressa externamente ou não. Porque “[...] é na apropriação da informação que se tende a mostrar possibilidades de alcançar outros olhares [...]” e nesse sentido “[...] se constituindo em um processo constante de desconstrução e reconstrução da informação [...]” (Costa; Farias, 2021, p. 49).

Abordar a questão da apropriação está intimamente ligado a um processo constante de construção, conforme Ellen Borges e Oswaldo Almeida Júnior (2022). Já no entendimento de Daysene Costa e Maria Giovanna Farias (2021, p. 47),

[...] a apropriação da informação como elemento fundamental para a formação intelectual e social do indivíduo. É por meio desta apropriação que pode ocorrer o empoderamento, exercendo nos sujeitos a autonomia para resolver questões que envolvem sua participação na sociedade, podendo também atingir o protagonismo social em alguns estágios/áreas da vida.

A apropriação da informação desempenha um papel fundamental no empoderamento e no protagonismo social das mulheres. À medida que a sociedade caminha em direção à era digital e conectada, o acesso à informação não é apenas uma conveniência, mas uma ferramenta essencial para capacitar grupos historicamente marginalizados, como as mulheres.

Como afirmam Daysene Costa e Maria Giovanna Farias (2021, p. 47) “a informação, quando percebida pelo sujeito, causando nele interesse, pode proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos para lidar com as mais diversas questões pessoais e sociais”. O que aponta que a apropriação da informação é uma prática que permite que as mulheres não apenas adquiram conhecimento, mas também construam uma compreensão crítica do mundo ao seu redor. Ela possibilita que as mulheres desafiem narrativas estereotipadas, contestem desigualdades sistêmicas e exijam a inclusão de suas vozes nas conversas globais.

Dentro desse contexto, o movimento em rede tem desempenhado um papel crucial, sobretudo porque o movimento de mulheres, entre outros movimentos sociais, tem capitalizado a natureza colaborativa das redes para amplificar suas mensagens e alcançar uma audiência mais ampla.

A interconexão permitida pelas plataformas digitais oferece a oportunidade de compartilhar experiências, articular demandas e coordenar ações em tempo real. Dentro desse ambiente, a informação é uma moeda valiosa que potencializa a voz coletiva das mulheres, permitindo-lhes influenciar agendas, moldar debates e conduzir mudanças reais.

O reconhecimento da informação como um recurso vital é um componente chave para o sucesso desses movimentos. A capacidade de acessar, se apropriar e disseminar informações permite que as mulheres assumam posições de liderança e autoridade, capacitando-as a desafiar a desinformação, a negação de direitos e a discriminação. Além disso, a apropriação da informação também contribui para maior conscientização sobre questões de gênero, estimulando ações concretas para a igualdade e a justiça social. Para Franciéle Garcês (2021), a justiça social é vista como uma necessidade de corrigir desigualdades. A autora reconhece o gênero como uma força predominante nas dinâmicas sociais, apontando as demandas feministas como parte integrante das lutas pela justiça social.

Dentro do escopo desta discussão, a apropriação da informação é examinada dentro da lente das relações socioculturais, que são intrincadas em suas características, enraizadas em contextos específicos e capazes de oferecer a oportunidade de reestruturar as informações que moldam as interações na sociedade. É perceptível que, no processo de apropriação da informação por parte do indivíduo social, ocorra o fortalecimento ou a desconstrução de comportamentos, símbolos, significados e ideias, assim como das maneiras pelas quais o indivíduo se comporta e se posiciona na sociedade. Assim,

[...] compreende-se que, na apropriação da informação, por parte do sujeito social, tem-se o fortalecimento ou a desconstrução de comportamentos, símbolos, significados, ideias, bem como das formas de comportamentos e posicionamento do sujeito na sociedade. (Ribeiro; Almeida Júnior, 2022, P. 7).

De modo que, no panorama contemporâneo em que as dinâmicas de grupos, como o movimento de mulheres, que estão fortemente interligadas em redes virtuais, a apropriação da informação emerge como um recurso poderoso para o empoderamento e protagonismo das mulheres. A informação não é apenas um meio de educação, mas sim uma ferramenta de transformação social. A capacidade das mulheres de navegarem, compreenderem e influenciarem o fluxo de informações é essencial para moldar um futuro mais igualitário e inclusivo.

No contexto de uma rede de interações, situado em um cenário que destaca a dinâmica dos grupos, como exemplificado pelo movimento de mulheres, é evidente que essa rede tem reconhecido e endossado de maneira notável a informação como um componente essencial para a realização de seus objetivos.

Para Graciela Natansohn (2015, p. 26), “estamos assistindo a uma lenta, mas constante, tomada de consciência sobre a necessidade de usar os recursos organizacionais da rede e adquirir competências tecnológicas”. Existem numerosos *sites* e recursos *online* de organizações voltados para os direitos das mulheres e grupos subalternizados, marginalizados. No entanto, ainda são escassos os projetos que abordam as tecnologias digitais sob a perspectiva de gênero. Como observamos, essa neutralidade apenas contribui para a discriminação de grupos subalternizados que não se inserem de forma automática no ambiente digital (Natansohn, 2015).

A Universidade Livre Feminista se apresenta como um exemplo desses projetos, que atuam com sua base fundamental no uso das tecnologias com ênfase na característica do novo paradigma abordado por Manuel Castells (2009), destinadas a influenciar. Na visão do autor: “A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre tecnologia [...]” (Castells, 2009. p. 180).

Ao considerarmos a perspectiva em que a Universidade Livre Feminista (ULF) se concentra na informação como agente impulsionador de mudanças nas esferas socioculturais, econômicas e políticas das mulheres, o que possibilita o reconhecimento da ULF como um espaço de significância, sobretudo por oferecer recursos essenciais à promoção do protagonismo social das mulheres para desempenharem um papel ativo na sociedade. Dentro desse contexto, emerge a interseção entre gênero e mediação da informação, a qual discutiremos no tópico seguinte.

2.1 INTERFACES ENTRE GÊNERO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As interfaces entre gênero e mediação da informação são fundamentais para compreender as dinâmicas sociais e as questões de poder relacionadas ao acesso, circulação e apropriação da informação. A mediação da informação, como processo de intermediar e facilitar o acesso à informação, não pode ser desassociada das relações de gênero, de raça e das desigualdades que permeiam a sociedade. “As formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade objetiva que atinge um contingente expressivo de mulheres [...]” (Santos; Oliveira, 2010, p.12).

Entende-se que a noção de gênero abrange igualmente uma categoria de natureza histórica, cuja análise tem requisitado substancial dedicação teórica.

O emprego do termo "gênero" desempenha um papel significativo ao se referir às interações sociais entre os sexos, rejeitando explicitamente abordagens de cunho biológico (Scott, 1995).

Gênero, portanto, é um termo utilizado para dar significado à construção dos(as) participantes. Dessa forma, "gênero" emerge como um conceito empregado para atribuir sentido à construção dos indivíduos participantes. Na concepção de Joan Scott (1990, p. 14), "[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]".

Ainda, de acordo com Joan Scott (1990, p.21),

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Com base na discussão sobre o conceito de gênero apresentado, a compreensão da mediação da informação se torna completa somente quando contextualizada no ambiente sócio-histórico-cultural. Ela é parte de um movimento complexo e contraditório, que envolve tanto a sociabilidade quanto a individualidade, além das relações de gênero, abrangendo a totalidade da vida social. (Santos; Oliveira, 2010).

Em relação à representatividade, é fundamental garantir que as vozes e experiências das mulheres sejam representadas e ouvidas na mediação da informação. Isso implica incluir mulheres em posições de liderança na produção e disseminação de informações. Na mesma linha, torna-se fundamental lançar atenção para não reforçar estereótipos de gênero através da forma como a informação é apresentada. No domínio do patriarcado, as mulheres enfrentam desigualdades no acesso à informação e à educação, por exemplo. A mediação da informação deve envolver essas disparidades e buscar formas de tornar a informação mais acessível para todas as mulheres.

A mediação da informação pode ser um elemento poderoso para capacitar mulheres, fornecendo informações que lhes permitam tomar decisões informadas e exercer sua autonomia. Isto porque, de acordo com Regina Marteleto (2009) a

mediação é uma construção teórica que busca compreender e analisar as práticas e dispositivos que moldam os arranjos de sentido e as formas de comunicação e informação nas sociedades contemporâneas. Essa abordagem reconhece que a mediação da informação não é um processo isolado, mas está enraizada nas estruturas culturais e sociais mais amplas de uma determinada comunidade ou sociedade.

Portanto, é fundamental reconhecer que a mediação da informação está intrinsecamente ligada às estruturas de poder e às construções de gênero, raça, classe e orientação sexual presentes na sociedade. Uma mediação informacional verdadeiramente inclusiva requer uma abordagem consciente e sensível às questões de gênero, buscando superar as desigualdades e promovendo uma representação mais justa e igualitária das mulheres na sociedade.

Como afirmam Silvana Santos e Leidiane Oliveira (2010, p.13),

a dimensão da diversidade (gênero, raça, orientação sexual, dentre outras) permite-nos verificar que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas [...], coloca-as em situações de subordinação e opressão, advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada, alheia à riqueza socialmente produzida ou, seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida.

Considerando este contexto, logo, as interfaces entre gênero e mediação da informação também são observadas no acesso à informação. Mulheres podem enfrentar restrições geográficas, econômicas e culturais com a exclusão de suas vozes. A mediação da informação também está intrinsecamente ligada à construção de conhecimento e à produção de narrativas. A representatividade e a inclusão de diferentes perspectivas de gênero são fundamentais para garantir uma produção informacional mais abrangente e precisa.

Nesse sentido, as interfaces entre gênero e mediação da informação requerem uma abordagem crítica e reflexiva, buscando identificar e enfrentar as desigualdades e injustiças de gênero presentes nos processos informacionais. Isso envolve o empoderamento das mulheres no acesso à informação, à promoção da igualdade de oportunidades na produção e disseminação da informação e ao reconhecimento dos direitos e necessidades específicas das diferentes identidades de gênero.

Abordar a categoria analítica gênero é, de fato, fundamental para entender e enfrentar as desigualdades presentes na sociedade, especialmente no que se refere

à participação e à representação das mulheres em diversos contextos, incluindo o acesso à informação e ao conhecimento.

De acordo com Flávia Biroli (2018), historicamente, a posição das mulheres revela a notável falta de cumprimento dos direitos essenciais, como o direito à preservação da integridade física. E a autora acrescenta que [...] a divisão sexual do trabalho é um lócus importante da produção do gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e se imbrica com o marcador de classe (Biroli, 2018, p. 23).

A desigualdade entre a presença feminina e masculina em diferentes áreas evidencia que as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas para alcançar a igualdade de oportunidades em diversas esferas da vida. Essas assimetrias são frequentemente amplificadas com outros sistemas de opressão, como raça, classe, orientação sexual, entre outros.

Nesse contexto, os objetivos da Universidade Livre Feminista, ao promover o empoderamento das mulheres, tornam-se ainda mais relevantes. A mediação da informação, como parte do processo de capacitação na Universidade, tem o propósito de fornecer às mulheres elementos e conhecimentos que lhes permitam desafiar estereótipos de gênero e superar, obstáculos e tomar decisões informadas em suas vidas e em suas comunidades.

Ressignificar a informação por meio da mediação é essencial para enfrentar a histórica marginalização das mulheres e permitir que elas acessem informações relevantes, que reflitam suas realidades e necessidades específicas. Isso inclui oferecer conteúdos que abordem questões importantes para as mulheres, como seus direitos, saúde, racismo, violência de gênero, participação política, empreendedorismo e outras temáticas relevantes.

Historicamente os campos da Ciência e Tecnologia foram dominados por homens e percebidos como espaços de atuação masculina. Essa percepção pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo o viés de gênero presente na sociedade, a falta de oportunidades para mulheres nas áreas de ciência e tecnologia e a marginalização das contribuições femininas ao longo da história.

Como aponta Jacqueline Leta (2003, p. 272),

Os dados desse estudo mostraram uma participação muito reduzida de mulheres empregadas em atividades de C&T em algumas áreas: nas engenharias, elas representavam cerca de 1% do total de empregados; já

nas ciências naturais a participação delas foi de aproximadamente 10%, oscilando entre 5% na física e 27% na biologia.

Nesse sentido, embora estudos apontem para um número ainda incipiente de mulheres no mundo da tecnologia, é importante destacar que a presença e atuação das mulheres na ciência vem crescendo e merece destaque sobretudo porque são referendadas por autoras que pesquisam e buscam ressignificar a atuação das mulheres no campo científico e tecnológico, a exemplo de Ana Franchon (2005), Patrícia Espírito Santo (2009), Tainan Tomazetti (2015), Gilda Olinto (2011), Jacqueline Leta (2003).

Gilda Olinto (2011) aponta um distanciamento entre os homens e as mulheres na ciência, afirmando que esse é um processo que envolve diversos tipos de ganhos que beneficiam os homens. Ao mesmo tempo, a autora afirma que análises feitas para o Brasil mostram que as mulheres já compõem também maioria nesse segmento profissional: 52,6% em 2007, envolvendo quase 13 milhões de indivíduos. Deve-se, sem dúvida, celebrar tais números, que representam mais uma evidência da rápida evolução em curso nas oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres brasileiras.

O avanço na participação das mulheres em diversas áreas do conhecimento torna-se uma realidade. “A ciência é lugar-comum, onde a participação de mulheres em diversas áreas do conhecimento avança, ainda que em passos tímidos, projetando talvez um cenário mais igualitário no futuro” (Vasconcelos; Farias, 2020, p. 7). No entanto, sabemos que a falta de reconhecimento da competência das mulheres na ciência e tecnologia, além dos entraves no acesso das mulheres à área tecnológica deve-se à questão de gênero e raça. Gilda Olinto (2011) apresenta, no artigo “A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil”, um panorama da manutenção das diferenças entre homens e mulheres ao acesso às carreiras de ciência, evidenciando que as desigualdades se apresentam desde o incentivo à educação.

Como ressaltado por Hildete Melo e André Oliveira (2006), a suposição da neutralidade da Ciência acaba equiparando mulheres e homens quando na realidade o acesso às carreiras científicas e tecnológicas é diferente para cada gênero. Em outras palavras, a ideia de que a Ciência é neutra não apenas nivela mulheres e homens, como diminui o acesso das mulheres às carreiras do campo da Ciência e Tecnologia, reforçando a desigualdade de gênero.

Para tanto, é crucial modificar essa abordagem e expor os dados sobre o desempenho científico e tecnológico considerando a perspectiva de gênero, a fim de facilitar a emergência de novos papéis na sociedade, apontando como a mediação da informação promove o protagonismo social das mulheres. E nesse intuito vamos focar nas dimensões da mediação da informação propostas por Henriette Gomes (2014, 2017, 2019, 2021).

A utilização das tecnologias digitais da e comunicação é uma ferramenta poderosa para ampliar o alcance e o impacto da mediação da informação, tornando-a mais acessível para mulheres de diferentes localidades e contextos. Ainda que haja desafios relacionados ao volume e às transformações na disseminação da informação, as tecnologias digitais podem contribuir para romper barreiras geográficas e ampliar o acesso ao conhecimento.

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) representam instrumentos conceituais e teóricos, bem como plataformas e vias que desempenham funções de processamento, armazenamento, síntese e recuperação de informações em diversas formas. A trajetória dos meios de comunicação tem experimentado transformações ao longo do tempo, abrangendo desde o telégrafo óptico e o telefone até chegar aos dispositivos móveis e à televisão. Na contemporaneidade, é possível mencionar o computador e a Internet como marcos significativos desse avanço (Ramos, 2008).

Do ponto de vista prático, as TDICs têm a capacidade de gerar consequências de relevância para uma vivência democrática e em constante modificação na sociedade, desde o estágio inicial de sua concepção. Além disso, essas tecnologias têm se transformado em instrumentos estratégicos empregados por grupos, organizações e movimentos sociais, entre os quais o feminista.

Conforme analisado por Regina Celi Pinto (2003), o movimento feminista prontamente reconheceu a posição paradoxal de destaque ocupada pelas tecnologias. Elas se manifestam como uma fonte de visibilidade e alcance para as mulheres, mas também desempenham um papel na sustentação da ordem de dominação masculina por meio das criações e representações de gênero.

A mediação da informação na Universidade Livre Feminista desempenha um papel importante na resignificação da informação, empoderando mulheres e proporcionando-lhes a oportunidade de desenvolver conhecimentos e habilidades que as capacitem a enfrentar as desigualdades de gênero, bem como a participar

ativamente no cotidiano para a construção de uma sociedade equitativa. Por isso torna-se importante a capacitação e a utilização de recursos para lidar com a informação na perspectiva do empoderamento das mulheres, como ressalta Mirian Aquino (2015):

A existência de informação e o emprego de tecnologias de informação e comunicação não são suficientes para garantir acesso à informação relevante para o empoderamento da mulher. As evidências sugerem que, para facilitar esse acesso, é necessário capacitar recursos humanos para lidar com informação, isto é, habilitá-los a acessar e usar informação (Aquino, p. 2015, 211).

Percebemos que um ponto inegável dessas transformações pode ser atribuído às questões tecnológicas. É evidente que não se resume a superar apenas a segregação técnica, científica e digital na nossa sociedade. Para Cláudia Mayer (2017), o que se torna crucial é apoiar as iniciativas que se empenham em promover os direitos das mulheres de desenvolverem uma maior autoconfiança em relação à tecnologia. Além disso, é necessário respeitar a escolha das mulheres que optam por não usar ferramentas corporativas, reconhecendo a importância de integrá-las de maneira contextualizada em suas vidas e práticas diárias, enquanto também as consideram como recursos culturais e expressivos.

Diante disto, o movimento feminista tem se destacado entre os movimentos sociais por utilizar as possibilidades oferecidas no campo tecnológico, como afirma Graciela Natansohn (2013, p.15) sobre o “[...] esforço relativamente recente em colocar especificamente as TICs, a internet e o ambiente virtual como *locus* de ação e reflexão do movimento feminista e das mulheres”, estabelecendo uma conexão entre a informação como componente crucial para os progressos realizados, especialmente no impulso das conversações e na busca por políticas públicas em prol das mulheres.

A *práxis* feminista que emergiu nos últimos tempos pode ser considerada um fenômeno sem precedentes e está relacionada às redes eletrônicas, que ofereceram uma nova dimensão à luta e à perspectiva feminista (Martinez, 2015). Porém, é evidente que não se resume a superar apenas a segregação técnica, científica e digital na nossa sociedade. O que se torna crucial é apoiar as iniciativas que se empenham em promover os direitos das mulheres de desenvolverem uma maior autoconfiança em relação à tecnologia.

Assim, debater as desigualdades de gênero também pode ir na contramão do silenciamento imposto às mulheres ao longo da história. Ou em outras palavras, não as deixar no segundo plano sem uma participação efetiva, com decisões tomadas sem suas iniciativas enquanto cidadãs.

Para alcançar uma compreensão abrangente das posições e interações entre homens e mulheres na sociedade, é essencial analisar não apenas suas características biológicas, mas também os construtos sociais que se formaram em torno dessas características. Esse debate caminhará por meio de uma nova abordagem linguística, na qual o conceito de gênero desempenhará um papel crucial (Louro, 1997). "O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política" (Louro, 1997, p. 21).

Para Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014, p. 6), "As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus feitos não estão restritos às mulheres". Apontam o gênero como "[...] um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social" (Miguel; Biroli, 2014, p. 6).

Esse debate tem perpassado por várias mudanças e coloca o feminismo num grau de relevância para diferentes áreas do conhecimento, em especial as Ciências Humanas. A pertinência dos estudos acerca do feminismo tem indicado para a existência de "feminismos", dada sua magnitude de reflexões plurais. Em certa medida, uma seara que aponta para seu mérito e que reside no entendimento trazido por bell hooks de que o feminismo é um "[...] movimento para acabar com a opressão sexista" (hooks, 2019, p. 65). Para a teórica (2019, p. 66), "definir o feminismo como um movimento para acabar com a opressão sexista é crucial ao desenvolvimento da teoria porque constitui um ponto de partida para a investigação e a análise" (hooks, 2019, p. 66).

A interseção entre gênero e feminismo evidencia uma ligação complexa e essencial para a compreensão das batalhas e obstáculos que as mulheres têm enfrentado ao longo da história. Gênero abarca construções sociais, culturais e históricas que moldam as identidades e "papéis" atribuídos às pessoas. Nesta linha, Judith Butler (2022, p. 42) afirma que gênero é "uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada".

Dentro desse contexto, o feminismo emerge como uma resposta crítica a essas construções, buscando desconstruir as desigualdades e opressões baseadas no

gênero. O feminismo reconhece que as desigualdades de gênero não são naturais, mas sim produtos de estruturas de poder e normas sociais que perpetuam hierarquias injustas. Como um movimento político e social, o feminismo busca questionar e transformar essas estruturas, lutando por uma igualdade genuína e pela eliminação das barreiras que impedem o pleno desenvolvimento das mulheres. "O feminismo pode ser considerado um movimento social, um campo de produção de conhecimento fortemente teorizado e disputado e uma visão emancipatória de mundo" (Matos, 2015, p. 150).

Nesse diálogo entre gênero e feminismo, as teorias feministas desempenham um papel fundamental ao analisarem como os sistemas patriarcais afetam a vida das mulheres e explorarem estratégias para desafiar essas influências. Ao colocar em destaque as experiências e vozes das mulheres, o feminismo amplia a compreensão do gênero além das categorias binárias, abrindo espaço para uma gama diversificada de identidades e experiências da política, da cultura e das relações sociais.

Por meio das práticas feministas, mulheres de diferentes origens e contextos encontram um ponto de convergência para compartilhar suas histórias, reivindicações e aspirações por uma sociedade mais justa e equitativa. Essa conexão entre gênero e feminismo inspira mudanças não apenas em nível individual, mas também em níveis sistêmicos, influenciando políticas públicas, legislação e percepções sociais.

Portanto, a imbricação entre gênero e feminismo transcende a simples identificação de desigualdades e adentra uma jornada de questionamento, análise e transformação das estruturas sociais que moldam nossas vidas. Esse diálogo contínuo entre gênero e feminismo cria um espaço de empoderamento, conscientização e resistência, à medida que buscamos construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as pessoas.

Nessa direção caminhamos para o que frisa bell hooks: "[...] o feminismo tem sua linha oficial, e as mulheres que anseiam por uma estratégia diferente, por fundamentos distintos, são normalmente proscritas e silenciadas" (2019, p. 37). Essa perspectiva mostra uma realidade atual embora acompanhe a sociedade há séculos, reafirmando a heterogeneidade da luta do feminismo.

Para bell hooks (2015, p. 6),

As lutas feministas tiveram diferentes expressões, heterogêneas como o próprio feminismo. A relação entre essas lutas e o feminismo teórico é fundamental, produzindo debates em que as fronteiras entre a luta política e

a atividade intelectual e acadêmica são, em geral, mais porosas do que nas correntes predominantes da teoria política.

De fato, as lutas do feminismo têm sido capazes de transformar a agenda social e política das mulheres e essa definição de hooks se alinha com a presente pesquisa, sobretudo, na utilização de mecanismos que dialogam com a legitimidade do movimento, apesar da não existência de uma homogeneidade das lutas porque não conseguimos chegar a um consenso sobre o que vem a ser feminismo (hooks, 2015),

Todavia, é notório que a participação das mulheres em diferentes espaços foi, e continua sendo, resultado de uma luta contra a persistência de um histórico e sistemático silenciamento, contra o qual opõe a organização das mulheres em diferentes níveis. Diante dessa observação podemos fazer por meio do nosso objeto de pesquisa porque a Universidade Livre Feminista tem desempenhado um papel fundamental no âmbito de dar voz, ampliar a discussão pela erradicação do machismo e da opressão sexista, especialmente por estar alicerçada na teoria feminista a qual tem importantes expoentes como Angela Davis (2016), Adriana Piscitelli (2002), Simone de Beauvoir (2016), bell hooks (2019), Guacira Louro (1997), Lélia Gonzalez (1988), Djamila Ribeiro (2018), Patricia Hill Collins (2019), entre outras.

As distintas correntes do pensamento feminista reconhecem à existência da subordinação das mulheres, mas questionam a suposta característica intrínseca dessa subordinação. “Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado” (Piscitelli, 2002, p. 9). Dessa forma, ao reformular a percepção da sociedade em relação às mulheres, seria viável reconfigurar o seu posicionamento no contexto social.

Os estudos sobre o feminismo abrangem uma longa trajetória pautada em várias contribuições. E nessa perspectiva é possível estabelecer que podemos tratar de feminismos que hoje apresentam um sentido mais amplo, que supera a discussão da luta das mulheres branca e de elite em busca da cidadania e outras lutas contra a opressão (Collins, 2019). De acordo do Patricia Hill Collins (2019, p. 33) a “[...] opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade”.

Nessa conjuntura, observamos a existência de um grande silenciamento corroborado mais fortemente por dois sistemas que acompanham a luta das mulheres: o patriarcalismo e pela dominação masculina abordada por Pierre Bourdieu (2019),

compreendendo uma relação de dominação sobre a mulher em vários espaços além do doméstico.

Assim, uma apreensão verdadeiramente relacional da relação de dominação entre os homens e as mulheres, tal como ela se estabelece em todos os espaços e subespaços sociais, isto é, não só na família, mas também no universo escolar e no mundo do trabalho, no universo burocrático e no campo da mídia, leva a deixar em pedaços a imagem fantasiosa de um "eterno feminino" para fazer ver melhor a permanência da estrutura da relação de dominação entre os homens e as mulheres, que se mantém acima das diferenças substanciais de condição ligadas aos momentos da história e às posições no espaço social (Bourdieu, 2019, p.167).

A luta das mulheres pelos direitos conquistados ao longo da história registra diferentes momentos, mas todos estão relacionados a questões que reforçam o silenciamento, o enfraquecimento da participação das mulheres na sociedade. Passam inclusive pela institucionalização, como por exemplo, a imposição do Estado e de outros aparelhos que corrobora com um *status* de inferioridade da mulher em aspectos relacionados ao trabalho, ao direito sobre o corpo, questões que apontam a mulher como ser submisso, sobretudo nas relações sociais, a mulher não apenas como indivíduo, mas também como ser coletivo.

Nessa relação das mulheres enquanto seres sociais, cabe discutir o silenciamento ainda mais evidente das mulheres negras, inviabilizadas de toda sorte de participação, interrompidas na maioria das vezes pelos sistemas capitalista e patriarcal.

Os sistemas capitalista e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados: eles coexistem. Quando falamos de capitalismo e patriarcado, estamos fazendo uma separação para fins analíticos, no sentido de esclarecer que há um sistema de poder que se estrutura a partir do capital e do poder masculino (Ávila, 2012, p. 32)

Torna-se perceptível que tem sido contra esses sistemas que o movimento feminista tem feito um enfrentamento constante, apesar de desigual, pelas várias estruturas que se organizam em sentido oposto, inclusive reforçando outro viés de silenciamento que é o racismo.

O feminismo hegemônico, conforme bell hooks (2015), não considerou a visão da realidade aplicável às experiências de vida coletiva das mulheres. Embora, para bell hooks (2015), "[...] não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos" (hooks, 2015, p. 195). A autora destaca:

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe (hooks, 2015, p. 195).

As mulheres brancas, que exercem uma posição de destaque no diálogo feminista, sendo em grande parte responsáveis pela formulação teórica do movimento, demonstram escasso conhecimento acerca da supremacia branca enquanto tática, do impacto psicológico derivado das disparidades de classe e de sua situação política dentro de um Estado que é simultaneamente racista, sexista e capitalista (hooks, 2015).

Nesse aspecto, fica evidente uma árdua desigualdade pelo fato de as mulheres terem a necessidade de enfrentar desde a violência doméstica à violência institucional revelada em questões sociais como a desigualdade trabalhista.

Mais ainda relevante que as desigualdades sociais, como acesso à educação, emprego e salários compatíveis com as habilidades e competências da mulher, está a violência simbólica, que também se apresenta em níveis diferentes por uma relação de dominação abordada por Pierre Bourdieu (2019), a qual depende de mudanças nas estruturas que regem as relações de poder. Nesse contexto, uma das preocupações do feminismo é romper com essa dominação que vem de séculos, considerando os discursos hegemônicos reafirmados pela estrutura que considera sobretudo a produção, a disseminação dos discursos que legitimam, em certa medida, a violência e a violação dos direitos das mulheres.

O pensamento feminista negro promove uma alteração paradigmática essencial na maneira como concebemos as relações de poder injustas (hooks, 2015). O movimento feminista mostra a importância em tratar a pluralidade dos sujeitos políticos em afirmar que “[...] a pluralidade dos sujeitos políticos e de suas lutas permitiu o aprofundamento da crítica a esse sistema (Ávila, 2012, p. 36).

Contudo, apesar dos avanços gerados com as mobilizações do movimento feminista, ainda persiste uma “[...] invisibilidade e escassez de mulheres na chamada sociedade da informação, o que é um fato bastante documentado” (Natansohn, 2013, p. 15).

De modo que reforçamos a necessidade de uma abordagem focada na importância da atuação do movimento feminista na intenção do avanço às transformações, e, conseqüentemente, na construção de possibilidades de um

protagonismo social das mulheres que pretendemos identificar por meio do processo formativo para as participantes do processo de formação da Universidade Livre Feminista, que constitui nosso primeiro objetivo de pesquisa. Neste sentido, esta ação educativa corrobora com o fato de que o feminismo tem sido uma das contribuições inegáveis que parte de uma "consciência militante" arraigada de um processo de formação de um sujeito coletivo, como afirma Mirla Cisne (2013, p. 37).

Destacamos a importância do feminismo negro, cujo reconhecimento para estudos até os debates atuais tem grandes expoentes não apenas no Brasil, a exemplo de Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Mirian Aquino, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, entre outras. Claudia Pons Cardoso (2019) aponta que Lélia Gonzalez tem uma importância para o feminismo negro, não só do Brasil, mas da América Latina e Caribe, com questões centrais para a construção de um feminismo afro-latino-americano que ainda hoje alimentam nossos debates.

Ao longo dos estudos sobre o feminismo é inegável que foi negada a existência de pautas e realidades das mulheres negras. Assim, destaca Patricia Hill Collins (2019, p. 48) que:

As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia.

Corroboramos com Claudia Pons Cardoso (2017, p. 2) quando afirma que, historicamente, as mulheres "têm questionado poderes, desafiado estereótipos, preconceitos e representações negativas, enfrentado violências, desigualdades e discriminações". Este é um fato para entendermos o quão fundamentais têm sido os estudos que referenciam a luta por um feminismo negro.

A autora reforça que o racismo subjuga as mulheres negras, sendo as mais oprimidas e exploradas, pelo capitalismo patriarcal-racista. "Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdade, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe (Cardoso, 2019, p. 46).

Para Cisne (2013, p. 37), "[...] devemos, portanto, partir da análise da construção social desse sujeito individual e coletivamente". O que entendemos que tal afirmação corrobora com Gayatri Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, que trata dos discursos hegemônicos como algo a ser visto como delimitador da emancipação das mulheres. Gayatri Spivak destaca que umas das preocupações

centrais "[...] é desafiar os discursos hegemônicos e também nossas próprias crenças como leitores e produtores de saber e conhecimento" (Spivak, 2010. p. 8).

Para endossar a importância dessa afirmação, trazemos o feminismo, o movimento de mulheres, enquanto colaborador decisivo e assertivo, na luta pela desconstrução de uma variedade de discursos e estruturas que perpetuam a desigualdade de gênero e o patriarcado. Alguns dos principais discursos que o feminismo procura desconstruir incluem objetificação da mulher, machismo, cultura do estupro, racismo, desigualdade salarial, violência de gênero, sistema de educação sexista e a falta de representação.

Nessa lógica de opressões, é importante voltar a uma reflexão de reconhecimento dos distintos tipos de feminismo, como o feminismo negro e a interseccionalidade que funcionam como uma forma de lançar um olhar étnico-racial para as desigualdades entre as mulheres, esse olhar que está ausente na compreensão de Ribeiro (2016).

Falta um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a Interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimentos de outras (Ribeiro, 2016, p. 102).

Esta questão está reforçada por Patricia Hill Collins (2019), em sua obra *Pensamento feminista negro*, quando se refere à produção acadêmica, na qual a autora aponta a ausência de ideias de feministas negras para desafiar hegemonias. De acordo com Patricia Hill Collins (2019, p. 37), essa ausência "[...] colocou-as em uma posição muito mais frágil para desafiar a hegemonia da produção acadêmica dominante produzida em nome de todas as mulheres".

O conceito de interseccionalidade é mencionado na intenção de compreender como esse olhar favorece o entendimento do movimento feminista, preocupado com a história de lutas das mulheres que esbarra necessariamente nos sistemas mencionados e que, por meio da organização coletiva, é possível formular e debater outras formas de organizar a vida em comum que apresentem novas possibilidades (Ávila, 2012).

Assim como Maria Betânia Ávila, entendemos que:

[...] os movimentos feministas e das mulheres negras entram no âmago dos imbricamentos do sistema de dominação e exploração capitalista/patriarcal/racista. É da confluência das lutas e da capacidade de

construirmos pensamento crítico por meio do diálogo que, em um movimento dialético, podemos avançar na construção de outro mundo possível (Ávila, 2012, p. 43).

O que significa que se torna indissociável pensar as disparidades que acompanham a história das lutas das mulheres que tem uma sua trajetória pautada em uma demanda que ressalta a relevância de politizar o privado, assim como de denunciar as desigualdades desencadeadas pela legitimidade das estruturas de poder as quais provocam a submissão das mulheres.

E, nesse sentido, podemos entender o feminismo enquanto um movimento amplo voltado para a busca da emancipação política, cultural e social em favor do processo de reivindicação dos direitos. Movimento que busca a efetivação do rompimento de um sistema padrão que torna as mulheres invisíveis e que perpetua uma luta constante por equidade, autonomia e, sobretudo, protagonismo social.

Partimos de uma tradição onde a mulher não tem lugar de fala, sofre por distintos aspectos históricos, embora tenhamos registros dos movimentos que apresentam as lutas das mulheres como sendo lugares de conquistas e, em certa maneira, observados como momentos de revolução.

Nessa direção, reforçamos a colocação de bell hooks (2019b) sobre a importância do trabalho coletivo para confrontar a diferença, bem como para expandir nossa consciência sobre os marcadores sexo, raça e classe “[...] como sistemas interligados de dominação” (hooks, 2019b, p. 67). A autora acrescenta ainda que “[...] esse é o trabalho que deve ser a base do movimento feminista”.

Porém, diante das conquistas, na contramão, as mulheres continuam passando por estágios diferenciados para alcançar e exercer plenamente a cidadania e serem reconhecidas com equidade, sobretudo diante dos retrocessos que se apresentam no contexto político, econômico e social postos, sobretudo, no cenário brasileiro. Diante desse cenário, ainda existe um fator preponderante que inviabiliza o protagonismo social das mulheres, denominado por Pierre Bourdieu (2019) de violência simbólica, cujas raízes são profundas e de difícil enfrentamento, da qual falamos anteriormente.

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem (Bourdieu, 2019, p. 75).

A afirmativa de Pierre Bourdieu (2019), assim como as assertivas das autoras como Maria Betânia Ávila (2012) e bell hooks (2019), revalida a importância da

atuação da Universidade Livre Feminista contra a violência simbólica que sustenta a desigualdade de gênero e raça, enraizada num sistema patriarcal, machista e racista. São particularidades como as que são postas que geram inquietações afetadas por um sistema pautado na inferiorização da mulher em todos os aspectos, nos levando a perceber que a violência simbólica pautada na "[...] dominação masculina encontra um de seus melhores suportes no desconhecimento, que favorece a aplicação, ao dominante, de categorias de pensamento engendradas na própria relação de dominação" [...] (Bourdieu, 2019, p. 133).

Nesse sentido, pensamos a necessidade de novas possibilidades de intervenção, de resistência, que tenham outras configurações a partir da perspectiva informacional, inclusive alternativas para a desconstrução das relações de poder, de modo que concordamos com Manuel Castells (2006, p. 419) sobre a função das identidades de resistência, que "não são estão restritas a valores tradicionais", a exemplo dos movimentos feministas.

Podem também ser construídas por movimentos sociais ativistas, ou ao redor deles, que optam por estabelecer sua autonomia em sua própria resistência comunal uma vez que não têm força suficiente para tomar de assalto as instituições opressoras às quais se opõem. É, este, via de regra, o caso do movimento feminista, criando espaços para as mulheres nos quais uma nova consciência antipatriarcal poder surgir [...] (Castells, 2006, p. 419).

É importante destacar, então, que se torna possível transcender a desigualdade de gênero. No contexto dessa batalha entre as discrepâncias, a luta pelos direitos das mulheres é uma trajetória histórica que continua evoluindo. Há diversos direitos que devem ser preservados, igualmente muitos que carecem de conquista, e vários que se encontram em risco iminente de serem perdidos.

E, como afirma Patricia Hill Collins (2019, p. 433-424), ao falar sobre a adoção de um paradigma de opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidades se reconhece a capacidade de ação individual e coletiva das mulheres intrínseca a essas opressões, assim, "[...] o pensamento feminista negro reconceitua as relações sociais de dominação e resistência".

Voltamos a lembrar do nosso objeto de pesquisa, sua contribuição enquanto processo colaborativo, e que, ao tratar da busca de transformações por meio de ações e informações mediadas, compreende um nível de interação complexo, sobretudo por constituir um espaço que abrange as tecnologias da informação e da comunicação. Ou seja, enfrenta desafios, a exemplo da exclusão e silenciamento que vêm num

encadeamento de estudos e reflexões que buscam explicar e muito mais eliminar os níveis de desigualdades em decorrência dos marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe e de geração. Nessa perspectiva, a luta feminista é essencial para o alcance da eliminação das desigualdades.

Marcio Zamboni (2014, p. 13) define que “Marcadores sociais da diferença são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais”. E ainda aponta que,

Em primeiro lugar, as diferenças e desigualdades entre os homens não são naturais. Elas são construídas socialmente e precisam ser contextualizadas em termos de tempo e espaço. Em segundo lugar, os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política. Finalmente, os sistemas de classificação estão intimamente ligados às relações de poder (Zamboni, 2014, p. 15).

A pesquisadora bell hooks (2015) considera que, para a continuidade da luta feminista, é essencial “[...] que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista” (hooks, 2015, p. 208). E complementa, afirmando a importância de “vislumbrar e criar uma contra hegemonia” (hooks, 2015, p. 208).

Nesse sentido, no processo das mudanças ocorridas no tratamento da informação, isto é, da forma tradicional para o digital, alguns debates têm sido importantes para garantir uma informação mediadora de transformação para o cenário da luta das mulheres, no qual destacamos o ciberfeminismo que tem sido uma teoria em voga, evidenciando os:

[...] direitos que lhe empoderam para reconstruir sua história. Dessa maneira, o ciberativismo evidencia atuantes mulheres convascendo seu protagonismo, ou seja, as feministas usufruem de um sistema que faz com que o indivíduo torne-se mais visível perante a sociedade e, dessa forma, esperam alcançar o protagonismo histórico que lhe foi retirado violentamente (Dieminger; Oliveira, 2015, p. 3).

Diante do que tecemos sobre os feminismos pela visão da abordagem da era digital, torna-se importante a autonomia informacional dos indivíduos, sobretudo porque, para Maria Betânia Ávila (2012), é fundamental que consideremos a lógica na origem do sentido do desenvolvimento da produção e das tecnologias modernas. A autora ressalta que esta produção “[...] está muito mais voltada para a manutenção das relações de poder e dominação do que para uma perspectiva de libertação humana, como defendiam os iluministas” (Ávila, 2012, p 34).

E nesse encadeamento precisamos considerar "[...] que a consciência militante está radicalmente articulada com o processo de formação de um sujeito coletivo" (Cisne, 2013, p. 37). Na visão da autora, deve-se partir da análise da construção social desse sujeito individual e coletivamente. Para tanto, torna-se pertinente o aprofundamento sobre os feminismos e a apropriação de questões como a transformação proporcionada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, especialmente sua contribuição para novas formas de interação entre os grupos que compõem o movimento feminista. Torna-se importante observar como, com o decorrer do tempo, esse movimento, além de aprender, disseminou conhecimentos.

Para ilustrar a disseminação de conhecimentos, apontamos o acesso ao Portal da Universidade Livre Feminista.¹ Dados mostram que, além das mais de três mil participantes e ativistas, o Portal recebe diariamente mais de cinco mil visitas, demonstrando a relevância do acesso pelas usuárias. Diante da relevância da informação para a sociedade, cada vez mais entendemos que devido as transformações sociais, as organizações, os movimentos sociais precisam focar em ambientes que respondam às necessidades informacionais e comunicacionais, considerando a complexidade dos processos que se instalaram e são modificados em grande velocidade.

Para Cláudia Rocha (2015, p. 167),

As intensas transformações sociais que hoje vivenciamos, decorrentes do advento das novas tecnologias e dos complexos processos de globalização, têm sido, nas últimas décadas, bastante enfatizadas e problematizadas nos mais variados campos da pesquisa aplicada, tanto no Brasil como no exterior.

Estamos de acordo com a afirmação de Cláudia Rocha (2015) para destacar que este fenômeno informacional tem gerado possibilidades aos grupos, organizações e movimentos, que demandam o acesso aos conteúdos formadores e emancipatórios, especialmente no campo da educação não formal, a exemplo do movimento das mulheres. Nesse sentido, o impacto da Universidade Livre Feminista para o fortalecimento da luta das mulheres participantes dos processos de formação interfere diretamente no empoderamento das mulheres pela resignificação dada a informação acessada.

¹ Dados da publicação *Mais direitos e mais poder para as mulheres*, do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (2014).

3 FEMINISMOS, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

No cenário contemporâneo, marcado pelo crescente papel das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na nossa vida diária, surge uma intersecção fascinante entre os movimentos feministas: a mediação da informação e o uso dessas tecnologias. Este capítulo se propõe a explorar as complexas interações entre esses elementos cruciais.

Os feminismos se adaptam e se redefinem para atender aos desafios do século XXI. Neste sentido, é crucial examinar como as TDICs impactam tanto a disseminação das vozes femininas quanto as lutas por igualdade de gênero. Ao considerar a mediação da informação como um ponto de encontro entre o ativismo feminista e as tecnologias digitais, este capítulo busca investigar como as mulheres têm usado as TDICs para ampliar suas vozes, combater estereótipos prejudiciais e construir uma presença significativa no espaço virtual.

Além disso, examinaremos as oportunidades e os desafios que surgem nessa intersecção, desde a representação das mulheres na mídia digital até a criação de comunidades *online* engajadas na promoção da igualdade de gênero. Por meio dessa análise abrangente, almejamos lançar luz sobre o poder transformador dos feminismos mediados pela tecnologia e destacar a importância de um diálogo contínuo entre os movimentos feministas e o mundo digital por meio de autoras como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, 2019; bell hooks, 2015; Cláudia Pons Cardoso, 2017; Graciela Natansohn, 2013.

A frase de Betty Friedan (1963) “O problema que não tem nome” é citada por bell hooks em *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*, para na realidade evidenciar que nem sempre quando o tema é mulher este tema abrange todas as mulheres. Em outras palavras, a autora explicita que por muito tempo falar sobre mulheres significava abarcar um seletivo grupo, em geral mulheres brancas, casadas, com formação em nível superior, de classe média e alta (hooks, 2015).

Vivenciamos um cenário o qual aponta para a extrema desigualdade que persiste em assolar as mulheres. Na contramão de todo e qualquer processo de exclusão e vulnerabilidades imposto às mulheres, torna-se indispensável observar que existem movimentos, organizações e grupos que têm estabelecido uma relação de enfrentamento ao contexto de desigualdades. De modo que se torna fundamental

fugir à condição apenas do tratamento das relações de gênero como marcador dessas disparidades.

Vale destacar que as mulheres negras, uma vez desumanizadas, foram transformadas no “outro feminino” racializado. Tais representações atualizadas continuam, no presente, a contaminar as sociedades e as instituições, produzindo danos à vida das mulheres racialmente discriminadas (Cardoso, 2017).

Portanto, a abordagem da interseccionalidade tem sido de grande relevância para tratar das desigualdades, violações e violências contra as mulheres.

Embora a interseccionalidade não seja o foco da presente pesquisa, ela suscita um debate para observarmos os feminismos que emergem na Internet provocando questionamentos e problematizam, em certa medida, a invisibilidade sobretudo da mulher negra (Garcia, 2020).

Como observa Graciela Natansohn (2013, p.16), “[...] desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TICs [...]”. O que significa que o avanço das tecnologias não está imune às relações de poder que resultam em disparidades e conflitos nas formas de acesso, utilização, design e formatação das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Em sentido oposto ao que se visualiza, a maioria dos movimentos sociais, o feminismo tem se apropriado de uma dinâmica reticular formada pelas plataformas de comunicação digital, como forma de difundir e promover suas pautas e reivindicações, apesar da presença feminina limitada nas decisões relativas à infraestrutura física e lógica das redes digitais ao redor do mundo (Natansohn, 2013, p19).

A interseccionalidade configura-se como uma possibilidade de explicação para o entendimento de diversos problemas e discriminações das mulheres negras, evidenciando a questão de gênero e demais marcadores sociais como raça/etnia, orientação sexual, classe social, renda, deficiência e geração/idade. Neste sentido, a interseccionalidade apresenta-se justamente para evidenciar que estes recortes não são/estão isolados uns dos outros. Tomamos por exemplo, a discriminação ou falta de oportunidades das mulheres, que em geral entrecruza mais de um desses aspectos de marginalização das mulheres. Uma mulher negra geralmente não acessa os mesmos direitos de uma mulher branca. Aqui identificamos o gênero e a raça em intersecção para explicar a falta de direitos. A mulher negra e de classe social pobre acumula três aspectos de negação de direitos – gênero, raça e classe social.

De acordo com Djamilia Ribeiro (2018), a interseccionalidade, que é um termo cunhado pela teórica e ativista Kimberlé Crenshaw, na década de 1980, trata de uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas das interações entre dois ou mais eixos da subordinação, conforme relacionados acima.

O termo foi inicialmente utilizado para discutir as experiências das mulheres negras, que muitas vezes não se encaixavam nas abordagens feministas tradicionais ou nas lutas antirracistas. Desde então, o conceito foi ampliado para abranger diversas interações entre sistemas de opressão, como racismo, patriarcalismo, classismo, capacitismo, homofobia, entre outros.

Considerando, por exemplo, o acesso ao uso das tecnologias, sobretudo a internet, enquanto recurso presente no nosso cotidiano, dados do relatório da Exclusão Móvel de Gênero 2018 apontam que “mais de 1,2 bilhão de mulheres em países de baixa e média renda não usam internet móvel” (Branco, 2020, p. 31).

E as mulheres ainda são as que menos têm probabilidade de uso. A pesquisa *Nas rodas e nas redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares* traz que, segundo a União Internacional das Telecomunicações (UIT), [...] as mulheres em todo o mundo são 12% menos propensas que os homens a terem acesso à internet e que, nos países considerados menos desenvolvidos, as mulheres têm 33% menos probabilidade.

Outra disparidade que identifica a negação de direitos na lógica da interseccionalidade encontra-se na questão da dedicação de horas ao trabalho. No trabalho doméstico, [...] em 2018, as mulheres não ocupadas no mercado de trabalho dedicavam 23,8 horas semanais a essas atividades, enquanto os homens, 12 horas. (IBGE, 2019). Isso significa que por um lado, as mulheres são afetadas estando ou não no mercado de trabalho formal, por outro, as mulheres também têm um aumento na carga do trabalho doméstico.

Retomando a questão do acesso às tecnologias da informação e comunicação, uma pesquisa do DigiLabour – Laboratório de Pesquisa (2021) mostra que a exclusão da população negra também se faz presente no âmbito dos estudos de gênero, ciência e tecnologia. Nesse domínio de conhecimento, a presença é predominantemente branca entre os pesquisadores.

Segundo a pesquisa, “as lacunas também se apresentam nos recortes de pesquisa que raramente se debruçam sobre a intersecção entre raça, gênero e tecnologia”, de modo que se torna indispensável abordar a interseccionalidade no

contexto da utilização das tecnologias pelas mulheres, dada a discrepância das desigualdades que afetam de forma intensa as mulheres negras.

Na concepção de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021),

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (Collins; Bilge, 2021, p. 46).

A interseccionalidade apresenta-se como importante discussão para entendermos que as mulheres vivenciam uma prática a qual não privilegia a efetivação de sua vida pública. Em meio a tantas desigualdades, destaca-se sobretudo em relação ao trabalho, onde as mulheres continuam recebendo menores salários que os homens, mesmo ocupando as mesmas funções ou cargos, o que reflete na disparidade de gênero, uma realidade mundial.

Dados levantados em reportagem do Correio Brasiliense evidenciam esta realidade. Em 2021, a agência de empregos Catho constatou que mulheres, mesmo ocupando os mesmos cargos e realizando tarefas iguais às dos homens, chegam a ganhar até 34% menos do que eles (Correio Brasiliense, 2021).

Esta é uma realidade que pode ser agravada pela falta de informações, segundo ressalta Bárbara Paes (2016). A autora enfatiza que a falta de informações sobre direitos das mulheres pode levar à criação de políticas públicas ineficientes ou inadequadas para dirimir as desigualdades (Paes, 2016).

Observamos que, então, o que caracteriza a interseccionalidade seria o fato de ser um conceito inter cruzador desses aspectos, principalmente por impedir reducionismos da política das estruturas modernas coloniais (Akotirene, 2019).

Nas palavras de Carla Akotirene (2019)

Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar as desigualdades de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça (Akotirene, 2019, p. 22).

Considerando essa dinâmica, observamos que ao longo da história, as desigualdades são reforçadas pela intersecção de opressões, tanto quanto pelo silenciamento. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da

multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009; Hirata, 2014).

Podemos constatar que a interseccionalidade traz à luz a compreensão de uma relação de marcadores sociais que, como próprio nome indica, intercruza elementos que revelam a situação social de subordinação da mulher quer por um ou outro aspecto, destacando que o problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista (Saffioti, 2015).

Se apontarmos outro aspecto que é a questão das violências que acometem as mulheres, Carla Akotirene (2019) alega que, além da violência atravessar o marcador raça, as classes e as gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, porque mulheres negras, na maioria, são moradoras de ambientes considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias. Em outras palavras, as mulheres negras acumulam dois marcadores que possivelmente vão lhe custar discriminação e preconceito, condições estas que se entrelaçam a outros fatores, gerando o silenciamento, a violação de direitos.

Para Carla Akotirene (2019, p. 73), a interseccionalidade "busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação". Ou seja, como afirma a autora,

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Akotirene, 2019, p. 73).

Nesse caminho, compreendemos ser improvável a efetivação de um protagonismo social das mulheres sem que entendamos os eixos que se entrelaçam, provocando o silenciamento das mulheres.

Embasada na *práxis* educativa feminista, a ULF vem fazendo valer a clássica máxima de que o "pessoal é político", corroborada pela experiência vivida a partir das relações sociais de gênero, raça e sexualidade. O diálogo promovido entre as participantes desencadeia um processo reflexivo e de autoconscientização voltado para uma ação transformadora da realidade. E, mesmo não inserida no campo da

educação formal, ainda assim, a proposta da ULF se embasa na educação, sobretudo para os direitos humanos das mulheres e, conseqüentemente, trata diretamente com a pertinência simbólica da informação.

A atuação em rede das organizações e movimentos pressupõe a busca por um fortalecimento que não se alcança de forma individualizada, porque o desempenho do fazer coletivo obriga a uma metodologia baseada nas ações dos grupos que buscam mudanças estruturais.

Concordamos com Maria Aparecida Moura na afirmativa de que são notórias as “[...] inúmeras transformações pelas quais passou e tem passado a vida individual e coletiva nas sociedades contemporâneas tornaram premente uma reflexão sobre os modos pelos quais a informação constrói a realidade]” (Moura, 2011, p. 65).

Tais transformações incluem o nível de uso e acesso à informação. E fazer uso da informação é, segundo Ives-Francois Le Coadic (2004, p. 38), “trabalhar com a matéria informação para obter efeito que satisfaça a uma necessidade de informação”. Em outras palavras, consiste num processo que considere as práticas informacionais do sujeito com base na mediação. Neste caso, a ULF tem desempenhado o papel de mediação desse processo, corroborando para o protagonismo social das participantes de seu processo formativo de forma ampla, contextualizado na metodologia que prioriza a inclusão, a desconstrução de contravalores que estimulem o rompimento do silenciamento imposto às mulheres durante séculos, reforçando uma subordinação histórica.

Para Carla Akotirene (2019, p. 97), “[...] a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas”. Esse reconhecimento, necessariamente perpassa pelas práticas empreendidas no sentido de mitigar quaisquer formas de opressão.

E diante desses sistemas de opressão e discriminação ainda existe possibilidade de pensarmos o exercício do protagonismo da mulher, a partir das práticas informacionais propiciadas pela Universidade Livre Feminista, tendo em vista que o protagonismo social considera práticas emancipatórias individuais e coletivas.

As tecnologias desempenham um papel fundamental no cotidiano das mulheres, proporcionando benefícios significativos e contribuindo para a igualdade de gênero, empoderamento e melhoria da qualidade de vida. Mas o uso da tecnologia no dia a dia ainda é, infelizmente, circunscrito pelo poder econômico. Mesmo com a

popularização do acesso à Internet, não são todas as pessoas que têm a possibilidade de tomar parte nesse movimento (Mayer, 2017).

Porém, algumas razões evidenciam a importância das tecnologias para as mulheres, a exemplo do acesso à informação, uma vez que a internet oferece às mulheres acesso a uma ampla gama de informações e conhecimentos. O acesso à informação ajuda as mulheres a tomarem decisões importantes sobre suas vidas, bem como a se manterem atualizadas sobre os acontecimentos ao redor do mundo.

A comunicação e as redes de apoio mostram que as tecnologias facilitam a conexão entre as mulheres, permitindo que compartilhem experiências, ideias e informações. As redes sociais, fóruns *online* e aplicativos de mensagens instantâneas fornecem plataformas para o estabelecimento de redes de apoio, solidariedade e colaboração. “Isso é particularmente importante para mulheres que podem estar em situações de isolamento social, como mães que ficam em casa, mulheres em comunidades rurais ou em regiões onde o acesso a serviços presenciais é limitado” (Mayer, 2017, p.41).

Portanto, percebe-se ser necessário ir além de superar a segregação técnica, científica e digital em nossa sociedade. É crucial apoiar iniciativas que visem promover os direitos das mulheres se tornarem mais autoconfiantes tecnologicamente (Mayer, 2017).

As tecnologias promovem o ativismo dando voz às mulheres, uma vez que as ações feministas em rede têm rendido resultados, não somente pelas ações que conseguem emplacar, mas também pela democratização do acesso à informação, tornando mais acessíveis conteúdos, textos e teorias diversas; aos poucos, muitas mulheres têm se aproximado do movimento (Mayer, 2017, p.41).

O projeto da Universidade Livre Feminista oferece às mulheres uma plataforma com múltiplas oportunidades de formação, expressão de opiniões, compartilhamento de informações, na perspectiva da promoção de mudanças sociais. O silenciamento, o segundo plano ou muitas vezes planos sem a participação da mulher foram traçados para conduzir as políticas, a vidas das mulheres. Iniciativas como a Universidade Livre Feminista representam um rompimento para determinadas limitações.

As redes sociais têm sido usadas como ferramentas para o ativismo feminista e para aumentar a conscientização sobre questões relacionadas aos direitos das mulheres, violência de gênero e desigualdades. As mulheres podem encontrar apoio,

criar movimentos e influenciar debates públicos através da mediação da informação e do uso estratégico das tecnologias.

No entanto, é importante reconhecer que a disparidade de acesso às tecnologias ainda existe em várias partes do mundo, especialmente em áreas rurais e entre mulheres de comunidades marginalizadas. Superar essa brecha digital é fundamental para garantir que todas as mulheres possam se beneficiar das oportunidades e recursos oferecidos pelas tecnologias.

As desigualdades de gênero e os estereótipos historicamente construídos sobre as mulheres também são fatores que acentuam as dificuldades do nosso (das mulheres) acesso à internet, o que se constitui como um afastamento do universo tecnológico (Branco; Lima, 2020).

As mulheres, especialmente em situação de subalternização, como mulheres negras, pobres e periféricas, enfrentam uma série de desafios relacionados ao acesso e circulação da internet. Alguns desses desafios incluem o acesso limitado à infraestrutura. Como foi constatado na pesquisa *nas rodas e nas redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares* (Branco; Lima, 2020), as mulheres de áreas rurais ou periféricas muitas vezes têm acesso limitado à infraestrutura de internet, como a conexões de banda larga estáveis. Isso dificulta seu acesso à internet de alta velocidade, afetando sua capacidade de aproveitar plenamente os recursos online.

Outro desafio para o uso das tecnologias e, conseqüentemente, o acesso à informação está no baixo nível de conhecimento e desenvolvimento de habilidades quanto ao manuseio dos recursos digitais. Nesse sentido, dentro de seu processo formativo, a ULF oferece capacitação para que as mulheres superem ou convivam melhor com tais adversidades. Este desafio está atrelado às disparidades econômicas porque mulheres pobres têm mais dificuldades financeiras para adquirir dispositivos eletrônicos, bem como pagar por serviços de internet. A pesquisa citada aponta que “o modelo e a memória dos celulares, por exemplo, foram citados em vários momentos como impedimentos para o acesso a determinados conteúdos e o uso de diferentes plataformas” (Branco; Lima, 2020, p. 80).

No âmbito dos estudos de gênero e as mulheres na Ciência da Informação, torna-se essencial compreender e enfrentar esses desafios através de iniciativas que busquem diminuir o fosso digital e promover a inclusão digital, aspectos abordados a seguir.

De modo que se torna crucial entender e buscar eliminar esses desafios por meio de iniciativas que visem reduzir o vácuo digital e promovam a inclusão digital. Nessa direção, vamos abordar, na próxima seção, as cinco dimensões da informação legitimadas por Henriette Gomes (2014; 2017; 2019; 2021).

3.1 DIALOGANDO COM AS DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL

Nesta seção adentramos à discussão central da nossa pesquisa, trazendo a informação e o protagonismo social enquanto instâncias que alinhavam o processo da "vida cidadã" abordada por Gomes e Novo (2017), aproximando esses conceitos caros à relevância do objeto da pesquisa em curso. Para aprofundar a discussão sobre o protagonismo social das mulheres, torna-se essencial apresentar as dimensões da informação defendidas por Henriette Gomes (2014; 2017; 2019; 2021) e discutidas por outras autoras e autores à luz das discussões destacadas por Gomes, a exemplo de Maria Giovanna Farias e Aida Varela, 2017, Edmir Perrotti, 2017. Henriette Gomes (2014, 2019) identifica cinco dimensões da mediação da informação, a saber: dialógica, ética, formativa, estética e política.

A partir de suas respectivas definições, a **dimensão dialógica** mostra que a mediação ocorre por meio do diálogo, quando as práticas comunicacionais se efetivam. Resulta em um processo de compartilhamento, em que a ação comunicativa é capaz de favorecer o desenvolvimento humano, uma vez que o sujeito tem a possibilidade do autoconhecimento e de conhecer o (a) outro(a) interagente do diálogo, “[...] o que é fortalecedor das relações sociais transformadoras” (Jesus; Gomes, 2019).

A **dimensão ética**, segundo Ingrid Jesus e Henriette Gomes (2019, p. 5), “[...] é identificada com o respeito à alteridade e com o reconhecimento da possibilidade de aprender com o outro, explorando as divergências e diferenças no diálogo”. Ou seja, nesta dimensão, ressalta-se o cuidado no sentido de acolher, considerando o respeito às diferenças no diálogo.

Na **dimensão formativa**, “[...] ocorrerá a busca pelas respostas que poderão potencializar o diálogo, a reflexão e a mudança de pensamento no e com o outro” (Jesus; Gomes, 2019, p. 5). Nesse percurso entende-se que ambos(as) mediador(a) e pessoas que participam do processo de mediação estão sujeitos(as) a sofrerem os

impactos do processo de compartilhamento dos conhecimentos. Assim, na troca que acontece por meio da interação entre ambos há a possibilidade de transformação na realização da mediação.

Na **dimensão estética** prevalece, segundo Ingrid Jesus e Henriette Gomes (2019, p. 5), a promoção de “[...] relações de cumplicidade e empatia, onde os sujeitos se sentem participantes do processo colaborativo e criativo [...]”. Ainda em sua visão dos autores, essas relações são proporcionadas pelas “[...] condições de acolhimento e reconhecimento de si e dos demais interlocutores como sujeitos ativos, que também podem agir no processo mediador e criador [...]” (Jesus; Gomes, 2019, p. 5).

Por fim, a **dimensão política** é observada quando há na mediação da informação o poder de transformação dos indivíduos em sujeitos conscientes. De acordo com Henriette Gomes (2019, p. 7), “[...] essa tomada de consciência permite que no fazer mediador se alcance a **dimensão política** da mediação da informação”.

O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento. Por isso, é preciso que o mediador se liberte de ideias conservadoras e estáticas, para poder sentir as demandas de um grupo se conscientizando de seu papel na sociedade perante a responsabilidade social da área em que atua, procurando incentivar a tolerância e abertura por parte dessa sociedade em face da diversidade cultural e étnica dos que vivem à margem (Farias; Varela, 2015. p. 93)

A participação dos sujeitos nos processos de decisão, ou de fortalecimento da sociedade diante dos desafios impostos pelo sistema de dominação sobre as minorias que não acessam as políticas públicas a que têm direito, passa por questões que necessitam de reflexão de como estes sujeitos são vistos no contexto político, econômico e social. Processo “[...] efetivado pelo exercício dos direitos políticos, entre os quais a participação como cidadão e cidadã na discussão pública é a principal ferramenta” (Berth, 2019, p. 83).

Como aborda Henriette Gomes (2019), o protagonismo só existe na tomada de posição. De modo que “protagonistas assumem ações de liderança, se colocam contra obstáculos que representem ameaça ao coletivo” (Gomes, 2019, p. 13). Isso significa reconhecer que as mulheres têm caminhado em direção à construção de uma vivência coletiva, assumindo posturas de enfrentamento diante das formas de violações de direitos.

A participação das mulheres nas lutas que exigem um posicionamento também revela uma forma de ação e reação, enfatizando que o/a protagonista "é aquele que age, que reage, que se ergue, que se coloca em relação aos interesses do coletivo" (Gomes, 2019, p. 13). Nas palavras de Edmir Perrotti (2017, p. 15) "[...] protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo [...]" e as mulheres estão em campo na construção e reconstrução diária sobretudo de tornar o mundo igualitário.

A partir da reflexão de Edmir Perrotti (2017), percebemos que o movimento feminista tem desempenhado uma postura que foca na autonomia das mulheres, não apenas enquanto sujeito principal, solitário, mas enquanto sujeito responsável pelo coletivo, pelo espaço de todas, porque corrobora com o "[...] lugar da aparição, de visibilidade, inclusive, que diz respeito a todos" (Perrotti, 2017, p. 14).

Alguns sujeitos têm mais dificuldade de participar dos processos sociais, mesmo sendo parte integrante nessa perspectiva, a exemplo das mulheres. Esta dificuldade está associada à exclusão e ao escanteamento dos processos de participação, especialmente dos espaços públicos e de representação. "A participação das mulheres nesses espaços foi, na maior parte das vezes, histórica e sistematicamente silenciada. É contra esse silenciamento que nos organizamos e lutamos" (Mayer, 2017, p. 13). Portanto, ressaltamos que, no contexto atual, especialmente para movimentos, grupos e organizações sociais, a realidade exige um esforço contínuo para que haja uma reparação pelo processo de exclusão, o qual apresenta-se favorável à colaboratividade, sobretudo utilizando a rede de computadores, algo que se acentua desde o início da década dos anos 1990.

O cotidiano, seja do indivíduo ou das instituições, mostra-se imerso numa necessidade de aprendizados que provoquem e estimulem o envolvimento, a solidariedade. Por estarmos tratando de um tema que, por si, está amparado em um fazer e um saber para a interação, com um mundo cada vez mais rodeado de informações, torna-se elementar o entendimento sobre o porquê o uso da informação pode gerar o empoderamento e o exercício do protagonismo, sobretudo das mulheres.

Assim, focamos na necessidade que sempre esteve presente desde os primórdios, em que a busca por solução de problemas demandava a organização, o fazer coletivo.

O movimento humano, desde a era das cavernas, já apresentava a organização das pessoas em grupos para a solução de problemas coletivos ou até mesmo a convivência entre seres vivos que apresentavam as mesmas

convicções ou que se relacionavam para causas coletivas (Cordeiro; Flauzino; Nascimento, 2011, p. 91).

Nessa perspectiva, a abordagem do protagonismo social, em especial dos movimentos, tem sido evidenciada por alguns estudos referenciados na Ciência da Informação por autores como Henriette Gomes; Carlos Alberto Araújo (2017); Edmir Perrotti (2014). Vislumbramos, assim como Carlos Alberto Araújo (2017), o "protagonismo" num sentido de categoria analítica capaz de abrir um novo campo, com reforço à dimensão de sujeito, ativa, dos usuários [...] (p. 142).

Ao observar o campo de estudos do usuário da informação, percebemos que essa área de pesquisa tem em sua trajetória a preocupação no "alargamento da compreensão de usuários". Se na década de 1930, o interesse estava voltado para "saber como e o que as pessoas liam, e qual o uso das bibliotecas em geral" (Perrotti, 2014, p. 35), hoje o olhar volta-se para o contexto mais complexo e com maior abrangência e considera os usuários sob diferentes aspectos, notadamente os contextos sociais, culturais, políticos, econômicos, organizacionais e outros (González Teruel; 2005; Terto; Duarte, 2014).

Embora o/a usuário/a da informação não seja foco da presente pesquisa, se faz importante abordar o sujeito informacional. Como destacam Ruleanderson Carmo e Carlos Alberto Araújo (2020, p.3), em sendo necessário considerarmos o cenário da abordagem social dos estudos de usuários "o conceito de sujeitos informacionais pode ser visto como contraponto ao termo usuário da informação". Sob este prisma, justifica-se pelo novo olhar que a Ciência da Informação traz, desencadeando uma postura diferente sobre o/a usuário/a na direção do exercício do protagonismo social.

Uma nova configuração dos estudos aponta para uma vinculação estreita com a apropriação dos conteúdos informacionais. Uma vez que por "[...] protagonismo social entende-se a ação de apropriação, o caráter ativo dos sujeitos que não apenas acessam os conteúdos informacionais, mas os interpretam, os questionam, os reconstróem dinamicamente no decurso de suas demais atividades (Araújo, 2017, p. 130).

Diante do exposto, inserir as mulheres como sujeitos na dinâmica de interação com os conteúdos informacionais vem contribuir com o déficit de décadas numa relação de submissão e distanciamento de sua própria história, como sujeitos, especialmente porque "[...] a inserção das mulheres no campo da CI vêm sendo

desenvolvidos e apontam a necessidade de contribuir com a luta por mais espaço como sujeitos [...]” (Côrtes; Martins, 2020).

Nesta direção torna-se importante destacar que, para abordar o tema do protagonismo social, especialmente em consonância com a mediação da informação, não podemos ignorar o histórico silenciamento dos problemas e conflitos vivenciados pelas mulheres, sobretudo os sociais, sem negar os aspectos econômicos, políticos e culturais.

Aqui cabe discutir sobre lugar de fala por estar intrinsecamente ligado à necessidade de romper com estrutura, sobretudo de silêncios, como afirma Djamila Ribeiro (2017). “[...] Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia”, para além do sentido de descortinar questões como controle e poder (Ribeiro, 2017, p. 90).

Nessa direção, aproximamo-nos das concepções teóricas de Edmir Perrotti (2017) e Henriette Gomes (2019) sobre a centralidade da ação mediadora na promoção do protagonismo social das mulheres. Edmir Perrotti (2017) destrincha o termo protagonismo: “*proto*” (o principal, o primeiro) mais “*agon/agonistes*” (luta/o que luta, o lutador), “[...] graças a sua riqueza semântica, vem sendo usado em diferentes campos da ação social, em especial no âmbito das lutas por direitos de diferentes naturezas” (Perrotti, 2017, p. 13).

Considerando esse olhar, é necessário frisar a concepção de Henriette Gomes (2019) de que não há lutador/a isolado/a, e para que o protagonismo social aconteça, é importante que todos/as estejam envolvidos/as porque o exercício do protagonismo social considera que: “[...]. Uma pessoa sozinha não tem forças para enfrentar o conjunto de elementos que causam a exclusão e a opressão, e resistir isoladamente não contribui para a mudança necessária que o protagonismo social aponta”.

O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, apartheid social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação. (Gomes, 2019, p. 11).

Nesses termos torna-se fundamental pensar a mulher como sujeito capaz de interferir, de se conectar e de vivenciar o acesso à informação como bússola em busca da apropriação, o que implica em ressignificar o conhecimento alcançado por meio das práticas que permitem deixar um lugar anterior. O conceito de protagonismo

aponta para um sujeito conectado não só no âmbito pessoal, mas sobretudo no social, porque no coletivo se retroalimentam aspectos até então vivenciados no individual.

Segundo Edmir Perrotti (2017, p. 11), "[...] O termo "protagonismo", graças a sua riqueza semântica, vem sendo usado em diferentes campos da ação social, em especial no âmbito das lutas por direitos de diferentes naturezas". O que nos sugere sua aplicabilidade aos sujeitos da presente pesquisa.

Para reforçar esse aspecto, enfatizamos o protagonismo social como [...] a ação de apropriação, o caráter ativo dos sujeitos que não apenas acessam os conteúdos informacionais, mas os interpretam, os questionam, os reconstruem dinamicamente no decurso de suas demais atividades (Araújo, 2017, p. 130).

Pelo exposto, de acordo com seus objetivos, a intenção da iniciativa da ULF é proporcionar um espaço para a experiência política, pedagógica e transformadora das mulheres. Visualizamos, neste objetivo, a relevância do objeto proposto na Ciência da Informação, uma vez que esta é determinada por questões sociais, especialmente por concentrar-se nos sujeitos e na organização do conhecimento, caminhando para a promoção de um protagonismo social.

A partir da reflexão de Edmir Perrotti (2017), percebemos que o movimento feminista tem alcançado novas perspectivas de autonomia. Considerando os objetivos da ULF, a intenção de sua iniciativa é proporcionar um espaço para a experiência política, pedagógica e transformadora das mulheres. Visualizamos, nesta intenção, a relevância do objeto proposto na Ciência da Informação, uma vez que esta é determinada por questões sociais, especialmente por concentrar-se nos sujeitos e na organização do conhecimento.

Nos anos 1990, a reconfiguração na vivência do movimento feminista fortaleceu a luta política com presença decisiva em diferentes espaços de inserção das mulheres na sociedade. As feministas exigiam igualdade com reivindicações relativas à diminuição das violências sofridas, quer no espaço privado (doméstico) ou público (ambientes de trabalho e educacional). Percebe-se nesse contexto que as mulheres não estão sozinhas, porque conseguiram mobilizar uma rede de interações para possibilitar o fortalecimento das reivindicações colocadas anteriormente, sobretudo pela utilização das práticas informacionais reorganizadas a partir do contexto atual evidenciado pelas interações propiciadas pelos movimentos feministas.

As interações entre tradições de gênero e influências externas prosseguiram evidentemente, no Século XX, ampliadas pelo desenvolvimento dos

movimentos feministas e pelo impacto das organizações internacionais como as Nações Unidas (com o patrocínio na história mundial de conferências globais sobre o *status* das mulheres), mas também pelo desenvolvimento da nova capacidade de várias sociedades de reafirmarem suas próprias identidades numa época de descolonização (Stearn, 2015, p. 23).

O que pode significar que, além do fortalecimento dos movimentos feministas, temos o avanço na perspectiva de uma ação de compartilhamento viabilizada pelas novas formas de disseminação das informações. Nesta conjuntura, nos respaldamos na contribuição de Carlos Alberto Araújo (2015) em relação às abordagens do usuário da informação, entendendo que o objeto em questão na pesquisa está apoiado na terceira abordagem², a social. Embora as primeiras abordagens somem algumas décadas de pesquisas e modelos, a abordagem social vai além, uma vez que busca a compreensão do usuário na perspectiva complexa, qual seja a dimensão humana, portanto simbólica, cultural, histórica e social.

Em relação ao acesso ao portal da Universidade Livre Feminista,³ dados mostram que, além das mais de três mil participantes e ativistas, o portal recebe diariamente mais de cinco mil visitas, demonstrando a relevância do acesso pelos usuários. Diante da relevância da informação para a sociedade, cada vez mais entendemos que devido às transformações sociais, as organizações, os movimentos sociais precisam focar em ambientes que respondam às necessidades informacionais e comunicacionais, considerando a complexidade dos processos que se instalaram e são modificados em grande velocidade.

Para Cláudia Rocha (2015, p. 167),

As intensas transformações sociais que hoje vivenciamos, decorrentes do advento das novas tecnologias e dos complexos processos de globalização, têm sido, nas últimas décadas, bastante enfatizadas e problematizadas nos mais variados campos da pesquisa aplicada, tanto no Brasil como no exterior.

Concordamos com a afirmação de Cláudia Rocha (2015) para destacar que fenômeno informacional tem gerado possibilidades aos grupos, organizações e movimentos que demandam o acesso aos conteúdos formadores e emancipatórios, especialmente no campo da educação não formal, a exemplo do movimento das mulheres. Nesse sentido, o impacto da Universidade Livre Feminista para o

² Carlos Alberto Araújo, além da abordagem social (chamada de terceira), aponta a primeira denominando de tradicional (focada nos estudos de uso da informação); e a segunda abordagem, a alternativa (centrada no usuário).

³ Dados da publicação *Mais direitos e mais poder para as mulheres*, do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (2014).

fortalecimento da luta das mulheres participantes dos processos de formação interfere diretamente no empoderamento destas mulheres pela resignificação dada a informação acessada.

Levando em consideração a Universidade Livre Feminista, percebemos que as informações que circulam nos processos formativos têm forte tendência a elevar de forma significativa o protagonismo social das mulheres por priorizarem a apropriação da informação por meio da ação colaborativa e compartilhada, o que gera conhecimento, configurando a função da mediação da informação.

Conforme destacam Henriette Gomes e Gisele Côrtes (2020), o protagonismo social intrinsecamente engloba ações de resistência e combate contra a opressão, discriminação, segregação social, anulação de vozes divergentes, desconsideração pela diversidade e, dessa forma se nutre da influência da mediação da informação nas cinco dimensões: dialógica, estética, formação, ética e política.

De acordo com Henriette Gomes:

Tais dimensões se apresentaram como aspectos a serem aprofundados nos estudos da área, de modo que se possa fazer avançar o aporte teórico que sustente novas experiências do fazer informacional no âmbito da ação mediadora do acesso, uso e apropriação a informação, voltada à formação do protagonismo social (Gomes, 2014, p. 48).

O cenário atual aponta para a extrema desigualdade que assola as mulheres. Na contramão de todo e qualquer processo de exclusão e vulnerabilidades imposto às mulheres, torna-se indispensável observar que existem movimentos, organizações e grupos que têm estabelecido uma relação de enfrentamento ao contexto de desigualdades. Assim, entendemos que, no âmbito da ação mediadora no acesso, circulação e apropriação da informação pelas mulheres participantes do processo formativo, a Universidade Livre Feminista promove uma ação mediadora de informação por meio do desenvolvimento das habilidades necessárias.

É importante lembrar, no entendimento de Gomes, que:

[...] a efetividade da ação mediadora depende da mediação consciente, que busca alcançar suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, assegurando o processo de problematização para que ocorra a apropriação da informação e a tomada de consciência, o que contribui para o desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social e permita o acesso, uso e a apropriação da informação em parâmetros democráticos, o que é fundamental ao processo de transformações sociais (Gomes, 2020, p. 1).

Isto pode significar que a eficácia da ação mediadora está intrinsecamente ligada a uma mediação intencional, que busca abranger suas dimensões: dialógica,

estética, formativa, ética e política. Esse enfoque assegura um processo de análise crítica para possibilitar a assimilação da informação e a conscientização, contribuindo para o crescimento e reforço do protagonismo social. Isso, por sua vez, viabiliza o acesso, uso e apropriação da informação em um contexto democrático, um fator crucial no processo de transformações sociais.

Considerando essa dinâmica da interação, observamos que, ao longo da história, e mais especificamente a história de silenciamento e desigualdades, que assolam as mulheres gerando opressões se torna ainda presente. Na visão de Helena Hirata (2014, p. 69), “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combate às opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política”.

Neste sentido, observamos que a interseccionalidade rejeita a ideia de delimitar e hierarquizar os principais eixos de diferenciação social ou marcadores sociais da diferença que incluem sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. A perspectiva interseccional vai além de apenas reconhecer a multiplicidade dos sistemas de opressão que operam com base nessas categorias e defende a ideia de que elas interagem na produção e reprodução das desigualdades sociais.

Em recente artigo intitulado “Feminismo Negro, interseccionalidade e mediação da informação”, Gisele Cortês e Aurekelly Silva (2023, p. 253) apontam que a interseccionalidade:

[...] reconhece que as pessoas têm múltiplas identidades e experiências que são impactadas pela sobreposição de sua inserção em marcadores sociais construídos em estruturas sociais racistas, capitalistas e cisheteropatriarcais, em que as diferenças são convertidas em hierarquias (Cortês; Silva, 2023, p. 253-254).

Nesse caminho, o entendimento interseccional e a mediação da informação se unem em uma busca conjunta para ampliar o protagonismo social das mulheres, reconhecendo que, nas interações complexas, os marcadores sociais são importantes para promover uma inclusão mais significativa e igualitária na sociedade e no mundo digital, sobretudo para as mulheres.

Nesse percurso, reconhecemos que a concretização de um protagonismo social das mulheres dificilmente ocorrerá sem uma compreensão dos elementos interconectados que contribuem para o seu silenciamento. Esse entendimento é crucial não apenas no contexto das discussões sobre gênero, mas também no âmbito

da Ciência da Informação, onde a análise dos fluxos informacionais e dos mecanismos de disseminação pode lançar luz sobre as formas pelas quais as vozes femininas são marginalizadas ou negligenciadas.

Henriette Gomes (2014) discorre sobre a efetividade da ação mediadora, mostrando que a mesma está associada à mediação consciente. Observamos que, nessa direção, nossa pesquisa busca entender como a Universidade Livre Feminista tem alcançado esta efetivação, por meio do acesso, da circulação e da apropriação da informação, “[...] assegurando que o acesso, uso e a apropriação da informação ocorram em parâmetros democráticos, se fazendo em experiência de um encontro com a informação capaz de fortalecer as lutas por inclusão e justiça social” (Gomes, 2014, p. 2).

A eficácia da ação mediadora, como previamente mencionada, é intrinsecamente entrelaçada à mediação consciente. Através dessa abordagem aplicada, que busca englobar suas múltiplas dimensões – dialógica, estética, formativa, ética e política – emerge um processo dinâmico de análise crítica (Gomes, 2014; 2017; 2019). Esse processo, por sua vez, estimula a apropriação da informação e a conscientização entre os indivíduos envolvidos na intervenção.

O que surge dessa dinâmica é o fomento ao desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social. Ao garantir que o acesso, circulação e apropriação da informação se desdobrem dentro de um cenário democrático, essa abordagem se transforma em uma jornada enriquecedora de engajamento com o conhecimento. Isso não só reforça as batalhas pela inclusão e justiça social, mas também gera um impacto considerável nas percepções dos direitos das mulheres e nas interações com as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCIs).

Desta forma, nosso objetivo principal é analisar a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista como uma estratégia facilitadora do protagonismo social das mulheres, influenciando a compreensão dos direitos femininos e sua relação com as TDCIs, alinhado aos objetivos específicos, que são: descrever o processo de mediação da informação delineado pela Universidade Livre Feminista, implementado por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação; apresentar os conteúdos que compõem o processo formativo oferecido pela Universidade Livre Feminista; e verificar como as mulheres participantes das formações assimilam as informações mediadas pela Universidade Livre Feminista, colaborando para fortalecer o protagonismo social das mulheres.

A pesquisa aborda a importância da mediação da informação como uma ferramenta poderosa para empoderar as mulheres, influenciar suas percepções e promover maior participação e engajamento no contexto das TDCIs como será apresentado nas discussões e análises.

4 METODOLOGIA

A metodologia apresenta os passos percorridos para a construção da pesquisa. Os procedimentos metodológicos podem ser comparados a uma orquestra que define mais a ordem dos instrumentos para que consiga o andamento e alcance dos resultados almejados. Cada etapa definida faz conexão com as outras e reflete tendo em vista que a "pesquisa investiga o mundo" e o "investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta" (Chizzotti, 2017, p. 17).

Assim, para este percurso, definimos que, quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva/explicativa e, em relação aos procedimentos técnicos, ela aparece como uma pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo. Tem abordagem qualitativa, por se tratar de um enfoque para compreender a perspectiva das participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam para se analisarem os dados coletados Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernández Collado; María del Pilar Lucio (2013). Para coleta de dados da pesquisa, foi realizado o levantamento documental no acervo *online* da Universidade Livre Feminista, além da pesquisa de campo para a qual utilizamos como instrumento o questionário (Apêndice A) com as mulheres participantes das formações, mais especificamente dos cursos promovidos pela Universidade Livre Feminista: Curso Feminismo com quem tá chegando; Curso Trilhas Feministas na Gestão Pública, Curso Navegando Juntas pelos desafios da Internet.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Na concepção de uma pesquisa que busca dar conta de um dos temas mais áridos à sociedade, sobretudo pela heterogeneidade do debate e das discussões, pelo silenciamento e preconceito pré-estabelecidos durante séculos – o lugar das mulheres – o trabalho ora apresentado trilha por caminhos que apontem a compreensão do protagonismo social mediado pela informação que os sujeitos acessam e se apropriam. Em outras palavras, lançamos mão de teorias e aspectos metodológicos que direcionem para a tese de que uma ação colaborativa de grupos de mulheres seja capaz de fomentar o protagonismo social via mediação da informação sob a ótica feminista ou dos feminismos.

Portanto, para o(a) investigador(a), além de desafiador, é parte essencial no processo de investigação definir as melhores técnicas e instrumentos capazes de iluminar o caminho para revelar os objetos. E sendo a metodologia um dos aspectos mais relevantes de uma pesquisa, pela qual o (a) pesquisador(a) explica e busca responder o fenômeno analisado, a escolha da metodologia mais adequada permite o aprofundamento do objeto e, conseqüentemente, a verificação das hipóteses levantadas. Configura-se como um processo organizacional pertinente na busca por métodos mais coerentes com a pesquisa que se pretende realizar, ainda que na Ciência da Informação não existam métodos preferenciais ou abordagens teóricas exclusivas (Mueller, 2007).

Diante do exposto sobre a relevância da metodologia, a pesquisa desenvolvida é do tipo correlacional porque “[...] os estudos correlacionais têm como finalidade conhecer a relação ou o grau de associação existente entre dois ou mais conceitos [...]” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013. p. 103). E tratando-se da pesquisa em questão, a análise a ser feita busca compreender como os conteúdos mediados contribuem para a construção do protagonismo social das mulheres participantes do processo formativo da ULF.

No nível de sua abordagem, a pesquisa é qualitativa, por se tratar de um enfoque para “[...] compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam [...]” (Sampieri, Collado; Lucio, 2013, p. 376) Com a intenção de “[...] aprofundar em suas experiências, pontos de vistas, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade”. Segundo Maria Cecília Minayo,

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p.21).

Na perspectiva teórica, o estudo adota o paradigma do Interacionismo Simbólico, por tratar das “atribuições dos significados subjetivos dados pelos indivíduos aos objetos, às atividades e aos ambientes em que vivem ou trabalham” (Braga, 2007, p. 31).

A afirmativa corrobora para entendermos que as participantes da Universidade Livre Feminista contemplam essa perspectiva por vivenciarem e compartilharem

experiências proporcionadas pela interação dos grupos dos quais participam. E a mediação da informação, enquanto ação de interferência (Almeida Júnior, 2015), é uma ação presente na ULF, numa perspectiva interseccional, por abranger grupos de mulheres independente da raça/etnia, classe social e geração. Nessa direção, entendemos a importância de trazer o conceito de interseccionalidade com a finalidade de abordar os desafios colocados na direção do protagonismo social das mulheres, o qual temos a intenção na presente pesquisa, por meio da Análise de Conteúdo (AC).

De acordo com Laurence Bardin (2016), a proposta da Análise de Conteúdo precisa ser reavaliada constantemente para se adequar ao domínio e ao objeto específicos em questão.

A técnica de AC adequada ao domínio e ao objeto pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas (Bardin, 2016, p.36).

Como afirma Suzana Muller (2007), é comum observar que nas Ciências Sociais, incluindo a Ciência da Informação, existe uma ampla gama de métodos disponíveis para a condução de pesquisas. Os manuais de pesquisa social têm como objetivo principal auxiliar os/as pesquisadores/as durante o processo de realização dos estudos.

A análise de conteúdo é uma abordagem metodológica amplamente utilizada em pesquisa, especialmente em estudos qualitativos, como aquele que investiga a "Universidade Livre Feminista: uma abordagem em favor do protagonismo social das mulheres pautada nas dimensões da mediação consciente da informação". Portanto, justifica-se o uso da análise de conteúdo no contexto específico pela exploração dos discursos das mulheres para a compreensão das dimensões da mediação consciente da informação. Em outras palavras, a análise de conteúdo na pesquisa sobre a ULF contempla uma ferramenta essencial para explorar, compreender e interpretar as práticas, discursos e desafios relacionados ao seu objetivo de promover o protagonismo social das mulheres por meio da mediação consciente da informação.

4.2 CAMPO EMPÍRICO E OS SUJEITOS

A pesquisa em curso tem como campo empírico a Universidade Livre Feminista e as interlocutoras da pesquisa serão as mulheres que participam do processo formativo implementado junto a participantes das cinco regiões do país. Foram enviados 15 questionários, dos quais 10 foram respondidos, além da realização de entrevistas com cinco, entre as 10 respondentes do questionário, como o objetivo de aprofundar a percepção das mulheres sobre como visualizam o protagonismo na Universidade Livre Feminista.

Os questionários foram elaborados contemplando os objetivos da pesquisa os quais são relevantes por abrangerem desde a busca por conhecimento sobre feminismo e participação política até as transformações pessoais e sociais vivenciadas no processo de formação das mulheres. Com respostas significativas, essas mulheres nos brindaram com informações importantes para o alcance do objetivo geral da pesquisa.

Para as entrevistas, o critério de escolha ocorreu tendo em vista as mulheres que responderam os questionários, com participação em pelo menos um curso realizado pela ULF. Além disso, considerou-se a diversidade regional, a faixa etária e a atuação profissional. Nas entrevistas, focamos no: conhecimento das mulheres sobre feminismo e participação política e nas transformações pessoais e sociais alcançadas após o contato com a ULF. O quadro 1 apresenta o perfil das interlocutoras.

Quadro 1 - Perfil das interlocutoras da pesquisa

NOME	IDADE	RAÇA/ETNIA	ESCOLARIDADE	CIDADE/ESTADO	ATIVIDADE PROFISSIONAL
AUDRE	54	BRANCA	SOCIÓLOGA/ MESTRADO EM ANTROPOLOGIA	CAMARAGIBE/ PE	CONCURSADA / ANALISTA SOCIAL
ANGELA	39	PARDA DESCENDENT E DE INDÍGENA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	CORRENTINA/ BA	ARTESANATO
BELL	55	BRANCA/PAR DA NA CERTIDÃO	SUPERIOR / SERVIÇO SOCIAL /MESTRA EM ENFERMAGEM E SAÚDE	SALVADOR /BA	ATUALMENTE DESEMPREGADA/ TEM UM NEGÓCIO COMO MICROEMPREENDEDO RA INDIVIDUAL
MÍRIAM	59	BRANCA	PÓS-GRADUADA EM PEDAGOGIA	OURICURI/PE	EDUCADORA DE ONG/ COORD. PROJETO CONTRA VIOLÊNCIA

NOME	IDADE	RAÇA/ETNIA	ESCOLARIDADE	CIDADE/ESTADO	ATIVIDADE PROFISSIONAL
DJAMILA	43	BRANCA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	BERTIOGA/SP	DA MULHER DIARISTA
CAROLINA	55	BRANCA	PÓS-GRADUADA	CAMPINA GRANDE/PB	EDUCADORA SOCIAL/TERAPEUTA CORPORAL
CONCEIÇÃO	57	NEGRA	ENSINO MÉDIO	PALMARES/PE	EDUCADORA SOCIAL/ARTESANATO
ELZA	52	NEGRA	SUPERIOR INCOMPLETO	NOVA IGUAÇU/RJ	TÉCNICA ANTIRRACISTA
LÉLIA	28	NEGRA	SUPERIOR	REMÍGIO/PB	DIRETORA DA MULHER E DIVERSIDADE HUMANA
SOJOURNER	55	NEGRA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	MAUÁ/SP	GESTORA POLÍTICAS PÚBLICAS/ ORIENTADORA SOCIAL VOLUNTÁRIA NA CUFA?

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As interlocutoras são mulheres de faixa etária entre 52 e 66 anos, das quais, em relação à raça/etnia, seis se identificaram como brancas, quatro como mulheres negras, uma se identificou como parda descendente de indígena, e uma se identificou como sendo de pele clara. Sobre o grau de escolaridade, há uma diversidade entre as interlocutoras: uma afirma ter ensino médio incompleto, quatro disseram ter concluído o ensino médio; uma afirmou ter o ensino superior completo; e quatro, têm pós-graduação.

No tocante à região de moradia, as interlocutoras residem em distintas regiões, evidenciando a abrangência da ULF. Os estados e as respectivas cidades são: Bahia (Correntina e Salvador), Paraíba (Campina Grande e Remígio), Pernambuco (Palmares, Camaragibe e Ouricuri), Rio de Janeiro (Nova Iguaçu) e São Paulo (Bertioga e Mauá).

As interlocutoras apresentam diversidade em relação à atividade profissional. Pelas respostas coletadas, temos mulheres que se declaram desde desempregada, mas exercendo atividade como microempreendedora individual, a concursada, de acordo com informações do período da coleta dos dados. Também temos interlocutoras que se definem como educadora social, bem como mulheres que afirmaram atuar profissionalmente em cargos públicos.

4.3 SITUANDO O LUGAR DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL: A UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA

Ao longo do tempo, a Universidade Livre Feminista (ULF) passou por mudanças em sua estrutura e gestão. Em 2023, sob a nova configuração de gestão liderada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), optou-se por renomeá-la como Universidade Livre Feminista Antirracista (ULFA). Essa mudança reflete o avanço do compromisso da instituição com a luta contra o racismo.

Nos últimos anos, as organizações feministas têm enfrentado desafios crescentes de sustentabilidade política e financeira, o que tem impactado suas atividades e a dinâmica das organizações da Coletiva. Em 2021, a Cunhã decidiu se desvincular da Coletiva Dinamizadora e focar em seu fortalecimento organizacional, contribuindo com a ULFA por meio da Rede de Colaboradoras. No final de 2022, o SOS Corpo também se retirou da experiência. A inclusão do termo "antirracista" no nome em 2023 reflete a essência das ações, metodologia e valores da Universidade ao longo de sua trajetória, que sempre adotou uma perspectiva feminista, antirracista e anticapitalista em suas práticas. Todavia optamos por usar, neste texto, o nome Universidade Livre Feminista, em consideração ao período em que foi realizada a presente pesquisa e sua coleta de dados.

Nos últimos quatro anos (2019-2022), o Brasil vivenciou uma conjuntura inóspita, em razão dos desmontes das políticas públicas conquistadas por reivindicações, sobretudo, dos movimentos da sociedade civil. Destacam-se os retrocessos nos direitos previdenciários, a redução dos investimentos nas políticas públicas de educação e de saúde, evidenciando um recuo em relação aos avanços na conquista de direitos humanos. Observamos ainda resistências de grupos e movimentos, a exemplo dos grupos articulados de mulheres e, mais amplamente, os movimentos feministas.

Constatamos que experiências exitosas têm contribuído para a manutenção e para a transformação de um cenário de desmobilização e retrocessos, a exemplo da articulação de grupos de mulheres na realização de campanhas educativas e políticas sobre temas diversos – violência contra as mulheres, atividades e projetos de formação sobre direitos humanos.

As mulheres organizadas em grupos e movimentos têm conquistado significativas vitórias nos campos político e social, haja vista o cenário que

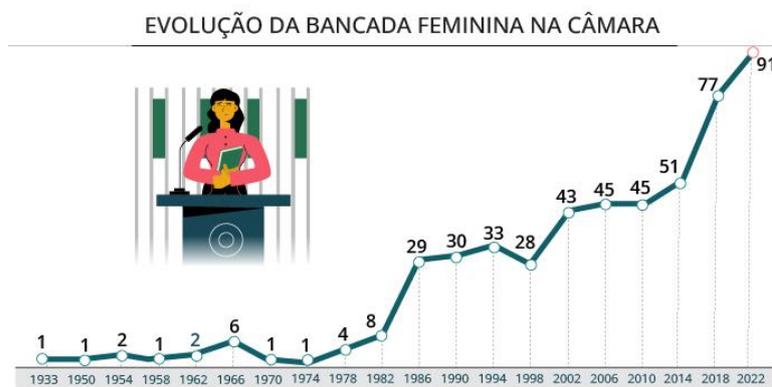
acompanhamos ao longo da história. Podemos citar o aumento de mulheres na política, em níveis federal, estaduais e municipais. Uma realidade que aponta o resultado de uma luta em busca da representatividade nos espaços executivos, e legislativos.

Segundo dados da Agência Câmara de Notícias, a bancada atual é mais ampla em comparação com a eleita em 2018, que contava com 77 mulheres. As representantes femininas ocuparão 17,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados, uma elevação em relação aos atuais 15% de representatividade (Câmara dos Deputados, 2022).

Mesmo considerando a ampliação no número de deputadas, a proporção de 17,7% ainda aponta para uma insuficiente representação feminina no âmbito parlamentar em comparação com os números internacionais. De acordo com a União Interparlamentar (UIP), uma organização global composta por 193 países, a média de participação das mulheres nos parlamentos é de 26,4%. Se seguissemos esse padrão, a bancada feminina na Câmara dos Deputados seria composta por 135 representantes (Câmara dos Deputados, 2022).

No *ranking* da mesma instituição, o Brasil ocupa a 146ª posição na participação de mulheres dentre os 193 países analisados. Na América Latina, Cuba e México se destacam, com as melhores posições, com 53,4% e 50% dos assentos parlamentares ocupados por mulheres, respectivamente. Essas estatísticas datam de agosto de 2022.

Figura 1 - Evolução da bancada feminina na Câmara dos(as) Deputados(as)



Fonte: Agência Câmara de Notícias – Câmara dos Deputados (2022).

Ao examinar os dados acima e levar em consideração as campanhas realizadas por grupos e movimentos de mulheres, podemos inferir que eles são reflexo da luta das mulheres, que têm sido exemplo de resistência e enfrentamento ao desmonte dos direitos humanos, representado pela conquista das políticas públicas, sobretudo, por meio das articulações em rede, dos engajamentos das mulheres em projetos que buscam desenvolver suas capacidades na perspectiva de reinventarem suas lutas, como o fortalecimento da inserção nas diversas áreas do mercado de trabalho, na participação nos partidos políticos, o que favorece como também fortalece a luta pelos direitos humanos.

Quando mulheres se engajam em projetos e campanhas e passam a multiplicar informações e conhecimentos, aumentam as possibilidades de busca por equidade socioeconômica e política. Temos exemplos de organizações e movimentos de mulheres que têm se dedicado ao trabalho de disseminação da informação no intuito de envolver as mulheres enquanto responsáveis por mudanças em seu cotidiano, entendendo que

O acesso à informação é empoderador pois permite que as mulheres conheçam a fundo seus direitos, e possam, assim, exercitá-los amplamente. Ao mesmo tempo, o acesso à informação possibilita que as mulheres tomem decisões mais informadas e eficazes relacionadas aos seus direitos, em áreas como educação, saúde, trabalho, direitos sexuais e reprodutivos. O acesso à informação também é crucial para que as mulheres possam exercer sua cidadania, participar mais ativamente da vida pública e monitorar o trabalho do governo. (Paes, 2016, p. 6-7).

A Universidade Livre Feminista, a exemplo de outras organizações como a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba, a Cunchã Coletivo Feminista, ambas com atuação em João Pessoa, na Paraíba, são referências de atuação com a informação voltada para o empoderamento das mulheres. Essas têm como prioridade ações formativas e de campanhas educativas sobre os direitos das mulheres, promovendo a reflexão que se torna ação, ao passo que os grupos fortalecidos ganham autonomia para quebrar um ciclo de opressão imposto pelo patriarcado. Sobretudo em um contexto que converge para que cada vez mais mulheres, independente do segmento – jovens, domésticas, agricultoras, ribeirinhas, quilombolas, urbanas e periféricas – tornem-se sujeitas de suas próprias histórias.

Novas configurações para o engajamento e a inserção, na perspectiva da consolidação de políticas públicas apontam para um cenário de inclusão e empoderamento das mulheres.

O empoderamento, nas palavras de Joice Berth (2019)

[...] está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual (Berth, 2019, p. 46).

Assim como para Cecília Sardenberg (2009), o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio, implicando na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. (Sardenberg, 2009, p. 2).

Pelo exposto, há uma busca pela desconstrução de uma dominação histórica, imposta pela lógica patriarcal. No contexto das mulheres, isso implica em considerar as dinâmicas de gênero que permeiam o cotidiano da vida social, assim como os obstáculos informais que afetam sua participação nos domínios institucionais. É crucial reconhecer que a posição das mulheres não se limita unicamente às relações gênero, mas é moldada em conjunto com fatores que incluem classe social, raça, etnia, orientação sexual e faixa etária (Biroli, 2018).

Nesse caminho, o feminismo se configura como um movimento social de natureza política, ideológica e filosófica, tendo como objetivo central a busca pela igualdade, através de embasamento teórico e de uma ampla gama de abordagens ativistas (Soares; Mazzarino, 2021). As autoras acrescentam que “[...] o atual momento vivido pelo movimento feminista apresenta como características a eclosão em países emergentes e o uso das redes sociais como ferramenta de militância (Soares; Mazzarino, 2021, p. 264).

Assim, destacamos a Universidade Livre Feminista, enquanto um projeto que tem sido relevante no processo de formação pautado no compromisso com a desconstrução de fundamentos da sociedade racista e patriarcal, voltando-se para a produção diversificada de conhecimentos e desenvolvimento de processos de contra-hegemonia e contracultura ao patriarcado, ao racismo, ao etnocentrismo, à lesbo-homofobia e ao capitalismo.

A Universidade Livre Feminista nasceu em 2009 como um projeto, uma estratégia de formação e promoção de atividades educativas do movimento feminista, na modalidade à distância, vislumbrando a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Um processo de construção coletiva com o

intuito de fortalecer os coletivos de mulheres existentes nas cinco regiões do país. O mapeamento dos coletivos⁴ mostra a diversidade de grupos e movimentos que atuam na defesa dos direitos e em prol das políticas públicas para as mulheres.

Porém, foi oficializada em 2012 na perspectiva de ser um espaço de mediação e formação para mulheres com vistas a "[...] apoiar estratégias formativas e pedagógicas dos movimentos de mulheres e feministas de todo o país, enfrentando, inclusive, as dificuldades financeiras e políticas que hoje afligem várias organizações" (Silva, 2014, p. 117).

Desse modo, desempenha uma atuação de forma posicionada, colaborativa, compartilhada e inclusiva contra as opressões dos sistemas patriarcal, racista, capitalista e heteronormativo, contribuindo para a participação e a construção coletivas que considerem a diversidade das mulheres no que se refere à raça/etnia, à geração, à orientação sexual, à classe social, entre outras diferenças.

Para tanto, utiliza os recursos das novas tecnologias, cujo uso, embora ainda se coloque como um desafio para as mulheres, assume, por outro lado, grande importância como aliado de processos que buscam alcançar o empoderamento e o protagonismo social das mulheres.

No caso da ULF, a utilização das tecnologias evidencia-se desde seu surgimento. A decisão por realizar um processo formativo virtual deveu-se ao desejo de alcançar as mulheres de várias partes do Brasil, sobretudo com engajamento dos grupos e dos movimentos sociais.

A gestão da Universidade Livre Feminista é compartilhada entre três organizações feministas: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), uma organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos, com 25 anos de atuação; a Cunhã Coletivo Feminista, uma organização social sem fins lucrativos, que atua na cidade de João Pessoa (PB), no Nordeste do Brasil, desde 1990, e cuja missão é de promover a igualdade de gênero, baseada na defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia;

⁴ MAMU – Mapa de Coletivos de Mulheres é um projeto de mapeamento de coletivos, organizações, movimentos, grupos e projetos brasileiros que tem como foco as mulheres, o feminino, o feminismo, nossos ciclos, ritmos, reivindicações e lugares na sociedade. Pode ser um grupo com sede, endereço fixo, ou articulado virtualmente. Os perfis dos coletivos também são os mais variados e abrangem uma gama de demandas: maternidade, arte, cultura, saúde, amamentação, parto humanizado, estudos de gênero, direitos das mulheres, violência, aborto, direitos sexuais e direitos reprodutivos, democracia, justiça socioambiental, luta contra o racismo, organização das mulheres, empreendedorismo, e muitos outros.

e o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, também na Região Nordeste. Como é um projeto colaborativo, a Universidade Livre Feminista é composta de mulheres que integram sua Rede de Colaboradoras, um grupo de 32 ativistas feministas (educadoras, artistas, trabalhadoras de ONGs, professoras universitárias, ativistas de movimentos, comunicadoras, entre outras), que atuam em diversos espaços e, voluntária ou eventualmente contratadas, realizam ações e atividades dos projetos da Universidade. A descrição de cada organização parceira indica que todas perseguem um objetivo comum: o de enfrentar as desigualdades de gênero, numa visão antirracista e anticapitalista.

Em relação a sua estrutura apresentada no (Quadro 1), a Universidade Livre Feminista funcionou até 2022 por meio da Coletiva Dinamizadora, da Rede de Colaboradoras, Secretaria Executiva, das Educadoras dos grupos/coletivos, das *Educadoras on-line ou virtuais e as Participantes do processo formativo*. Em destaque, o trabalho da Secretaria assegura o funcionamento dos canais de comunicação e da Plataforma de Formação Feminista, contando para isto com o apoio uma equipe de suporte tecnológico.

Quadro 2 - Funcionamento da ULF

Equipe	Atribuição
Coletiva Dinamizadora	Tem por função coordenar politicamente a Universidade Livre, reunindo esforços, fomentando diálogos, abrindo caminhos, angariando recursos, dando consistência e expandindo a rede da Universidade Livre Feminista. Na época da pesquisa, era composta por feministas das três organizações que apoiam a Universidade Livre (CFEMEA e SOS Corpo) ⁵ e pelas integrantes da Secretaria Executiva, podendo vir a ser integrada por feministas da Rede de Colaboradoras, na perspectiva de renovação contínua.
Rede de Colaboradoras	Consiste num grupo composto por feministas (30 aproximadamente) que atuam em diversos espaços – educadoras, artistas, trabalhadoras de ONGs, professoras universitárias, ativistas de movimentos, comunicadoras, entre outras – e que, voluntariamente ou eventualmente contratadas, realizam atividades da Universidade Livre Feminista. A Rede de Colaboradoras também é composta pelas integrantes da Coletiva Dinamizadora e da Secretaria Executiva, constituindo-se assim como um grupo de referência política e diálogo para a definição das linhas de ação e políticas da Universidade.
Secretaria Executiva	Responsável pela gestão dos processos desenvolvidos, integrando também a Coletiva Dinamizadora e a Rede de Colaboradoras. O trabalho diário da Secretaria assegura o funcionamento pleno dos portais e canais de comunicação e da Plataforma de Formação Feminista, contando para isto com o apoio uma equipe de suporte tecnológico.

⁵ Em 2021, a Cunha decidiu, como escolha estratégica para focar em seu fortalecimento organizacional, por se desvincular da Coletiva Dinamizadora e contribuir com a Universidade Livre a partir da Rede de Colaboradoras.

Educadoras dos grupos/coletivos	Responsáveis por mobilizarem localmente as participantes para as atividades presenciais e virtuais. Tem papel de facilitar debates e processos locais previstos na metodologia e articulados com as ações virtuais, no caso de cursos semipresenciais. Têm um diálogo permanente com a SE e com as educadoras on-line. São responsáveis também pela elaboração de relatórios e prestação de contas, no caso de existir repasse de recurso financeiro aos coletivos.
Educadoras on-line ou virtuais	Acompanham as atividades do curso na plataforma e dão suporte às educadoras presenciais, fazendo a ponte com a SE. Colaboram desde a construção da metodologia do curso juntamente com a Secretaria Executiva e a Coletiva Dinamizadora à sistematização do curso como um todo. Geralmente são da Rede de Colaboradoras, mas não obrigatoriamente.
Participantes do processo formativo	Representantes dos coletivos das cinco regiões do Brasil de diferentes segmentos - negras, lésbicas, trans, deficientes, agricultoras, jovens, periféricas, domésticas, ribeirinhas, Marcha das Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Inicialmente a proposta surgiu com a metodologia de formação à distância, em funcionamento até 2017. Posteriormente, a metodologia ganhou novos contornos incorporando encontros presenciais. Entretanto, no período da pandemia da Covid-19, as atividades passaram a ser realizadas todas no formato virtual.

Através da colaboração das organizações, pontualmente são desenvolvidas atividades com a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Articulação Feminista MarcoSul, assim como com outros sujeitos coletivos como organizações de mulheres, fóruns estaduais de mulheres, grupos de artistas feministas e universidades. Conta também com o apoio e/ou parcerias com organizações feministas como a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), o Instituto da Mulher Negra – Geledés e o Instituto Patrícia Galvão.

A rede de apoio coletivo garante uma efetivação das ações implementadas uma vez que se articulam em torno da busca pelo empoderamento das mulheres. A atuação em rede possibilita uma conexão que extrapola o individual, se estendendo, sobretudo, ao coletivo que reúne uma diversidade de mulheres, considerando suas especificidades de geração, classe, raça/etnia, espaço geográfico.

A Universidade compreende uma ação feminista, construída de forma coletiva e colaborativa, que visa promover a reflexão, a conexão e a troca de ideias, vivências e experiências entre mulheres de diferentes origens, identidades e campos de atuação (político, artístico, cultural, acadêmico, comunitário), articulando sujeitos políticos que atuam no âmbito das lutas feministas e antirracistas.

A atuação da ULF dinamiza-se em várias frentes e consolida um trabalho que se alinha ao pensamento de Adriana Piscitelli (2002, p. 10), ao afirmar que

As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo - as mulheres - e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas dessa subordinação.

Desde sua criação, em 2009, a Universidade vivencia um processo constante de transformação e movimento, considerando as práticas e experiências compartilhadas de forma colaborativa, sempre com uma base comum, pautada na práxis educativa feminista e a pedagogia de Paulo Freire (Silva, 2002). Considerando esse processo, a ação da Universidade observa como posição central na vida das mulheres as relações sociais de gênero, raça, classe e a dimensão da sexualidade (Silva, 2002).

Entre seus objetivos principais destacam-se:

[...] gerar e impulsionar os processos de produção de conhecimento, aprendizagem e formação livres; facilitar a conexão entre pessoas, promovendo o intercâmbio de experiências e a sua expressão em diversas linguagens; fortalecer e colaborar para expandir a criação libertária artística, cultural e política das mulheres que estão na luta por transformação; e ampliar processo de construção política dos movimentos de mulheres e feministas, de seus pensamentos e de suas lutas (Silva, 2014, p. 118).

Sua proposta congrega, catalisa e fomenta ações educativas, culturais e artísticas e compartilha saberes diversos gerando processos de autoafirmação, empoderamento e protagonismo social das mulheres. Por meio de atividades presenciais e virtuais, a Universidade Livre Feminista desenvolve processos contínuos de formação política que almejam estimular a formulação de análises e métodos que

fortaleçam a ação política das mulheres, de modo que estas possam agir como sujeitos de suas vidas e contribuir para a construção de uma sociedade justa, igualitária, não hierárquica, criativa e libertária.

Utiliza uma metodologia que busca adaptar para o ambiente de Educação a Distância (EaD) elementos da *práxis* educativa feminista, levando em consideração as diferentes realidades e inserções sociais das mulheres, valorizando as vivências e experiências de cada uma. A maioria dos processos de formação são *online* – realizados através da *Plataforma de Formação Feminista*. Mais recentemente, a ULF tem desenvolvido cursos na modalidade virtual, retomando os cursos da edição do Feminismo com quem tá chegando, que teve a primeira edição em 2015.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) viabilizam um diálogo intenso e reflexivo entre os campos da educação e das tecnologias. Contudo, é importante pontuar algumas questões, a exemplo da “[...] invisibilidade e escassez de mulheres na chamada sociedade da informação [...]” (Natansohn, 2013, p.15). A autora enfatiza que “[...] o desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TIC’s entre homens mulheres [...]” (Natansohn, 2013, p.16).

Em outras palavras, desvendar essas lacunas requer o domínio do conhecimento, a interpretação e a compreensão de como o gênero influencia a construção da ciência e da tecnologia. Além disso, é necessário compreender como as hierarquias de gênero impactam o processo de concepção, desenvolvimento, disseminação e utilização das tecnologias.

Por sua metodologia de atuação, a Universidade Livre Feminista compreende que o feminismo engloba tanto uma prática política quanto um pensamento crítico. E tendo no seu objetivo central a busca pelo empoderamento das mulheres como agentes políticas, tanto em nível individual quanto coletivo, tem promovido capacitações com foco na transformação de suas próprias vidas e narrativas, bem como impactar a história e as condições de outras mulheres.

É dentro dessa perspectiva que a Universidade Livre Feminista emerge, adotando uma estratégia que alavanca a internet e as novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) para criar processos formativos e canais de comunicação política feminista.

Em face do contexto brasileiro em que, de um lado se percebe uma crescente ofensiva conservadora e fundamentalista muito bem articulada e, de outro, processos

dispersos de resistência, faz-se essencial potencializar os processos de luta para a defesa e promoção de direitos.

Faz-se necessário sistematizar e fortalecer as inúmeras iniciativas políticas feministas através do intercâmbio de experiências, da articulação em redes, da construção coletiva de novas e renovadas práticas políticas e, sobretudo, dos processos de formação (*online* e presenciais), especialmente por meio do acesso à informação, uma vez que por meio da informação, torna-se possível evitar práticas que impeçam o empoderamento da mulher. Segundo Bárbara Paes (2016, p. 8),

Práticas discriminatórias da nossa sociedade têm dificultado que as mulheres busquem e demandem informação pública. Problemas como falta de acesso à educação, baixo nível de poder econômico, restrições no acesso à tecnologia, além de outras barreiras sociais, acabam prejudicando o exercício

Sob esta compreensão, a Universidade Livre Feminista, como uma ação em rede, se estrutura com a cooperação de uma Rede de Colaboradoras, cerca de 30 mulheres de diferentes regiões do país, ainda com participantes nos Estados Unidos e na Europa, além das organizações feministas⁶ de sustentação já citadas, ocupa espaço de referência como possibilidade de promover o engajamento das mulheres em torno de objetivos favoráveis ao protagonismo social.

As iniciativas da Universidade Livre Feminista sempre foram coordenadas, direcionadas a refletir as circunstâncias políticas e os progressos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), visando um diálogo eficaz com as necessidades das mulheres, em especial aquelas envolvidas em movimentos populares.

No aspecto de tomadas de decisão, a Universidade conta com a **Coletiva Dinamizadora** que tem por função coordenar politicamente a Universidade Livre, reunindo esforços, fomentando diálogos, abrindo caminhos, angariando recursos, dando consistência e expandindo a rede da Universidade Livre Feminista (Site da UFL).

Em relação ao funcionamento do processo colaborativo, conta com a **Rede de Colaboradoras**, que consiste num grupo composto por feministas que atuam em diversos espaços – educadoras, artistas, trabalhadoras de ONGs, professoras

⁶ Em 2022, a Universidade Livre Feminista fechou um ciclo de 13 anos e entre as mudanças registradas está a gestão da Universidade, que iniciou como uma proposta do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, e que mais adiante, as organizações SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e a Cunha Coletivo Feminista.

universitárias, ativistas de movimentos, comunicadoras, entre outras - e que, voluntariamente ou eventualmente contratadas, realizam atividades da Universidade Livre Feminista.

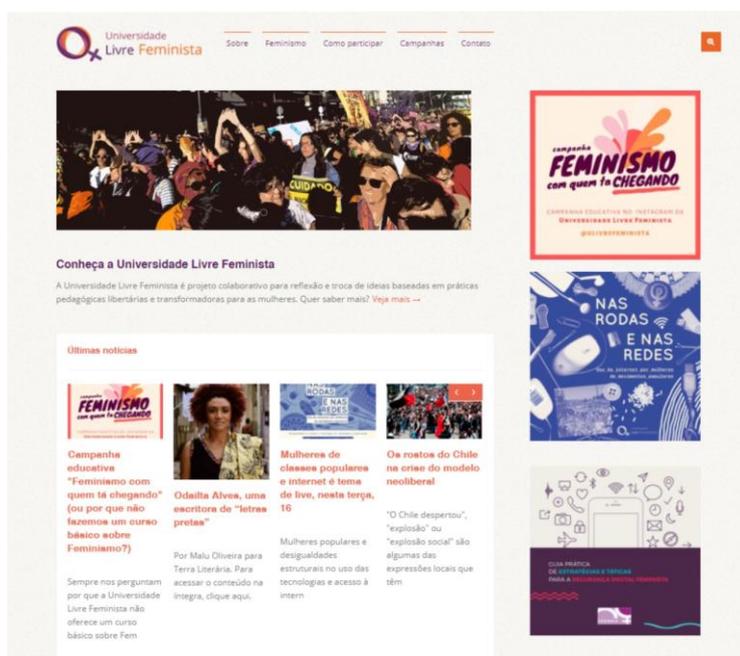
A Rede de Colaboradoras também é composta pelas integrantes da Coletiva Dinamizadora e da Secretaria Executiva, constituindo-se assim como um grupo de referência política e diálogo para a definição das linhas de ação e políticas da Universidade. Anualmente são realizados encontros presenciais com a participação de todo o grupo, onde acontecem discussões políticas, realinhamentos estratégicos e pactuadas as ações a serem realizadas para o próximo período (ULF, 2023). Para a efetivação das ações cotidianas, a Universidade conta com a **Secretaria Executiva** a qual é a responsável pela gestão dos processos desenvolvidos, integrando também a Coletiva Dinamizadora e a Rede de Colaboradoras. O trabalho diário da Secretaria assegura o funcionamento pleno do site e canais de comunicação, além da Plataforma de Formação Feminista, apresentados nas figuras 1 e 2, contando para isto com o apoio uma equipe de suporte tecnológico.

Figura 2 - Interface principal do site da Universidade Livre Feminista



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Figura 3 - Site da Universidade Livre Feminista



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As Figuras 1 e 2 apresentam a página principal do site da Universidade Livre Feminista, que passou por uma reformulação em 2022 para disponibilizar informações atualizadas, incluindo detalhes sobre a história da ULF, materiais de campanhas, notícias e opções de contato.

Como estratégia de mensuração do acesso das informações da ULF, utiliza-se os dados do site e da plataforma de formação feminista, bem como as estatísticas dos perfis nas redes sociais. Diante de toda uma história baseada na colaboração e compartilhamento de informações, verifica-se a Universidade Livre Feminista como uma unidade e informação cujo propósito vai além de disponibilizar dados e documentos.

Durante a trajetória de realização dos cursos, o número de mulheres inscritas na plataforma *moodle* (2009-2020) alcançou mais de seis mil inscritas em processos formativos da Universidade Livre Feminista. No quadro 2, a seguir, esboçamos os cursos, período de realização e proponentes.

A atualização do site permite às (aos) usuárias(os) a recuperação da informação de forma mais completa. O processo de atualização ocorreu em virtude do aniversário de 13 anos da Universidade Livre Feminista, uma forma de fechamento do ciclo da gestão compartilhada descrita anteriormente.

Quadro 3 - Cursos realizados na Universidade Livre Feminista no período de 2011 e 2021

CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	PROPONENTE
Diálogos Ativistas sobre Autocuidado	Maio a agosto/2011	Universidade Livre Feminista
Menos informalidade, mais direitos no trabalho para as mulheres brasileiras	Abril/2012	SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
Reflexões feministas sobre o sistema político (1ª edição)	Abril a junho/2012	Fundo para a Igualdade de Gênero
Reflexões feministas sobre o sistema político (2ª edição)	Agosto a outubro/2012	Fundo para a Igualdade de Gênero
Feminismo com quem tá chegando – 1ª edição	Junho a outubro/2014	Universidade Livre Feminista
Trilhas Feministas na Gestão Pública	Agosto a dezembro/2014	Universidade Livre Feminista
Diálogos Arte, Política e Feminismo	Dezembro/2014 a março/2015	Universidade Livre Feminista
Feminismo com quem tá chegando – Livre	Janeiro a março/2015	Universidade Livre Feminista
Feminismo com quem tá chegando – 2ª edição	Janeiro a março/2015	Universidade Livre Feminista
Diálogos Feministas: Conjuntura Política Anti-direitos	Maio a julho/2015	CFEMEA e Universidade Livre Feminista
Curso Feminismo e Cotidiano	Junho a agosto/2015	Universidade Livre Feminista
Diálogos Feministas: formas, práticas e estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres	Outubro a dezembro/2016	Universidade Livre Feminista

Ciclo de webinários Umas com as outras: trocando ideias sobre o mundo digital	2020	Universidade Livre Feminista
Curso Navegando Juntas pelos Desafios da Internet	Agosto a outubro/2021	Universidade Livre Feminista
Curso Audiodescrição para ação feminista na internet	Junho/2021	Universidade Livre Feminista
Prosa feminista	Abril a novembro/2021	Universidade Livre Feminista

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando as informações sobre os cursos oferecidos pela Universidade Livre Feminista observamos que é um espaço enriquecedor que se dedica a explorar e discutir uma série de temas vitais para o empoderamento e o avanço das mulheres na sociedade contemporânea. Seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e a capacitação das mulheres se reflete em uma ampla gama de tópicos abordados de maneira aprofundada.

Um dos pilares da ULF é a análise crítica das construções de gênero. A universidade examina as dinâmicas complexas que moldam as identidades de gênero e busca desconstruir os estereótipos arraigados que influenciam a maneira como as mulheres são percebidas e tratadas na sociedade. Ao explorar as raízes dessas construções, a ULF capacita as mulheres a resistirem aos padrões tradicionais e a redefinirem suas próprias narrativas.

Além disso, a ULF aborda a interseccionalidade como uma lente crucial para compreender as múltiplas experiências das mulheres. Reconhece que os fatores como raça, gênero, classe, sexualidade e idade se entrelaçam, moldando as vivências individuais e coletivas. Através dessa perspectiva, busca promover uma abordagem mais inclusiva e holística para lidar com as desigualdades.

A tecnologia é outro domínio tratado nos processos educativos. A ULF reconhece o papel essencial que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) desempenham na sociedade contemporânea. No entanto, a também explora as maneiras pelas quais as TDICs podem ser usadas para ampliar a voz das mulheres, bem como as barreiras enfrentadas pelas mulheres na adoção e domínio dessas ferramentas.

Os direitos reprodutivos, a violência de gênero, a política feminista e a participação das mulheres na esfera pública também são temas centrais abordados

pela ULF, que desafia as normas estabelecidas e oferece um espaço seguro para as mulheres explorarem esses tópicos, compartilhem experiências e adquirirem ferramentas para enfrentar os desafios que encontram em suas vidas cotidianas.

Por fim, a Universidade Livre Feminista desempenha um papel vital ao capacitar as mulheres com conhecimento, habilidades e perspectivas para moldar um futuro mais igualitário e inclusivo. Sua abordagem abrangente e interdisciplinar ressoa em diversas áreas, capacitando as mulheres a desafiarem as normas, reivindicar seus direitos e conquistar seu lugar em todos os aspectos da sociedade.

Ela tem, sobretudo, a finalidade de qualificar a informação e transformar o conhecimento. Sobre essa finalidade, Sylvia Moraes e Regina Belluzzo (2004, p. 79) explicam que

[...] a informação se transforma em conhecimento quando o seu conteúdo é assimilado pelo indivíduo, sendo incorporado ao rol de experiências que fazem parte de sua memória e é utilizado para a busca de resolução de problemas, criação de ideias e tomada de decisões.

De fato, a transformação da informação em conhecimento pressupõe o envolvimento de diferentes recursos que vão desde os cognitivos aos aparatos tecnológicos que disponibilizam a informação. Sob o prisma de que a Universidade Livre Feminista constitui uma unidade de informação, avaliamos a relevância de suas atribuições em relação à mediação da informação para as mulheres.

Desde o início de sua atuação, a ULF se apresenta como um projeto de mudança, de enfrentamento ao machismo, ao patriarcado e ao capitalismo, alicerçado na ideia de impulsionar os processos de produção do conhecimento para/das mulheres, como destacamos, anteriormente, nos seus objetivos. A partir da missão de fortalecer a ação política coletiva das mulheres, para que possam ser sujeitos de suas vidas e da luta para a construção de uma sociedade justa e igualitária, a Universidade se propõe a tornar-se mediadora de um processo de luta que se reproduz no fortalecimento das mulheres, por meio do ciclo ou do processo formativo que abrange uma diversidade temática: formas, práticas e estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres, conjuntura política antidireitos, reflexões feministas sobre o sistema político, diálogos ativistas sobre autocuidado, entre outros temas e forma de atuação, favorecidos pelas novas tecnologias.

Nesse universo de discussões, a Universidade Livre Feminista assume a mediação da informação por meio das ações formativas, mediadas pelas educadoras,

um processo que auxilia as mulheres participantes, sobretudo facilitando a compreensão e uso das informações.

Abordamos a mediação da informação como processo pelo qual a informação é intermediada e facilitada para indivíduos ou grupos, a fim de auxiliá-los na busca, compreensão e uso dessa informação de forma significativa. É um conjunto de práticas, estratégias e recursos que têm como objetivo tornar a informação acessível, relevante e compreensível para os (as) sujeitos (as).

A participação nos processos formativos da Universidade Livre Feminista alcança diferentes grupos e coletivos: Grupo de mulheres e/ou LBTs – Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência, Blogueiras Negras, Marialab, Parcerias no cursos semipresenciais: Coletivo de Mulheres de Fibra da Amazônia (Colima), Fórum Cearense de Mulheres, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Rede de Mulheres Negras do Nordeste, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR_NE), AgoraJuntas (RJ) Articulação Parintins Cidadã (AM), Coletivo Alumia Gênero e Cidadania (SP), Coletivo Hellen Keller (MG/PR/RJ RS), Fórum de Mulheres de Pernambuco (PE), Fórum Cearense de Mulheres (CE) - Fórum de Mulheres do Araripe (PE), Liga Brasileira de Lésbicas (RN/RS), Movimento Ibiapabano de Mulheres-MIM (CE), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste-MMTR-NE (AL, PB e PE), Rede de Mulheres Negras do Nordeste (PE), Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas (DF), AMB Candanga/DF, Articulação de Mulheres do Amapá-AMA, Articulação de Mulheres Brasileiras-SP, Coletivo de Mulheres Casa Lilás/PE, Coletivo de Mulheres do Calafate/BA, Fórum de Mulheres do Agreste Setentrional/PE, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, Fórum de Mulheres do Pajeú/PE, Grupo Inclusivas/RS, Liga Brasileira de Lésbicas/RN, Maria Mulher/RS.

No quadro 4, a seguir, mostramos as atividades e os coletivos, grupos e movimentos participantes do processo formativo realizado pela Universidade Livre Feminista.

Quadro 4 - Coletivos participantes do processo formativo do Curso Navegando Juntas

ATIVIDADE	COLETIVOS PARTICIPANTES
<p align="center">Curso Navegando Juntas</p>	<p>Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas, Marcha Mundial das Mulheres, Coletivo de mulheres da COMURG, Coletivo de Mulheres do PT São Vicente, Movimento Divas da Floresta, Mulheres Negras no Front, Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, Coletiva de Mães Pachamamá, FESRJ, Rede Cidade de Deus de Economia Solidária, PLPs Santos, Ajagum Obinrin, Organização de Mulheres Negras do RN, Papo de mulher, Coletivo Cuxi Evangélico, Coletivo Feminista As Sertanistas, Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Grupo Mulher Maravilha/PE, UBM, Grupo Por Nós, Grupo Espaço Mulher (Recife).</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O curso "Navegando Juntas pelos Desafios da Internet", cuja ementa está descrita no Apêndice B, foi desenvolvido com o propósito de promover uma análise crítica do papel da internet no cotidiano e capacitar as mulheres no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), especialmente diante da pandemia de Covid-19, que ampliou de maneira irreversível a presença da internet em nosso cotidiano, incluindo seu impacto na nossa capacidade de engajamento político no movimento feminista.

O objetivo primordial do curso foi incentivar um debate acerca das consequências da internet em nossas vidas, contribuindo para uma reflexão mais abrangente sobre nosso uso da rede e para o aprimoramento das habilidades das mulheres participantes no manejo de ferramentas cotidianas e simples.

A metodologia adotada contemplou cinco trilhas, cada uma aprofundando os conhecimentos sobre a internet. Em cada trilha, diferentes momentos e atividades foram explorados, permitindo uma abordagem completa e abrangente do tema. Os conteúdos mediados abrangeram os temas: Autocuidado e cuidado coletivo, Cuidados Digitais, EaD feminista, Internet e Desigualdades, Saúde Mental, Uso de Ferramentas de Internet.

A seguir apresentamos a Pesquisa nas Rodas e nas Redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares, que aborda as

desigualdades no acesso à tecnologia e comunicação, lançada em 2020. O Quadro 5 - Coletivos de mulheres participantes da pesquisa nas Rodas e nas Redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares mostra a diversidade da participação das mulheres.

Quadro 5 - Coletivos de mulheres participantes da pesquisa nas Rodas e nas Redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares

ATIVIDADE	COLETIVOS
<p>Pesquisa nas Rodas e nas Redes</p>	<p>Amazonas: Associação Parintins Cidadã-AM, Coletivo Mulheres de Fibra da Amazônia (Colima) e mulheres representantes das comunidades: Panauaru e Zé Açú.</p>
	<p>Pernambuco: Grupo Espaço Mulher, Grupo de Teatro Mulheres Madalena, A PartidA, Sindicato das Empregadas Domésticas, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coletivo de Mães Feministas Ranúzia Alves, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Grupo Liberdade Vamo Simbora, Rede de Feministas Antiproibicionistas, Centro de Ensino Popular e Assistência Social de Pernambuco Santa Paula Frassinetti (Cepas), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB), Coletivo Faça Amor Não Faça Chapinha (FAFNC), Coletivo de Mulheres de Jaboatão.</p>
	<p>Ceará: Mulheres representantes de: Comunidade Quilombola Batoque, Território Indígena Tapeba, Comunidade Caetanos de Cima, Comunidade Jenipapo, Comunidade Quilombola Porteiras, Fortim, Fazenda Ilha do Esaú, Território Indígena Tabajara, Território Indígena Tabajara, Comunidade Curralinho, Assentamento Maceió, Movimento Sem Terra (MST) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A pesquisa-diagnóstico *Nas Rodas e nas Redes: o uso da internet por mulheres de movimentos populares*. Foi elaborada na perspectiva de compreender como as

revela um contexto de transformação e empoderamento. No entanto, ao mesmo tempo em que essa inclusão digital é celebrada, torna-se evidente que desigualdades persistentes e disparidades no acesso às tecnologias continuam a ser desafios significativos.

4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos o resultado da pesquisa por meio dos questionários aplicados às mulheres que acessaram os conteúdos dos cursos oferecidos pela Universidade Livre Feminista, apresentando e refletindo as mudanças percebidas no processo formativo. Compartilhamos a percepção das interlocutoras que vislumbram o compromisso da ULF com o empoderamento e o protagonismo social das mulheres, reproduzido na forma como a informação é mediada de maneira consciente na metodologia utilizada.

O propósito da ULF é oferecer um espaço onde as mulheres possam não apenas adquirir conhecimentos importantes, indispensáveis ao cotidiano de luta pela garantia e efetivação dos direitos, mas também fortalecer suas vozes, conectar-se com suas identidades e explorar novas perspectivas. Cada mulher que se envolveu nos cursos carrega consigo sua jornada única e um desejo de crescimento pessoal e impacto social para o coletivo.

Ao destacar essas narrativas e experiências, esperamos amplificar as vozes das mulheres que estão se tornando agentes de mudança em suas comunidades, setores e vidas pessoais. A mediação consciente da informação é um elemento poderoso para ressignificar concepções, códigos e representações pautadas em hierarquias e opressões, de forma a construir uma sociedade mais equitativa e justa. E, segundo Henriette Gomes (2020, p. 2), “[...] a efetividade da ação mediadora está associada à mediação consciente”, presente na ULF não apenas nos cursos que superam conteúdos meramente acadêmicos, mas também inclui a criação de redes de apoio, a celebração da diversidade e a promoção do pertencimento. Esperamos que, ao compartilhar essas narrativas, possamos contribuir para visibilizar a mediação delineada pela ULF a qual favorece o empoderamento e a transformação social.

O presente capítulo de análise de dados representa um passo significativo na compreensão do impacto da metodologia adotada pela Universidade Livre Feminista na promoção do protagonismo social das mulheres. Com base nas dimensões da

mediação consciente da informação, esta pesquisa busca investigar a relevância e a efetividade das práticas de capacitação oferecidas pela Universidade, visando empoderar as mulheres e fortalecer sua participação ativa e informada na sociedade.

Como afirma Cecília Minayo (2016), sobre análise e a interpretação da pesquisa quantitativa, seu foco “[...] é principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (Minayo, 2016, p.72). Por esse caminho, optamos pela análise dos dados enveredando pela abrangência das falas significativas para responder aos objetivos da pesquisa.

A Universidade Livre Feminista, comprometida com a equidade de gênero e a busca pela justiça contra a estrutura que reproduz o machismo e o racismo no cotidiano das mulheres, desenvolve uma abordagem interseccional, reconhecendo que a opressão de gênero está imbricada com outros marcadores sociais da diferença como raça, classe, geração e orientação sexual. Essa perspectiva inclusiva impulsiona a mediação consciente da informação, que visa ressignificar o acesso e disseminação de conhecimentos, levando em consideração as experiências, desafios e necessidades específicas das mulheres.

Dentre os principais temas explorados, estão o desenvolvimento de competências e de habilidades das mulheres participantes, o fortalecimento de redes de apoio e a potencialização do empoderamento individual e coletivo. Além disso, são analisadas as contribuições da mediação consciente da informação na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção de uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as desigualdades existentes na sociedade.

Por meio de uma análise aprofundada nas informações colhidas, esta análise intencionou identificar as principais tendências, bem como descrever como a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista constitui uma estratégia que favorece o protagonismo social das mulheres, compreendendo que o mesmo está ligado à valorização da esfera pública, se volta aos interesses do coletivo, consciente de que a transformação almejada nem sempre pode ser alcançada de imediato, sobretudo quando a esfera do privado se apresenta em maior valorização, em detrimento da esfera pública, conforme as enunciações de Henriette Gomes (2020).

Espera-se que esta investigação permita a validação da metodologia adotada e forneça subsídios para o aprimoramento contínuo das práticas educacionais propostas pela ULF. Além disso, os resultados obtidos contribuirão para o

enriquecimento do debate acadêmico e político em torno da promoção do protagonismo social das mulheres, reforçando a importância de uma mediação consciente da informação como catalisadora de mudanças positivas e duradouras.

Essa etapa crucial da pesquisa nos permite explorar as experiências, percepções e reflexões compartilhadas pelas mulheres participantes dos cursos oferecidos pela Universidade Livre Feminista que se envolveram numa jornada de aprendizado e empoderamento, alinhando com os objetivos traçados. Uma vez que a análise dos dados é fundamental para alcançar o objetivo geral desta pesquisa que é analisar e descrever a mediação da informação delineada pela ULF como uma estratégia de fortalecimento do protagonismo social das mulheres.

Os questionários, apresentados no Apêndice A, foram elaborados contemplando os objetivos da pesquisa os quais abrangem desde a busca por conhecimento sobre feminismo e participação política até as transformações pessoais e sociais vivenciadas no processo de formação pelas mulheres. As interlocutoras nos ofereceram respostas significativas com informações importantes para o alcance do objetivo geral da pesquisa.

Por meio da análise criteriosa desses dados, buscamos compreender como a mediação da informação e a apropriação podem enriquecer nossa compreensão do impacto da Universidade Livre Feminista na vida das mulheres. Com o intuito de preservar a confidencialidade e o anonimato das participantes, todas as informações serão tratadas com o máximo cuidado e respeito, de modo que seus nomes foram alterados.

Para a análise, mergulhamos nos dados coletados, explorando as respostas e narrativas que emergiram dos questionários. Buscamos interpretar e contextualizar essas informações, utilizando métodos e técnicas de análise de dados, a fim de dar voz às experiências vividas pelas mulheres e construir um retrato abrangente e autêntico do impacto da ULF em suas vidas.

A análise dos dados nos permitirá não apenas compreender o empoderamento e o aprendizado adquiridos, mas também identificar possíveis desafios e lacunas a serem abordados para sugerir, caso seja necessário, no aprimoramento das ações da Universidade Livre Feminista, sob o olhar das mulheres participantes do processo formativo. A partir da exploração dos dados, apresentamos as riquezas que eles nos revelam.

Em relação à coleta dos dados, utilizamos o recurso do *Google* Formulários para encaminhar os questionários às mulheres pesquisadas, com o objetivo de obter as respostas todas em um mesmo padrão, além de ser este recurso facilitador para a leitura dos dados coletados. O questionário com perguntas foi disponibilizado via *link* para as mulheres com um total de 34 perguntas, destas 9 sobre a identificação e 25 considerando os objetivos específicos propostos na pesquisa.

Apresentamos uma breve descrição do perfil das pesquisadas, apontando que são mulheres diversas em suas trajetórias e experiências, mas que compartilham algo em comum, além da participação das formações da Universidade Livre Feminista, o engajamento em um movimento que busca a transformação social e a busca pela igualdade de gênero.

A pesquisa incluiu mulheres de diferentes idades, localidades (regiões), raça e etnia, bem como uma variedade de formações acadêmicas e profissionais. Elas representam a ampla gama de vozes, que desempenham diferentes funções em suas áreas de atuação, utilizando o conhecimento adquirido na Universidade Livre Feminista para impulsionar mudanças significativas em suas comunidades.

Para analisar os dados dos questionários, dividimos as questões em cinco categorias: Perfil socioeconômico das mulheres participantes dos cursos; Acesso e apropriação da informação; Conteúdos mediados nos cursos da ULF; Percepção do feminismo e desafios enfrentados, Mediação da informação, apropriação da informação e protagonismo social, apresentados a seguir.

Os nomes das mulheres foram alterados para codinomes por questões de confidencialidade e anonimato, proteção e privacidade. Optou-se pelo uso do primeiro nome ou de sobrenomes de autoras e pesquisadoras feministas quem contribuíram e contribuem para a pesquisa e para a Ciência.

4.4.1 Perfil socioeconômico das mulheres participantes dos cursos

No quadro 6, abaixo, apresentamos a faixa etária das interlocutoras, que varia entre 28 e 59 anos. A faixa etária de algumas mulheres evidencia suas experiências como ativistas feministas de longa data, que encontraram na Universidade Livre Feminista um espaço de aprendizado contínuo e de fortalecimento pessoal.

Quadro 6 - Faixa etária das interlocutoras

Idade	Quantidade
28	01
39	01
43	01
52	01
54	01
55	03
57	01
59	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Outras mulheres entrevistadas estão iniciando sua jornada no ativismo feminista, trazendo consigo uma curiosidade e um desejo de aprender e se envolver. Elas visualizam na Universidade Livre Feminista uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e se conectar com outros grupos de mulheres igualmente comprometidas com a transformação seja no âmbito pessoal ou coletivo.

Essa diversidade geracional é fundamental para compreender como as perspectivas feministas se alteraram ao longo do tempo e como o movimento continua a se adaptar e se renovar engajando mulheres de diferentes faixas etárias.

A diversidade racial e étnica das mulheres apresentada no Quadro 7 – Perfil das interlocutoras segundo a autoidentificação étnico racial, representa um aspecto fundamental que deve ser reconhecido e valorizado em todas as discussões relacionadas à igualdade de gênero e inclusão social. Por essa razão, o perfil das mulheres participantes da pesquisa considerou cuidadosamente essa dimensão de identidade racial ou étnica. Entre as interlocutoras, quatro afirmaram ser negras, três se identificaram como brancas, uma mencionou ter pele clara, outra se declarou morena com ascendência indígena, e uma participante que se considera branca fez a observação de que seu registro civil consta como parda.

Quadro 7 - Perfil das interlocutoras segundo a autoidentificação étnico racial

Autoidentificação	Quantidade
Branca	03
Negra	04
Parda (descendente de indígena)	01
Branca (Parda na certidão)	01
Pele clara	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ao abordar a diversidade de raça e etnia das mulheres, é importante reconhecer que nem todas as participantes da pesquisa demonstraram clareza absoluta na identificação de sua própria raça/etnia. Isso destaca a complexidade e nuances presentes nesse aspecto da identidade das mulheres e reforça a importância de abordar essa questão com sensibilidade e respeito às diferentes formas de autoidentificação.

O quadro 8 – Perfil das interlocutoras segundo a região de moradia, traz o perfil das mulheres e leva em consideração aspectos geográficos, destacando que a abrangência da Universidade Livre Feminista não se limita a uma única região do Brasil em relação ao público participante do processo formativo, bem como ao acesso às informações disponíveis no site.

Quadro 8 - Perfil das interlocutoras segundo região de moradia

Cidade/ Estado	Quantidade
Camaragibe/PE	01
Correntina/BA	01
Salvador /BA	01
Ouricuri/PE	01
Bertioga/SP	01
Campina Grande/PB	01
Palmares/PE	01
Nova Iguaçu/RJ	01
Remígio/PB	01
Mauá/SP	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Notamos que, entre os estados mencionados pelas interlocutoras, a região norte não foi mencionada, embora isso não signifique, de acordo com a proposta da

ULF, que mulheres dessa região não participem ou acessem os conteúdos oferecidos, seja por meio dos cursos ou do site.

No que se refere ao nível de escolaridade, apontado no Quadro 9 – Perfil das interlocutoras sobre o nível de escolaridade, o perfil das interlocutoras apresenta uma notável diversidade. Entre as mulheres que declararam possuir formação superior, observa-se uma variedade de áreas de estudo. Algumas delas têm formações em Sociologia, Serviço Social e Pedagogia.

Quadro 9 - Perfil das interlocutoras sobre o nível de escolaridade

ESCOLARIDADE	Quantidade
Ensino médio completo	04
Ensino superior completo	01
Ensino superior incompleto	01
Pós-Graduação	04
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Além disso, no âmbito das pós-graduações, as áreas de especialização incluem Antropologia, Enfermagem e Saúde, bem como Pedagogia. Isso ressalta a ampla gama de conhecimentos e expertises que essas mulheres trazem para o contexto da pesquisa, assim como para as ações colaborativas da ULF.

No que diz respeito às profissões e ocupações, abordadas no Quadro 10 – Perfil das mulheres de acordo com a profissão/ocupação, tivemos a participação de mulheres provenientes de uma ampla variedade de campos.

Quadro 10 - Perfil das mulheres de acordo com a profissão/ocupação

Atividade profissional	Quantidade
Concursada / Analista social	01
Artesanato	01
Atualmente desempregada/ tem um negócio como MEI	01
Educadora social	03
Diarista	01
Técnica antirracista	01
Diretora da mulher e diversidade humana	01
Gestora políticas públicas/Orientadora social voluntária na CUFA	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Entre elas, estavam acadêmicas, profissionais da área da saúde, ativistas de direitos humanos, artistas, empreendedoras (no caso, artesãs), cientistas sociais e educadoras. Essa diversidade de ocupações reflete o compromisso feminista em diferentes setores da sociedade, evidenciando como o movimento feminista permeia todas as facetas da vida. É importante ressaltar que duas interlocutoras se identificaram como profissionais na gestão pública, embora tenhamos considerado a contabilização separada de acordo com os termos específicos que utilizaram para descrever suas ocupações.

Das três respostas afirmativas para a ocupação de "educadora", houve esclarecimentos adicionais: uma delas se apresentou como coordenadora de um projeto de combate à violência contra as mulheres, outra indicou ser terapeuta corporal, enquanto a terceira se identificou como artesã. Esses exemplos demonstram a variedade de atividades que as mulheres desempenham em suas respectivas esferas, cada uma contribuindo de maneira única para o avanço das questões de gênero e igualdade.

Conforme evidenciado no Quadro 11 – Quantidade de cursos acessados, que trata do número de cursos dos quais as interlocutoras participaram, observamos uma variação considerável.

Quadro 11 - Quantidade de cursos acessados

De quantos cursos participou	Quantidade
01	06
02	01
Entre 02 e 03	01
03	01
Não lembra	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Essa quantidade reflete o período em que esses cursos foram acessados, como será detalhado no quadro subsequente. Essa variação também reflete o período de atividades da ULF e como isso se relaciona às experiências das participantes. Contudo, é importante ressaltar que esses números não representam a completa diversidade de cursos e atividades oferecidas pela ULF, levando em consideração o

recorte das mulheres pesquisadas. Vale ressaltar, de forma semelhante à quantidade de cursos, que os dados apresentados no Quadro 11 - Quantidade de cursos acessados, refletem exclusivamente o grupo de mulheres pesquisadas.

A seguir, com base nos dados obtidos, coletados entre junho de 2022 e maio de 2023, o Quadro 12 – Ano de acesso aos cursos pelas interlocutoras revela que a média de participação nos cursos ocorreu entre os anos de 2018 e 2021.

Quadro 12 - Ano de acesso aos cursos pelas interlocutoras

Ano	Quantidade
2018	01
2019	03
2020	01
2021	04
Não lembra	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Podemos inferir que esse período, a partir das informações fornecidas pelas participantes, retrata um momento no qual a Universidade Livre Feminista implementou iniciativas com o propósito de discutir o acesso às tecnologias, especialmente durante um período em que as interações das pessoas estavam sendo mediadas pelas tecnologias digitais da informação e comunicação.

4.4.2 Acesso e apropriação da informação

Mulheres, assim como outros grupos sociais marginalizados, são impactadas de maneira desigual pela carência de informação (Paes, 2016).

Para essa compreensão algumas questões foram importantes para verificar como as interlocutoras acessaram e se apropriaram da informação por meio da Universidade Livre Feminista, quais as motivações para participarem dos cursos formativos. Nesse processo as mulheres percebem a informação como fundamental no processo de desenvolvimento nos âmbitos pessoal e social (Costa; Farias, 2021).

Como o objeto da informação consiste no resultado do compartilhamento do conhecimento e saberes (Gomes, 2017), percebemos que as interlocutoras vivenciam

essa experiência. No quadro 13, apresentamos a forma como as interlocutoras acessaram a ULF.

Quadro 13 - Forma de acesso à Universidade Livre Feminista

Em relação ao acesso à Universidade Livre Feminista, há diferentes maneiras pelas quais as mulheres se aproximaram, conforme exposto no Quadro 13 – Forma de acesso à Universidade Livre Feminista. Mas percebemos que o engajamento ou atuação em movimentos de mulheres ou movimentos sociais são consideradas porta de entrada para a ULF.

Através do Fórum de Mulheres de Pernambuco (Audre).

Através do (Curso) no grupo que eu estava participando (Angela).

Primeiro momento pesquisando sobre a palavra feminismo na internet, depois na Articulação de Mulheres Brasileiras (Bell).

Pelo movimento feminista (Mirian).

Pela Marcha Mundial de Mulheres (Djamila).

Através de amigas que me informou (Carolina).

Não me recordo direito, mas acredito que foi através da CESE, na qual participei de um curso enquanto jovem liderança do polo da Borborema que tem parceria com AS-PTA (Conceição).

Através da Articulação de Mulheres Brasileira/AMB (Elza).

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O Fórum de Mulheres de Pernambuco foi uma porta de entrada para a Universidade Livre Feminista, fornecendo informações e oportunidades para participação. Algumas pessoas tiveram conhecimento ULF por meio de cursos ou grupos em que já estavam engajadas, ampliando suas oportunidades de aprendizado e fortalecimento feminista. Para outras, o primeiro contato ocorreu por meio de pesquisas na internet, explorando o tema do feminismo e encontrando informações sobre a instituição. Algumas mulheres tiveram conhecimento do trabalho por meio de seu envolvimento no movimento feminista, participando de manifestações, encontros e atividades relacionadas aos direitos das mulheres. A Marcha Mundial de Mulheres foi uma porta de entrada para algumas pessoas conhecerem a Universidade Livre Feminista, proporcionando um espaço de mobilização e conscientização sobre questões de gênero. Outra forma de acesso foi por meio de amigas que compartilharam informações e as incentivaram a participar.

As diferentes maneiras pelas quais as mulheres tiveram acesso à Universidade Livre Feminista, destacando a diversidade de caminhos e oportunidades que levaram à participação nessa importante iniciativa de fortalecimento feminista, aponta para a forma de divulgação da atuação da Universidade sempre com foco em alcançar a diversidade de mulheres engajadas ou não ao movimento feminista, mas com a intenção de fortalecer a formação na pedagogia feminista. As razões que motivaram a participação das mulheres estão destacadas no quadro 14.

Quadro 14 - Principais razões que motivaram a participação das formações da Universidade Livre Feminista

As falas das interlocutoras citadas no Quadro 154 - Principais razões que motivaram a participação das formações da Universidade Livre Feminista, revelam uma motivação compartilhada de buscar conhecimento e fortalecimento através da participação em cursos e iniciativas como a da Universidade Livre Feminista. A diversidade de razões que impulsiona essa busca reflete as necessidades e desafios variados enfrentados por mulheres em diferentes contextos, inclusive no período em que o país enfrentava a pandemia na Covid 19.

<p><i>Obter conhecimento sobre feminismo e participação política. (Audre)</i></p> <p><i>Em busca de mais conhecimento na internet e conhecer mais pessoas no curso, pois estávamos vivendo um período de pandemia no Brasil (Angela).</i></p> <p><i>Busca de conhecimento teórico, espaço raro ou quase nenhum na militância (Bell).</i></p> <p><i>Aprender conteúdos novos e fortalecer o movimento que participo (Mírian).</i></p> <p><i>Empoderamento (Djamila).</i></p> <p><i>Ambiente seguro, progressista e solidário (Carolina).</i></p> <p><i>Para buscar o conhecimento e fortalecer enquanto mulher negra, preciso do estudo e os cursos oferecidos pela Universidade Livre Feminista oferece essa oportunidade (Sojourner).</i></p>
--

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As motivações para participar das formações oferecidas pela Universidade Livre Feminista seguiram a necessidade da busca de conhecimentos.

A busca por conhecimento sobre o feminismo e a participação política estava entre as motivações ou razões para aprofundar o entendimento das questões de gênero, feminismos e a importância da participação política das mulheres, assim como para ampliar a compreensão sobre os temas e fortalecer o engajamento. No contexto

da pandemia da Covid-19, as mulheres também buscavam oportunidades de forma remota, uma vez que as atividades presenciais eram limitadas, ao mesmo tempo em que buscavam formas de expandir os conhecimentos por meio de formações *online*. Além disso, participar de um curso virtual permitiria conhecer pessoas e ampliar a rede de contatos.

Outra razão seria o conhecimento teórico na militância, o que impulsionou a necessidade de aprofundar os conhecimentos teóricos, percebidos nas lacunas que existiam na formação dentro do movimento em que eu militava, bem como acesso a um espaço que valorizasse o conhecimento teórico e oferecesse uma perspectiva mais aprofundada sobre feminismo.

Aprender conteúdos novos e fortalecer o movimento que representava ou participava foi motivação para chegar até a ULF para adquirir novos conteúdos e informações que pudessem fortalecer o trabalho do movimento no qual eu estava envolvida, de forma a contribuir de forma mais efetiva para a luta pelos direitos das mulheres.

Destaca-se que os debates sobre empoderamento apontam para três dimensões essenciais a serem consideradas: a formativa, a dialógica e a política, “[...]. uma vez que visões de mundo e de propósitos sociais diferenciados orientam as distintas concepções e ações de empoderamento” (Baquero, 2012, p. 174).

A busca por empoderamento também aparece como estímulo para a participação nas formações da Universidade Livre Feminista, espaço que representava uma oportunidade de fortalecer o próprio empoderamento como mulher detentora de direitos por acreditar que o conhecimento é um elemento fundamental para fortalecer a autoconfiança e a capacidade de tomar decisões em diversos aspectos da vida.

O reconhecimento na ULF como ambiente seguro, progressista e solidário incentivou a participação nas formações, sobretudo de mulheres que buscavam um ambiente que fosse seguro, inclusivo, que valorizasse a diversidade e que promovesse a solidariedade entre as participantes. Em outras palavras, a busca por um espaço que acolhesse e respeitasse todas as vozes, permitindo a troca de experiências e aprendizado conjunto. A possibilidade de acessar as formações *online*, ou seja, mais uma forma de acesso à internet, como um fator facilitador à participação. O acesso à internet permitia que mulheres pudessem participar das atividades,

interagir com outras pessoas e aproveitar o conteúdo disponibilizado pela Universidade Livre Feminista.

O interesse por um curso com a metodologia feminista e pela comunicação se tornou um incentivo para participar dos cursos. Por visualizar na ULF uma oportunidade de unir o interesse profissional ao engajamento feminista, por meio da participação em um curso que colocasse o feminismo em diálogo com a comunicação.

Percebemos que as razões que levaram as mulheres a participar das formações oferecidas pela Universidade Livre Feminista têm um vínculo com a busca de conhecimento, empoderamento, fortalecimento do movimento feminista e um ambiente inclusivo e seguro, corroborando com as informações acessadas descritas no quadro 15.

Quadro 15 - Informações acessadas nos cursos

No tocante às informações acessadas no(s) curso(s), apontadas no Quadro 15 - Informações acessadas nos cursos, há uma variedade nas respostas das mulheres, apontando para uma diversidade de informações enriquecedoras voltadas para discussões sobre feminismo, política pública e participação.

Foram diversas e diferentes informações voltadas as discussões sobre feminismo. Política pública. Participação nas eleições de 2022 decisivas para o retorno da democracia no país (Audre).

Aprendi a como fazer um grupo na internet o site de pesquisa que não salva as minhas pesquisas aprendi a mim proteger na rede social através do curso (Angela).

Todos os cursos foram numa perspectiva feminista, sendo um voltado para a formação feminista para quem está chegando. Conteúdo abordando temas do momento - internet e previdência social - da contextualização histórica ao impacto no cotidiano. Sobre o feminismo envolveu a história pessoal (eu e o feminismo), contextualização histórica e o feminismo como movimento social. Convite a leitura de textos e debates (Bell).

Informações sobre antirracismo, classe, raça, democracia (Mírian).

O uso das tecnologias (Djamila).

Tecnologias, Redes sociais (Carolina).

Como trabalhar com o computador e como usar as redes sociais (Conceição).

No primeiro foram análises de textos feministas. Então serviu para ter uma compreensão maior teórica sobre o feminismo. O segundo foi sobre a internet. Como se proteger (Elza).

Os assuntos e as formas abordadas foram incríveis, os cuidados que as mesmas tiveram em dividir em barcas, ter cuidado com pessoas que tinham deficiências, os materiais enviados. foi um aprendizado sem igual, metodologia incrível (Lélia).

Sobre o movimento social, onde mulheres do mundo inteiro tem a liberdade, a conquista dos direitos (Sojourner).

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Os dados apresentados nessa questão, mostram que as informações foram essenciais para compreender a importância do engajamento político e das ações coletivas na busca pelo retorno da democracia no país, inclusive na participação das eleições de 2022. Além disso, promoveu conhecimentos práticos e técnicos, a exemplo de como utilizar os recursos tecnológicos para a criação de grupos na internet, a utilização de sites de pesquisa e a proteção nas redes sociais, ou seja, no ambiente *online*. Essas habilidades se mostraram essenciais para que as mulheres se sentissem seguras e conscientes ao navegar e interagir de forma virtual.

Os cursos abordaram uma perspectiva feminista em suas temáticas propostas, desde a formação feminista para iniciantes até conteúdos relevantes sobre outros assuntos, como a previdência social, situando, inclusive a conjuntura histórica e análise do seu impacto no cotidiano. As discussões sobre o feminismo abrangeram desde a história pessoal até a contextualização na história e o feminismo como movimento social, incentivando a leitura de textos e a participação em debates.

Além disso, as informações compartilhadas também abordaram questões fundamentais como antirracismo, classe, raça e democracia. Essa abrangência permitiu uma compreensão mais ampla das interseções entre gênero e outras formas de opressão, fortalecendo a visão de um feminismo inclusivo e interseccional. A utilização das tecnologias, o uso adequado do computador, a navegação segura na internet e o aproveitamento das redes sociais como ferramentas de informação e mobilização foram pontos relevantes explorados nos cursos reconhecidos pelas mulheres participantes da pesquisa.

A metodologia do curso foi valorizada, destacando-se o cuidado em dividir as informações em partes acessíveis, considerando as necessidades e especificidades de diferentes participantes, incluindo pessoas com deficiência. Além disso, os materiais enviados foram valiosos e contribuíram para um aprendizado rico e diversificado.

Os cursos ajudaram muito no empoderamento das mulheres. [...] Foi uma gama de conhecimento enorme. Com certeza só empoderou. Tanto em relação a esse (curso de audiodescrição), como caminhar no mundo digital seguro. E teve outros, ajudou bastante. O conteúdo foi muito legal e eu acho que precisa ter outros cursos, até mais avançados, com Instagram, com mídia social, que hoje em dia está muito em voga (Audre).

Na fala destacada, é possível identificar elementos que apontam para as dimensões formativa e dialógica da mediação consciente da informação, abordadas por Henriette Gomes (2009). A menção de que os cursos ajudaram no empoderamento das mulheres indica que houve um processo formativo. O aprendizado adquirido contribuiu para o desenvolvimento pessoal e profissional das participantes, capacitando-as para enfrentar desafios e ampliar suas habilidades.

O trecho onde se menciona que "os cursos ajudaram muito" sugere uma interação entre as mulheres participantes e os conteúdos oferecidos nos cursos. O diálogo entre os participantes e os facilitadores dos cursos provavelmente ocorreu, permitindo a troca de experiências, ideias e perspectivas, o que enriqueceu o processo de aprendizado.

Dessa forma, a fala evidencia a presença das dimensões formativa e dialógica, ressaltando como os cursos proporcionaram não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a interação e o desenvolvimento pessoal das mulheres envolvidas. Segundo Henriette Gomes (2014), a mediação da informação é uma ação que depende do processo de dialógico, o qual se caracteriza pela troca contínua de informações, ideias e perspectivas entre duas ou mais partes. Envolve um diálogo genuíno e interativo, onde os/as participantes se escutam, respondem e constroem significados juntos/as.

Em síntese, as informações acessadas durante o curso foram amplas e abrangentes, abordando questões teóricas do feminismo, o uso consciente das tecnologias, a importância da participação política, as interseções com outras formas de opressão e a construção de uma sociedade mais inclusiva, a partir de uma metodologia de valorização da diversidade de mulheres participantes.

Na questão sobre a acessibilidade dos cursos da Universidade Livre Feminista, acentuada no Quadro 16 - Acessibilidade das formações considerando as diferentes realidades socioeconômicas das mulheres, os relatos também variam.

Quadro 16 - Acessibilidade das formações considerando as diferentes realidades socioeconômicas das mulheres

Não são acessíveis infelizmente principalmente. Mulheres com deficiência visual falta audiodescrição nos cursos e até mesmo acessibilidade no site (Angela)

Sim. Na experiência vivida tinha mulheres de diferentes condições [...] (Carolina)

Sim, pois a organização do curso buscar o máximo ser solícitos. Trazendo bons cursos e temas muito bons (Elza)

São acessíveis, porém, não são todas com habilidades. Assim como eu não tinha o conhecimento, muitas ficam no anonimato. (Lélia)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Algumas mulheres sinalizaram que acreditam que as formações são acessíveis a mulheres de diferentes realidades socioeconômicas, enquanto outras expressam preocupações sobre a falta de acessibilidade para mulheres com deficiência visual, a falta de acesso para mulheres que moram em cidades pequenas ou zonas rurais, ou a falta de recursos específicos no site.

É importante destacar que a acessibilidade é um aspecto fundamental para garantir a participação igualitária e inclusiva de todas as mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica, deficiência ou localização geográfica. É necessário um esforço contínuo para tornar as formações mais acessíveis e inclusivas, atendendo às necessidades de todas as mulheres.

As autoras Karla Brunet e Graciela Natansohn (2012) destacam que em pleno século XXI a universalização do acesso, direito à educação e capacitação continua sendo um desafio a ser enfrentado por governos e organizações feministas, pois há poucos e insuficientes programas que visem integrar as mulheres e meninas ao mundo digital. Contudo, não podemos reduzir a reivindicação das mulheres à cultura digital a um problema apenas de acesso, pois assim corre-se o risco de focar só a questão de mercado (Brunet; Natansohn, 2012).

No quadro 17, apresentamos algumas dificuldades relacionadas ao acesso e à compreensão das informações pelas interlocutoras da Universidade Livre Feminista.

A participação nos concursos, conforme o Quadro 17 - Dificuldades relacionadas com o acesso e compreensão das informações sobre os assuntos/temas abordados foram superadas depois de participar das formações, as participantes demonstram que conseguiram superar as dificuldades relacionadas ao acesso e à compreensão das informações sobre os assuntos/temas abordados.

Quadro 17 - Dificuldades relacionadas com o acesso e compreensão das informações sobre os assuntos/temas abordados foram superadas depois de participar das formações

Superadas completamente não, principalmente quando o curso é somente pela plataforma. O diálogo é de extrema importância para um melhor aprendizado. Mas a organização de uma bibliografia contribuiu por demais a formação. (Bell)

Acesso às tecnologias para formatar minhas redes com mais segurança (Djamila)

A dificuldade foi pelos aparelhos (computador) que estava com defeito e as vezes a internet não era de qualidade. (Carolina)

Sim, as aulas eram muito esclarecedoras com as monitoras para tirar nossas dúvidas e o material que recebemos nos ajudou muito. (Conceição)

Dificuldade de falar em público na abordagem de qualquer Tema... [...] era muito difícil pra mim enquanto mulher e sendo mulher negra. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Após a participação nas formações da Universidade Livre Feminista, algumas dificuldades relacionadas ao acesso e à compreensão das informações sobre os assuntos e temas abordados foram superadas. No entanto, é importante mencionar que nem todas as dificuldades foram completamente superadas, e que ainda podem existir desafios a serem enfrentados.

Uma das dificuldades mencionadas foi a falta de acessibilidade nos cursos. Isso pode incluir a ausência de recursos como audiodescrição para mulheres com deficiência visual, por exemplo. Embora essa questão ainda possa ser um desafio a ser superado, é possível que a participação nas formações tenha proporcionado algum avanço no acesso às informações, através de materiais disponibilizados ou outras formas de adaptação.

Outra dificuldade mencionada é a falta de acesso às tecnologias, como computadores e uma conexão de internet estável. Essa falta de acesso pode prejudicar a participação nas formações, limitando a capacidade de assistir às aulas, interagir com as monitoras e utilizar os materiais disponibilizados. No entanto, é possível que, mesmo enfrentando essas dificuldades, a participação nas formações tenha contribuído para um melhor entendimento dos assuntos abordados.

A importância do diálogo e da troca de experiências também foi destacada como uma forma de superar as dificuldades relacionadas ao acesso e à compreensão das informações.

Como exposto, percebemos que a mediação consciente possibilita às interlocutoras a manifestação das subjetividades. Isto porque, na mediação consciente, a dialogia torna exequível o exercício da crítica e a observação mais clara de questões que apresentam lacunas ou incompletudes de conhecimentos (Gomes, 2014).

A possibilidade de interagir com as educadoras (monitoras), tirar dúvidas e receber materiais de apoio pode ter sido fundamental para um melhor aprendizado.

No entanto, é importante ressaltar que cada pessoa pode ter enfrentado desafios específicos em relação ao acesso e à compreensão das informações, e que a superação dessas dificuldades pode variar individualmente, especialmente por ser um processo contínuo de aprendizado e adaptação.

O acesso e frequência ao site da ULF abordadas no quadro seguinte dialoga com a superação das dificuldades apontadas acima, uma vez que o acesso tem relação direta com a vinculação das mulheres a algum grupo ou movimento.

A questão sobre o acesso e a frequência de acesso das mulheres ao conteúdo do site da Universidade Livre Feminista, em destaque no Quadro 18 - Acesso e frequência ao site da Universidade Livre Feminista nos mostra que são as organizações ou grupos aos quais as mulheres estavam vinculadas ou filiadas que foram a porta de acesso, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Quadro 18 - Acesso e frequência ao site da Universidade Livre Feminista

Não acesso o site da ULF, obtive informações dos cursos que participei pelas redes sociais. Atualmente está mais difícil acessar o site diante de tantas informações por meio de outras redes sociais. Precisa de uma fidelidade participativa para acompanhar site. (Bell)

Através do Fórum de Mulheres de Pernambuco, muito pouco. (Conceição)

Pelo grupo de ZAP AMB forte. Raras vezes. (Elza)

A equipe me enviava o link e entrava sempre que possível para assistir as aulas e fazer as atividades. (Lélia)

Tive acesso através da Articulação de Mulheres Brasileira - SOS CORPO, sempre que posso dou olhadinha no site para ver se tem algum curso. (Sojourner).

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

É importante destacar que o acesso ao site da Universidade Livre Feminista pode variar de acordo com a disponibilidade de cada pessoa e das informações compartilhadas em outros canais. A busca por maneiras distintas de se manter atualizada sobre os temas abordados e participar ativamente das formações e discussões que são promovidas apresentou-se como fundamental.

Mas é central destacar que a Universidade Livre Feminista busca promover a acessibilidade e ampliar o alcance de suas informações para mulheres de diferentes realidades, o que constatamos na avaliação do site, conforme o quadro que segue.

O Quadro 19 - Avaliação do site da ULF e das tecnologias de informação apresenta a avaliação das tecnologias de informação, incluindo o site da Universidade Livre Feminista, no qual observamos um nível de variação de acordo com a experiência e uso individual de cada participante. Algumas podem considerar que o site e as tecnologias utilizadas são bons, ótimos ou mesmo excelentes, enquanto outras podem ter opiniões diferentes ou não se sentirem aptas a avaliar, sobretudo pela relação que estabelecem com as tecnologias.

Quadro 19 - Avaliação do site da ULF e das tecnologias de informação

Falta acessibilidade. (Audre)
Bom. (Angela)
Não tenho como avaliar, não sou participativa. (Bell)
Boa (Mírian)
Conheço pouco. Então não posso avaliar. (Carolina)
Boa (Conceição)
Não acesso muito. Sem condições para avaliação. (Elza)
Ótimo (Lélia)
Hoje existe muita informação na tecnologia, sabendo usar essa ferramenta tem muita coisa que se aproveita. (Sojourner).

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No entanto, é importante ressaltar que a acessibilidade é um aspecto fundamental para garantir que todas as pessoas possam ter acesso às informações e participar das atividades *online*. Embora o número de mulheres utilizando a internet tenha aumentado consideravelmente, a proporção de mulheres que tomam decisões e exercem controle sobre a rede é significativamente menor (Brunet; Galindo, 2012).

A tecnologia da informação desempenha um papel importante na disseminação de informações e no acesso a recursos educacionais, mas é necessário que esteja acessível e adequada às necessidades de todas as pessoas. E a realidade para a maioria das mulheres em relação ao acesso e apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) varia dependendo de diversos fatores, como localização geográfica, nível socioeconômico, idade, raça/etnia, cultura e educação.

Ainda há um abismo significativo de acesso às tecnologias entre homens e mulheres, que vai desde barreiras econômicas, falta de infraestrutura de conectividade, falta de habilidades digitais a restrições culturais. Concordamos com a afirmativa de Karla Brunet e Dolores Galindo:

Entendemos que as competências tecnológicas das mulheres se veem afetadas de maneira diferencial em função das diferenças de gênero. E que o gênero opera junto com as questões de classe social no jogo das apropriações, adaptações, reprodução, negociação e resistências que se dão nos processos de *apropiación* tecnológica (Brunet; Galindo, 2012, p. 102).

Estes são alguns dos obstáculos que as mulheres podem enfrentar ao tentar acessar e se apropriar das TDICs. Essa distância acontece porque o desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TDICs entre homens e mulheres (Natansohn, 2013).

Além disso, as mulheres também podem enfrentar desafios específicos relacionados à violência de gênero *online*, assédio, *cyberstalking* e ameaças à privacidade. Essas formas de violência podem inibir a participação das mulheres na esfera digital e afetar sua segurança e bem-estar, como já mencionamos.

As mulheres continuam acessando as informações do site da Universidade Livre Feminista após a conclusão das formações, assim como divulgando para outras mulheres. O compartilhamento do conhecimento adquirido é uma forma importante de fortalecer o movimento feminista e promover a conscientização sobre questões de gênero e igualdade.

Ao compartilhar as informações com outras mulheres, estão contribuindo para a disseminação do conhecimento feminista e possibilitando que mais mulheres tenham acesso aos conteúdos, uma ação essencial para ampliar os debates sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na sociedade, como observamos no quadro a seguir sobre as informações acessadas no site da ULF.

A Universidade Livre Feminista disponibiliza uma variedade de informações as quais podem ser acessadas em qualquer tempo. Cursos e formações sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, igualdade de gênero, feminismo, políticas públicas, entre outros. São promovidos espaços de troca e aprendizado por meio de oficinas e rodas de diálogo, nos quais são discutidos temas relevantes para o movimento feminista e para a luta por direitos.

O Quadro 20 - Informações acessadas no site e nas redes sociais da Universidade Livre Feminista destaca as diversas informações acessadas no site e nas redes sociais. Essas plataformas servem como fontes de conhecimento, oferecendo uma variedade de recursos.

Quadro 180 - Informações acessadas no site e nas redes sociais da Universidade Livre Feminista

Várias informações. Cursos, oficinas. Rodas de diálogos. (Audre)
Violência contra as mulheres, antirracismo. (Mírian)
Todas. (Djamila)
Materiais sobre feminismo. (Elza)
Os vídeos. (Lélia)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Verificamos na visão das interlocutoras a informação tem importância, corroborando com Gisele Rocha Côrtes, Edvaldo Carvalho Alves e Leyde Klebia Rodrigues da Silva (2015, p. 7), quando afirmam que “[...] a informação constitui insumo imprescindível [...]”. Nesse sentido, a ULF atua com foco no aprimoramento de ações destinadas a transformar a realidade de desigualdade que impacta diariamente a vida de inúmeras mulheres, além de fomentar a promoção da equidade de gênero.

A ULF disponibiliza materiais educativos, como vídeos, artigos, livros, publicações e outros recursos, com uma abordagem de temas relacionados à violência de gênero, oferecendo informações sobre prevenção, denúncia, apoio às vítimas e políticas de enfrentamento. As mulheres também disseram acessar conteúdos relacionados ao antirracismo, discutindo a interseccionalidade e a luta contra o racismo estrutural. De acordo com as mulheres pesquisadas, essas são algumas das possíveis informações que podem ser encontradas no site e nas redes sociais da Universidade Livre Feminista.

4.4.3 Conteúdos mediados nos cursos da Universidade Livre Feminista

Como lembra bell hooks (2019), é crucial entender que a dominação patriarcal compartilha uma base ideológica com o racismo e outras manifestações de opressão coletiva. De modo que se faz necessário um processo que aponte para a superação de sistemas que oprimem pela raça, e pelo gênero, por meio da perspectiva interseccional. E que não há expectativa de superação enquanto esses sistemas continuarem inalterados (hooks, 2019).

O Quadro 21 – Superação de desafios relacionados às questões de gênero e raça aborda a superação de desafios relacionados, apresentando as percepções e experiências de diferentes participantes. As falas refletem o impacto das formações e orientações recebidas, fornecendo elementos sobre como esses processos ajudaram na reflexão e ação em relação “às amarras da sociedade machista e sexista”.

Quadro 2119 - Superação de desafios relacionados às questões de gênero e raça

Ajudaram no sentido de fazer pensar e começar a criticar as amarras da sociedade machista sexista que vivemos. (Audre)

Respeitar as pessoas como elas são e incentivá-las a melhorarem cada dia mais. (Angela)

Me ajudou me proporcionando ferramenta do conhecimento: espaço de autorreflexão e construção de conhecimento. (Bell)

Estou no movimento feminista há muitos anos e sempre buscando aprender sobre esses três pilares que estrutura a desigualdade na nossa sociedade. (Mírian)

Através das orientações conhecemos as ferramentas necessárias para buscar nossos direitos e conhecer a realidade das outras. (Djamila)

Toda formação prática nos fazer mais a gente do nosso processo. Portanto nos empodera. (Carolina)

Esclarecendo o que significa cada uma dessas questões. (Conceição)

Ampliando minha capacidade leitura dos fenômenos sociopolíticos no território como na conjuntura para formular políticas para atuação. (Elza).

Ajudaram-me a ter um olhar mais sensível, me permitindo hoje ocupar um espaço de diretora municipal da mulher e da diversidade humana do município de Remígio. (Lélia)

Eu não entendia, hoje consigo debater essa questão. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As formações da Universidade Livre Feminista foram fundamentais para contribuir na forma de lidar com desafios relacionados às questões de gênero, raça e feminismo. Identificamos algumas consideradas relevantes como o estímulo ao pensamento crítico. As formações proporcionaram um espaço para refletir sobre as estruturas sociais machistas e sexistas que permeiam a sociedade. Além de levar as mulheres a questionarem determinadas normas impostas pela sociedade.

A participação nas formações também promoveu o respeito e a valorização da diversidade, reconhecendo as experiências e identidades, demonstrando a contribuição para que as mulheres pudessem lidar com os desafios relacionados a preconceitos e discriminação, cultivando uma postura mais inclusiva e acolhedora em relação às diferenças. As formações ainda forneceram ferramentas e recursos para aprofundar o entendimento sobre questões de gênero, raça e feminismo. Ou seja,

permitiram realizar uma autorreflexão e construir conhecimento de forma crítica e embasada, auxiliando-me a lidar com desafios através de uma perspectiva informada e consciente.

Para a participação ativa do movimento feminista, as formações foram essenciais para aprimorar a capacidade de lidar com desafios relacionados a questões de gênero, raça e feminismo, com orientações necessárias para buscar os direitos, assim como para compreender a realidade de outras mulheres. A contribuição com o empoderamento pessoal está entre as respostas no que tange à contribuição das formações, fortalecendo a confiança e a capacidade de posicionamento de forma assertiva em relação a essas temáticas.

A capacidade de análise e de leitura dos fenômenos sociopolíticos, tanto no âmbito local quanto na conjuntura mais ampla se destaca, o que proporcionou uma base sólida para formular políticas de atuação e abordar os desafios relacionados à questões de gênero, raça e feminismo de forma mais efetiva e informada. Por fim, as formações favoreceram a conquista de espaços de atuação e representatividade. Um exemplo dado por uma das pesquisadas foi a possibilidade de ocupar o cargo de diretora municipal da mulher e da diversidade humana em seu município, atribuída ao conhecimento e sensibilidade adquiridos nas formações da Universidade Livre Feminista.

Compreende-se que o tipo de informação divulgada pela ULF contribui significativamente no conhecimento e conscientização das interlocutoras

O Quadro 22 – Tipos de informação divulgadas pela Universidade Livre Feminista aborda os tipos de informação divulgadas consideradas importantes, conforme percebidas pelas participantes. As falas refletem a diversidade de temas e questões abordadas pela instituição, bem como o impacto significativo dessas informações no conhecimento e na conscientização das mulheres.

Quadro 22 - Tipos de informação divulgada pela Universidade Livre Feminista consideradas importantes

<p><i>As informações sobre autoestima e empoderamento das mulheres. (Bell)</i></p> <p><i>Todas foram importantes pra mim no meu conhecimento das informações. Foram preciosas pra mim. (Mírian)</i></p> <p><i>Formação Feminista continuada, não existe no movimento feminista formação desse nível, com as que estão chegando e com as veteranas. (Djamila)</i></p> <p><i>Eleições, a luta contra o racismo, contra a violência as mulheres. (Carolina)</i></p>
--

O incentivo a estudar, que qualquer pessoa pode ter o conhecimento. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Quando questionadas sobre os tipos de informação divulgadas pela Universidade Livre Feminista, observamos que há uma ampla variedade de informações e temáticas consideradas relevantes para as mulheres, como por exemplo: os estudos sobre teoria feminista, sobretudo por oferecerem materiais que abordam as principais correntes e conceitos, permitindo um aprofundamento no conhecimento e entendimento dos fundamentos do feminismo.

As discussões sobre as desigualdades sociais baseadas no gênero, como o machismo, a discriminação salarial, a divisão desigual do trabalho doméstico, entre outras questões, visando conscientizar e sensibilizar as mulheres sobre esses temas são apresentadas como informações importantes. Assim como as informações que fortalecem a autonomia e o empoderamento das mulheres, oferecendo subsídios para que elas possam se conhecer melhor, valorizar suas habilidades e direitos, e tomar decisões conscientes em suas vidas pessoais e profissionais.

Outro aspecto considerado como informação relevante disponibilizada pela ULF trata da problemática da violência contra as mulheres, oferecendo informações sobre seus diferentes tipos, como a violência doméstica, o feminicídio e o assédio sexual, além de fornecer orientações sobre como buscar ajuda e se proteger. A ULF promove o diálogo sobre as interseccionalidades do feminismo, abordando as interconexões entre gênero, raça, classe social, orientação sexual e outras formas de opressão, reconhecendo que as experiências das mulheres são diversas e que as lutas feministas devem ser inclusivas e abrangentes.

Essas são algumas das informações divulgadas pela Universidade Livre Feminista consideradas importantes para as pesquisadas, por além de ressaltar a variedade de temas abordados, buscar atender às demandas e necessidades das mulheres em diferentes contextos e realidades.

A informação se afirma nas interações sociais, sendo uma manifestação do compartilhamento de conhecimento e saberes. Essa compreensão fundamenta a relevância e o papel da mediação, juntamente com suas dimensões (Gomes, 2020).

De acordo com as respostas apresentadas no Quadro 23 - A ótica sobre as mediações das informações disseminadas pelo site da ULF, observamos uma percepção positiva em relação às mediações das informações disseminadas pelo site

da Universidade Livre Feminista. Essa percepção indica que as informações foram abordadas de maneira didática e de qualidade, o que contribuiu para o aprendizado e o acesso ao conhecimento.

Quadro 23 - A ótica sobre as mediações das informações disseminadas pelo site da ULF

São excelentes apenas falta a questão de tornar o site acessível (acessibilidade). (Audre)
Boas. (Mírian)
Excelente. (Djamila)
Boa... Acessível...e bem clara. (Carolina)
Boa. (conceição)
São boas. (Elza)
Maravilhosa, pessoas preparadas. (Lélia)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No entanto, algumas interlocutoras também mencionaram a importância de tornar o site e os cursos mais acessíveis. Isso sugere que, apesar da qualidade das informações, ainda existem desafios em relação à inclusão e à disponibilidade de recursos para mulheres com deficiência visual, por exemplo. Essa é uma questão importante a ser considerada para garantir que todas as mulheres tenham igualdade de acesso e oportunidade de participar das formações. Ou seja, embora as mediações das informações disseminadas pelo site da Universidade Livre Feminista sejam geralmente elogiadas, há uma necessidade de aprimorar a acessibilidade para tornar o conteúdo mais inclusivo e garantir que mulheres com diferentes realidades possam se beneficiar plenamente dos recursos disponíveis.

Nessa questão, consideramos ter havido mudanças nos conhecimentos após ter acesso às informações fornecidas pela Universidade Livre Feminista. Essas transformações podem ter ampliado a compreensão sobre questões relacionadas ao feminismo, igualdade de gênero, lutas sociais e outras temáticas abordadas.

No entanto, torna-se necessário destacar que o aprendizado é um processo contínuo e que sempre há espaço para expandir ainda mais os conhecimentos e perspectivas. O fato de as mulheres reconhecerem essa mudança sugere um engajamento ativo na busca por informações e na reflexão sobre as questões tratadas pela Universidade Livre Feminista.

Sendo assim, em relação às informações mediadas pela Universidade Livre Feminista nas formações e nos materiais disponíveis no site e nas redes sociais, de acordo com o Quadro 24 - As informações trabalhadas nas formações e nos materiais disponíveis no site e nas redes sociais fortalecem o empoderamento, as mulheres afirmaram a existência da contribuição no fortalecimento do empoderamento. Ao abordar temas relacionados aos direitos das mulheres, igualdade de gênero, autonomia e empoderamento, a Universidade Livre Feminista contribui para fortalecer a autoestima das mulheres, promovendo a valorização pessoal e o reconhecimento de suas potencialidades.

Considerando os dados da pesquisa, observamos que, de acordo com Patrícia Espírito Santo (2008, p. 328), [...] a “informação é condição primeira para o empoderamento feminino [...]”. E sendo a informação um pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres, as formações e os materiais disponibilizados pela ULF contribuem significativamente para o empoderamento social das mulheres.

Quadro 24 - As informações trabalhadas nas formações e nos materiais disponíveis no site e nas redes sociais fortalecem o empoderamento

Fortalecem a autoestima da mulher nos princípios feministas. (Audre)
Sim. É muito importante o conteúdo em forma de leitura para a construção de um pensamento crítico e de conhecimento. O desafio é criar um mecanismo para acessar as informações e fazer uso íntegro a vida da ativista. O próprio ativismo nos afasta de espaço de autorreflexão. (Bell)
Contribuir para novos aprendizados e qualifica nossos argumentos na luta feminista. (Mírian)
Totalmente tanto na teoria quanto na prática. (Djamila)
Sim, o conhecimento é a melhor arma. (Lélia)
Já respondi lá atrás, o conhecimento é empoderamento da mulher, informação é tudo que as mulheres estão buscando. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As informações disponibilizadas permitem que as mulheres desenvolvam um pensamento crítico sobre as questões de gênero e se conscientizem sobre as desigualdades existentes na sociedade. Isso possibilita uma análise mais aprofundada das estruturas opressivas e ajuda a fortalecer a capacidade de questionamento e reflexão.

As formações oferecidas pela Universidade Livre Feminista fornecem conhecimentos teóricos e práticos que capacitam as mulheres em diversos aspectos,

como políticas públicas, direitos das mulheres, feminismos, entre outros. A ULF cria espaços de diálogo e troca entre mulheres, promovendo o senso de pertencimento e a construção de laços de sororidade.

Essa conexão entre mulheres fortalece o empoderamento coletivo, pois se cria um ambiente de apoio, colaboração e compartilhamento de experiências, o que contribui para a superação de desafios e a construção de uma identidade coletiva mais fortalecida. Nesta perspectiva referendamos o que apontam Maria Giovanna Farias e Aida Varela (2017, p.93), de que o “[...] empoderamento indica um processo utilizado para designar o conjunto de conhecimentos que permitem a um sujeito individual ou coletivo, identificar metas e desenvolver estratégias [...]”.

Portanto, as informações trabalhadas pela Universidade Livre Feminista são uma ferramenta importante no fortalecimento da autonomia das mulheres, capacitando-as, conscientizando-as e promovendo a união em prol da luta feminista.

Essa prática do cuidado e do pertencimento e do reconhecimento, ela (ULF) teve uma importância muito grande. E aí isso é base, na minha compreensão, para o protagonismo. Para eu ser protagonista, eu preciso, ser reconhecida e me sentir pertencente, ser acolhida com afeto[...] (Carolina).

A fala em destaque estabelece uma relação direta com o protagonismo social das mulheres ao destacar a importância do cuidado, do pertencimento e do reconhecimento, especialmente no contexto da atuação da ULF. É por meio do diálogo e da prática da crítica que os indivíduos podem explorar o autoconhecimento. Ao interagir com outros e compartilhar conhecimentos, fortalecem-se as relações sociais que impulsionam e promovem o desenvolvimento humano (Jesus; Gomes, 2019; Gomes, 2014).

A citação de Carolina enfatiza que o reconhecimento e o sentimento de pertencimento são fundamentais para o protagonismo. Isso sugere que quando as mulheres são valorizadas e se sentem parte de uma comunidade que as acolhe e respeita, elas são mais propensas a assumir papéis de liderança e agir como agentes de mudança em suas comunidades.

[...] porque as mulheres queriam se colocar, as outras mulheres queriam se colocar, queriam ser, compartilhar as suas dores, enfim, as suas formas de sobreviver num momento tão difícil [...] então, assim, foram muitas coisas, mas eu reconheço que tudo isso colaborou muito para o protagonismo das mulheres (Carolina).

O destaque para o cuidado e acolhimento com afeto ressalta a importância do apoio mútuo entre as mulheres. Esse apoio não apenas fortalece os laços entre elas,

mas também as capacita a enfrentar desafios e a se empoderar coletivamente, criando um ambiente propício para o desenvolvimento do protagonismo social. Ao sentir-se reconhecida e pertencente a um grupo que valoriza suas experiências e contribuições, as mulheres são incentivadas a se envolver ativamente em questões que afetam suas vidas e comunidades. Esse engajamento é essencial para a construção de uma identidade coletiva forte e para o fortalecimento do protagonismo social das mulheres.

4.4.4 Percepção sobre o feminismo e os desafios enfrentados

A percepção sobre o feminismo e seus desafios são temas de profundo interesse e relevância. E, nos relatos apresentados, o feminismo é percebido enquanto movimento de luta pela igualdade de gênero e pela desconstrução de estruturas patriarcais. Um movimento que não somente reforça denúncias de desigualdades e discriminações, mas também enfatiza a necessidade da luta por direitos e espaços até então conquistados por classes privilegiadas (Gregori, 2017).

Neste sentido, os dados apresentados buscam lançar luz sobre a percepção que as mulheres têm sobre o feminismo e os desafios que esse movimento enfrenta. Através da análise das opiniões, atitudes e perspectivas das pessoas em relação ao feminismo, podemos compreender melhor as complexidades envolvidas na promoção da igualdade de gênero e identificar oportunidades para superar os obstáculos que se apresentam. Ao explorar esses aspectos, buscamos contribuir para um diálogo mais informado e inclusivo em torno das questões de gênero e para a construção de uma sociedade igualitária e justa.

Pensar no feminismo, voltado para mulher com deficiência, porque nossas barreiras são muitas. Porque, antes de tudo, nós somos mulheres, né? Enfrentamos todos os desafios que uma mulher enfrenta com esse percalço da deficiência. Não é percalço, mas esse desafio da deficiência. Que é uma bagagem a mais. É um recorte, como a gente fala também, nós mulheres negras que também somos mulheres, temos todas, mas as mulheres negras vão ter os seus desafios a partir da cor, a partir da raça (Audre).

Essa fala está profundamente relacionada com as dimensões ética, política da mediação da informação e com o feminismo, especialmente quando se considera a interseccionalidade. A entrevistada evidencia a reflexão sobre o feminismo voltado para mulheres com deficiência destaca a importância de reconhecer e respeitar a

diversidade de experiências e desafios enfrentados por diferentes grupos de mulheres. Reconhecer as barreiras adicionais enfrentadas por mulheres com deficiência é um imperativo ético, pois enfatiza a necessidade de inclusão e justiça para todas as mulheres, independentemente de sua condição.

Sobre a relação sobre mulheres e deficiência, “[...] No Brasil, segundo dados do Censo de 2000, 14,5% da população brasileira referiu ser portadora de algum tipo de deficiência, sendo que 53,58% desta população é do sexo feminino” (Nicolau; Schraiber; Ayres, 2011, p. 864).

Stella Nicolau, Lilia Schraiber e José Ricardo Ayres (2011) apontam que as mulheres com deficiência estão representadas em diversas categorias, incluindo idade, etnia, raça, religião, classe social e orientação sexual. No entanto, ao longo da história, elas foram negligenciadas tanto pelo movimento feminista quanto pelo movimento pelos direitos civis das pessoas com deficiência.

Ao mencionar que as mulheres com deficiência enfrentam desafios adicionais, a fala aponta para uma análise política das relações de poder e das estruturas sociais que perpetuam a discriminação e a exclusão. Essa perspectiva destaca a importância de uma abordagem feminista que leve em consideração não apenas o gênero, mas também outras formas de opressão, como as relacionadas a deficiência, raça, localidade, orientação sexual. E o reconhecimento de que as mulheres enfrentam diferentes desafios com base em diferentes marcadores sociais ressalta a importância da perspectiva interseccional. Essa abordagem reconhece que as opressões estão interconectadas e se reforçam mutuamente, exigindo uma análise mais complexa e inclusiva das questões de gênero e justiça social, especialmente porque, segundo Stella Nicolau, Lilia Schraiber e José Ricardo Ayres (2011, p. 864), “Trata-se de um segmento da população que conta com ações inexpressivas voltadas para as suas necessidades nos serviços de atenção primária em saúde [...]”.

Destaca-se na afirmativa das/os autoras/es a dupla vulnerabilidade que as acometem por serem mulheres com deficiência.

Portanto, a fala destaca como as dimensões ética e política da mediação da informação estão intrinsecamente ligadas ao feminismo interseccional, que busca abordar as múltiplas formas de discriminação e promover a igualdade e a inclusão para todas as mulheres. Gisele Cortês e Aurekelly Silva (2023) abordam essa perspectiva interseccional afirmando que as mulheres negras trazem consigo vivências moldadas por uma sociedade que historicamente se baseia em múltiplos

sistemas opressivos. A mediação da informação na ULF busca romper com esta situação, potencializando as resistências históricas travadas pelas mulheres negras, em diversos espaços sociais.

A concepção de feminismo apresentada pelas interlocutoras reconhece um movimento social e político que busca a igualdade de gênero, combatendo as opressões e desigualdades baseadas de gênero.

O conhecimento sobre o feminismo durante as formações foi ampliado e aprofundado e, em alguns casos, até apresentado, como destacado no Quadro 25 - Percepção do feminismo pós-participação nos cursos. No Movimento que visa desconstruir os padrões e estereótipos sexistas, promover a autonomia e a liberdade das mulheres, e lutar pelos direitos e oportunidades igualitárias em todas as esferas da sociedade.

Quadro 25 - Percepção do feminismo pós-participação nos cursos

Sim. Me fez refletir e colocar o feminismo na minha condição de mulher com deficiência. Periférica. Nordestina pobre. (Audre).

Não alterou, mas ampliou. Não conhecia os feminismos passei a conhecer no curso. (Bell)

Sim, principalmente sobre as redes de comunicações e sobre racismo. (Mírian)

Sim... o feminismo é libertador. (Djamila)

Pra mim o feminismo é eu ser independente livre pra ser o que eu quiser. (Conceição)

Feminismo para mim é eu ter todas nós e todas nós e[m] mim. Significa dizer que se uma mulher foi violentada, estropada, discriminada, insultada etc. Eu também fui. Sim. (Elza)

Direitos iguais, respeito, empatia, sensibilidade. Mudou e fortaleceu ainda mais a bandeira de luta para defender todas as causas voltada as mulheres. (Lélia)

Primeiro o respeito, completamente alterado pois hoje sou uma pessoa de melhor interação nesse Tema. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As mulheres demonstram a apropriação da informação por meio da reflexão pessoal e identificação, da ampliação do conhecimento e conscientização sobre questões específicas, apresentando o reconhecimento da luta pelos direitos das mulheres, assim como na melhoria da interação. São formas que mostram como as mulheres se apropriam das informações do feminismo para promover mudanças pessoais e sociais significativas. Entendendo que

[...] no processo de apropriação, o sujeito não se mantém passivo no contato com o objeto, ele passa por uma transformação que o prepara para

relacionar-se nova e ativamente com o objeto, num movimento dialético de desenvolvimento (Batista, 2018, p. 215).

As diferentes correntes e abordagens feministas abordadas possibilitaram para algumas participantes uma melhor compreensão das interseccionalidades entre gênero, raça, classe e outras formas de opressão, e adquirir uma visão mais abrangente e crítica sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres em diferentes contextos. As mulheres enunciam a importância dos debates sobre inclusão e o reconhecimento das diversas experiências e vivências, incluindo as mulheres com deficiência, periféricas, pobres e nordestinas.

Verificamos que a interseccionalidade está presente nos dados analisados sob a ótica de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), enquanto uma ferramenta analítica que supera a visão da desigualdade social, considerando apenas raça ou classe. Para as autoras, “[...] entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder” (Collins; Bilge, 2021, p. 46).

Outro aspecto trazido diz respeito ao conhecimento em relação às ferramentas para entender e combater o racismo, tanto no contexto do feminismo quanto na sociedade em geral. Uma vez que foram abordados elementos sobre as estruturas de poder e privilégio que perpetuam as desigualdades raciais e a importância de uma abordagem interseccional para enfrentar essas questões.

Historicamente, observa-se que os homens têm exercido maior dominação no âmbito do poder político, na tomada de decisões relacionadas à vida afetivo-sexual e no destaque social, no contexto das atividades profissionais. Ou seja, um “[...] processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos” (Santos; Oliveira, 2010, p. 12).

O Quadro 26 - Desafios que as mulheres enfrentam na sociedade trata dos múltiplas adversidades enfrentadas pelas mulheres em diferentes esferas da sociedade. Cada relato ressalta aspectos específicos das dificuldades enfrentadas, revelando a complexidade das opressões e desigualdades que permeiam a vida das mulheres.

Quadro 26 - Desafios que as mulheres enfrentam na sociedade

Diversos e profundos desafios a começar pela educação que recebemos machista, misógina ... marcadores sociais mulher negra com deficiência. Nordestina, periférica, pobre. São enfrentamos cotidianos, tripla jornada de trabalho, injustiça salarial, machismo. Violências diversas, preconceitos dentro da própria família. (Audre)

Assédio e perseguição na internet brasileira. (Angela)

São tantos desafios em ser mulher nessa sociedade. O patriarcado 'invade' o existir das mulheres de tal maneira que se naturaliza as formas de opressão. É um desafio ter um pensamento crítico e romper e lutar contra todas as formas de opressão contra as mulheres. (Bell)

Enfrentar a violência em vários campos dessa sociedade. (Mírian)

Misoginia, tripla jornada, serviços domésticos não remunerados [...]. (Djamila)

Descrição, baixa [autoestima e violência, fruto de uma sociedade machista. (Carolina)

A independência da mulher, principalmente na política. (Conceição)

Sua capacidade de se manterem vivas assim como suas crias. (Elza)

Eita, são muitos. um ainda bem vigente é o machismo e o feminicídio. esses dois são os mais agravantes. (Lélia)

Um grande desafio, igualdade. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

As mulheres se deparam com uma série de desafios na sociedade, que são diversos e profundos. Entre estes foi apontada a educação machista e misógina, o que pode limitar suas oportunidades de educação e desenvolvimento pessoal. Para Flávia Biroli (2014), o alcance das mulheres a cargos de liderança pode ser interpretado como um indicador de transformação. No entanto, se essa transformação ainda se restringe às estruturas de poder pré-existentes e formas de exploração, os benefícios se limitam a poucas vidas privilegiadas. Na concepção da autora,

O acesso de mulheres a posições de poder pode ser tomado como um signo de mudança, mas, se essa mudança permanece situada nos limites de outras hierarquias e formas de exploração, seu benefício é circunscrito ao de algumas vidas privilegiadas (Biroli, 2014, p. 13).

Ressalta-se a questão da desigualdade salarial, abordada por Flávia Biroli (2014), realidade em que as mulheres frequentemente enfrentam disparidades salariais em relação aos homens, recebendo remuneração menor pelo mesmo trabalho ou pela mesma posição e desempenhando tripla jornada de trabalho. Muitas mulheres assumem a responsabilidade pelo trabalho remunerado, além dos cuidados domésticos e pela criação dos/as filhos/as, ou seja, enfrentam uma carga excessiva de trabalho e uma distribuição desigual das responsabilidades familiares.

Outro desafio apontado foi a violência de gênero, com destaque para o feminicídio, como uma forma extrema dessa violência. Para Heleieth Saffioti (2015, p.

73), “[...] a violência de gênero é, sem dúvida, a categoria mais geral”. O assédio e a perseguição na internet gerado pelo avanço das tecnologias digitais são questões como o assédio *online*, o *stalking*, que afetam a segurança e o bem-estar das mulheres ao se tratar de aspectos da violência.

Dados de pesquisa realizada entre julho de 2020 e fevereiro de 2021, período em que estavam em vigor as medidas de isolamento social para prevenção da Covid-19, apontam que

A principal violência que mulheres e meninas sofrem em ambientes digitais é o assédio nas interações virtuais (38%) e, na sequência, as ameaças de vazamento de imagens íntimas (24%). Os dados são da segunda etapa do estudo inédito. Além do Cyberbullying: A Violência Real Do Mundo Virtual, desenvolvido pelo Instituto Avon em conjunto com a Decode, empresa especializada em pesquisa digital (Agência Brasil, 2021, [S. p.]).

Comentado [CL1]: coloquei sem página aqui

A discriminação e o preconceito também foram apontados enquanto desafios em vários aspectos da vida, incluindo no acesso às oportunidades de emprego, promoções profissionais, participação política e representação nos espaços de poder. Ainda foi destacada a pressão social para corresponder a padrões de beleza, comportamento e papéis de gênero, podendo levar as mulheres a enfrentarem problemas de baixa autoestima, ansiedade e depressão.

Constatamos, nas palavras de Heleieth Saffioti (2015, p. 75) que a “[...] desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais”. E os dados da pesquisa nos mostram que “[...] nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (Saffioti, 2015, p. 75).

Em relação à participação política, as mulheres são sub-representadas nos espaços de tomada de decisão e enfrentam dificuldades para exercer sua autonomia e poder nas esferas política e pública, alguns desafios específicos enfrentados por mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres nordestinas, periféricas e pobres (Biroli, 2014). No entendimento da autora, simultaneamente, o protagonismo, e os conhecimentos advindos das mulheres negras, dos movimentos e dos estudos antirracistas, resultou na reconfiguração da pauta acadêmica e política no âmbito do feminismo. As mulheres negras enfrentam uma interseção de opressões e desafios adicionais, como o racismo, a falta de acessibilidade, a exclusão social e a marginalização. Torna-se importante reconhecer e combater essas desigualdades,

promovendo a equidade de gênero, a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos de todas as mulheres.

[...] esse é um momento que a gente tem a oportunidade de se apresentar pelas redes sociais, e de ser professora e encontrar os alunos, mas a gente nem sabe trabalhar com esse negócio, sabe? Então, assim, foram muitas coisas, mas eu reconheço que tudo isso colaborou muito para o protagonismo. O reconhecimento do papel ativo e protagonista da mulher em superar obstáculos e buscar oportunidades de crescimento e visibilidade nas redes sociais e na educação sugere um processo de empoderamento pessoal e profissional (Carolina).

Na perspectiva do empoderamento das mulheres, o texto sugere que, apesar dos desafios e dificuldades enfrentados, como a falta de habilidade no uso das redes sociais, a pessoa reconhece que esse momento oferece uma oportunidade para ela se apresentar publicamente, exercendo o papel de professora e encontrando seus alunos através dessas plataformas digitais.

Mesmo enfrentando obstáculos, como a falta de conhecimento técnico, Carolina reconhece que todas essas experiências contribuíram significativamente para o seu protagonismo. Essa interpretação reflete uma atitude de autoconsciência e reconhecimento do próprio valor e potencial, mesmo diante de desafios ou barreiras externas.

4.4.5 Mediação da informação, apropriação da informação e protagonismo social

Com base em Oswaldo Almeida Júnior (2017), destacamos que a apropriação da informação implica em uma mudança, uma transformação e uma modificação do conhecimento, caracterizando-se como uma ação de produção e não apenas de consumo. A apropriação das informações abordadas pela Universidade Livre Feminista contempla as experiências pessoais, bem como a dimensão dialógica (Gomes, 2019), para aprofundar o entendimento sobre o feminismo e suas nuances. Nesse sentido, as mulheres se apropriam das informações de diversas maneiras, considerando que é crucial lembrar as experiências individuais.

O conhecimento prévio de cada interlocutora aliado às informações divulgadas pela Universidade Livre Feminista representa uma forma de apropriação da informação, o que permite aprofundar o entendimento sobre os temas discutidos e

ampliar a visão sobre o feminismo e suas interseções com outras formas de opressão. Outra forma de apropriação acontece quando se utiliza das informações para a proteção no ambiente virtual, por meio de recursos que possibilitam aprender a como identificar e lidar com os aspectos negativos da rede (Internet). Nesse aspecto, a apropriação da informação também contribui para que as mulheres explorem o lado positivo da internet.

As falas das participantes no Quadro 27 - Como se apropria das informações abordadas pela Universidade Livre Feminista, refletem uma abordagem única e pessoal para integrar e utilizar o conhecimento compartilhado pela instituição em suas vidas e atividades cotidianas.

Quadro 27 - Como se apropria das informações abordadas pela Universidade Livre Feminista

Fazendo uma análise do meu conhecimento e somando com as abordagens divulgadas pela Universidade Livre feminista (Audre)

Pra me proteger na internet só do lado bom da internet, adorei fazer o curso conheci muitas mulheres em crível. (Angela)

Na minha atuação no movimento feminista. (Bell)

Pesquisando na plataforma da Universidade e nos sites de outras organizações da AMB (Mírian).

Acredito que há um fortalecimento do que é ser feminista nessa sociedade misógina, LGBTfóbica, racista, fascista, hipócrita e intolerante. (Elza)

De várias formas. Uma é ter a sensibilidade de auto me descrever para as pessoas que tem deficiência visual. (Lélia)

Eu me apropriei das informações quando me reconheci mulher/feminista. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O conhecimento prévio de cada interlocutora aliado às informações divulgadas pela Universidade Livre Feminista representa uma forma de apropriação da informação, o que permite aprofundar o entendimento sobre os temas discutidos e ampliar a visão sobre o feminismo e suas interseções com outras formas de opressão. Outra forma de apropriação acontece quando se utiliza das informações para a proteção no ambiente virtual, por meio de recursos que possibilitam aprender a como identificar e lidar com os aspectos negativos da rede (Internet). Nesse aspecto, a apropriação da informação também contribui para que as mulheres explorem o lado positivo da internet.

A apropriação da informação também acontece na *práxis*, na atuação no movimento feminista, ao aplicar as informações adquiridas durante o curso que alcança outras mulheres, com argumentos embasados nas discussões e que contribuem para a mobilização em prol dos direitos das mulheres.

As pesquisas no site da ULF e sites de outras organizações vinculadas à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) revelam uma forma de apropriação da informação, como uma forma de expandir o repertório e atualizar as discussões abordadas nos cursos. De forma semelhante para se apropriar da informação, as mulheres buscam aplicar as teorias e práticas apresentadas em suas vivências cotidianas, refletindo em ações concretas, que podem ser percebidas na forma de se relacionarem com outras pessoas, nas escolhas realizadas ou ainda nas lutas e causas que apoiam.

O compartilhamento das informações disseminadas pela Universidade Livre Feminista também está entre as formas como as mulheres reconhecem a apropriação da informação. Seja por meio das redes sociais ou em grupos de conversa como o WhatsApp. Através desses espaços, são compartilhadas informações que promovem reflexões no intuito de fortalecer o movimento feminista.

Eu sou uma mulher com baixa visão. Mas eu acho que com a nossa participação e com esse contato, com as nossas necessidades, eu acho que a Universidade Livre Feminista abriu mais caminho. Tanto que ela (ULF) fez até um curso de audiodescrição. Eu acho muito importante esse olhar da universidade para as mulheres com deficiência. Porque é um grupo de mulheres que também está sendo muito excluído. Ainda estão muito na invisibilidade (Audre).

Sim, sim, a Universidade Livre Feminista nos deixou muito empoderadas, nos empoderou nós mulheres. Onde nos ajudou a crescer, a aprender a se defender, se empoderar cada vez mais, né? Na nossa vida, no nosso cotidiano, nas nossas lutas, nos nossos trabalhos. Mesmo na nossa relação familiar, nos empoderou demais, sim. Ficamos muito, muito empoderadas, sim (Angela).

Os depoimentos evidenciam uma relação direta entre as experiências das mulheres participantes dos cursos da ULF e o empoderamento promovido por meio do processo formativo. Ambos os depoimentos destacam como a participação nos cursos da ULF proporcionou às mulheres conhecimento e habilidades que as capacitaram para lidar com diversas situações em suas vidas pessoais e profissionais. Isso sugere que os cursos não apenas forneceram informações práticas, como também promoveram uma maior conscientização sobre questões de gênero e empoderamento feminino.

De acordo com Henriette Gomes (2014), a dimensão formativa é alcançada por meio da interação entre a pessoa responsável pela mediação da informação e a pessoa que participa do processo de mediação. Nessa faceta da mediação da informação, habilidades e competências são desenvolvidas pelo/a mediador/a no intuito de compartilhar conhecimento, facilitando, dessa maneira, o processo de aprendizado e a aquisição de informações pelos/as participantes da mediação, o que pode ser mensurado no relato.

As mulheres expressam como os cursos contribuíram para o fortalecimento pessoal e a construção de uma maior autonomia. Elas relatam terem aprendido a se defender, a enfrentar desafios e a se empoderar em diferentes aspectos de suas vidas, incluindo suas relações familiares e profissionais.

O depoimento de Audre destaca a importância do olhar da ULF para as mulheres com deficiência, reconhecendo a exclusão e invisibilidade que muitas vezes enfrentam. Ao oferecer um curso de audiodescrição e abordar as necessidades específicas desse grupo, a ULF demonstra um compromisso com a inclusão e a promoção da visibilidade de todas as mulheres, independentemente de suas condições.

Os depoimentos também apontam para o impacto transformador que o empoderamento das mulheres tem em suas comunidades e na sociedade em geral. Ao se sentirem empoderadas e capacitadas, as mulheres são mais capazes de contribuir para mudanças positivas em suas vidas cotidianas, em suas lutas por igualdade de gênero e em suas relações interpessoais.

A apropriação da informação também acontece, como revelado, quando contribui para fortalecer a identidade feminista em uma sociedade marcada pela misoginia, LGBTfobia, machismo, racismo, intolerância ou qualquer outra forma de exclusão. Uma compreensão que permite agir com maior sensibilidade e empatia, incluindo a consideração das necessidades de pessoas com deficiência visual, por exemplo.

Na questão sobre se acreditavam que a formação da qual participaram contribuiu para a autonomia pessoal e profissional e de que forma estão apontadas no Quadro 28 - Contribuição da formação para a autonomia pessoal e profissional, no qual observa-se que todas afirmaram que sim. E essa contribuição foi expressa por meio de relatos que contemplam aspectos dos conteúdos, uma vez que há o reconhecimento além do acesso, mas da apropriação de informações e conteúdos

relevantes sobre o feminismo, ampliando a compreensão dos conceitos, teorias e práticas feministas, fortalecendo a autonomia intelectual, permitindo que fosse desenvolvido um pensamento crítico mais embasado e fundamentado.

Quadro 28 - Contribuição da formação para a autonomia pessoal e profissional

Acredito sim dão informações, conteúdos sobre feminismo. Autonomia e participação políticas para as mulheres numa perspectiva libertadora. (Audre).

Sim, melhorei como pessoa e profissional. (Angela)

Sim. Pois contribuiu para minhas próprias elaborações de pensamento crítico sobre as temáticas. Contribuiu, também, para realização do diálogo com meu cotidiano e compreensão da diversidade no feminismo. (Bell)

Contribuiu para melhorar meus argumentos nas formações que faço. (Mírian)

Sim. Conhecimento é poder e é inclusão. (Carolina)

Sim, aprendi usar esse equipamento para divulgação de meus trabalhos. (Conceição)

Sim contribuiu. Auxiliando e fortalecendo minhas ações políticas. (Elza)

Sim, todo curso nos permite crescimento. esse ainda mais, quando você aborda autonomia. eu como agroecóloga entendo como uma autonomia de conhecimento, em que contribui para desenvolver o meu eu humano e que expira fazer uma boa comunicação. (Lélia)

Com certeza, depois dos cursos da Universidade Feminista, abri um leque, eu consegui fazer outros cursos e me identifiquei no combate a violência contra a mulher. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Outra forma de contribuição destacada foi em relação à importância da autonomia e da participação política das mulheres, com o exercício e uso da voz, por meio do envolvimento nos debates e na participação ativa na luta pelos direitos das mulheres. A formação contribuiu para que se tornassem agente de transformação nos âmbitos pessoal e profissional.

Por meio do conhecimento adquirido, a compreensão da necessidade de aprimorar as habilidades, os argumentos e perspectivas em relação às questões de gênero, o que refletiu positivamente, permitindo se tornar uma pessoa mais consciente, sensível e capacitada para lidar com desafios relacionados à igualdade de gênero em contextos diversos.

Então, o curso trazido pela Universidade foi muito interessante e realmente, eu digo, é um divisor de água para as mulheres, principalmente porque pegaram mulheres de várias regiões do país [...]. Foi um modo de a gente aprender bastante, a gente recebeu material didático também, enviado pela própria Universidade, para a gente também trabalhar no nosso dia a dia. E para a gente aprender, porque como a gente está ligada, como a gente está vinte e quatro nesse aparelho (celular), é necessário a gente saber por onde anda, por onde anda dentro da internet (Elza).

A formação incentivou o desenvolvimento e o reconhecimento do pensamento crítico, permitindo a reflexão sobre as temáticas abordadas e que as relacionasse com o cotidiano, favorecendo uma leitura mais profunda da diversidade presente no feminismo; e capacitou para promover diálogos construtivos e enriquecedores no ambiente pessoal e profissional.

O fortalecimento das ações políticas se apresenta como contribuição da formação, sobretudo na capacidade de embasar e fundamentar as argumentações, especialmente na defesa dos direitos das mulheres e de promoção da igualdade de gênero em diferentes espaços de atuação. Ainda na mesma direção, a formação foi enfatizada no sentido de que contribuiu para a aplicação, na prática, da defesa dos direitos, refletindo na vida pessoal e na vida de outras pessoas. E nessa direção é importante destacar que nas relações estabelecidas com os (as) outros(as) se torna viável a apropriação da informação, “[...] entendendo-se aqui apropriação como o processo por meio do qual damos significado à informação [...]” (Gomes, 2017, p.47).

Em geral, sobre a contribuição da formação na autonomia pessoal e profissional, as mulheres reconhecem o estímulo ao pensamento crítico, fortalecimento das ações políticas e aplicação prática do conhecimento adquirido, melhorando a compreensão da diversidade presente no feminismo. Além de contribuir para a capacitação para ser uma agente de transformação e promoção da igualdade de gênero em diversos âmbitos da vida, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa como observa-se nas falas apresentadas no Quadro 29 - Construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres revelam diferentes perspectivas e experiências, demonstrando a importância do conhecimento e da emancipação para a busca por equidade de gênero e justiça social.

Quadro 29 - Construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres

Sim contribui as informações são importantes e libertadoras. (Audre)

Respeito às mulheres (NEGRAS) e (INDÍGENAS) que são discriminadas no Brasil igualdade pra todas com mesmo direito. (Angela)

Numa dimensão de sociedade não sei avaliar, mas partindo que cada uma constrói uma história diferente a partir das mudanças que acontece em si, creio na construção, mesmo sem mensurar o impacto. (Bell)

Sim. (Mírian)

Sim, nos empoderando, dando suporte para que possamos participar dos cursos. Eu por exemplo recebi uma ajuda de custo para poder acessar o curso. Isso me ajudou muito. Sou grata. Queria inclusive fazer outros cursos. (Djamila)

Sim, contribuí na medida que incluí as mulheres. (Carolina)
Sim, importando as mulheres. (Conceição)
Sim, contribuí. Com os processos formativos que não encontramos em formatos educativos convencionais. (Elza)
Com certeza. Nos formando e formando milhares de mulheres. Somos a mudança do mundo e nada melhor que nos capacitar [...] e capacitarmos as pessoas que nos rodeiam. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No tocante à ótica sobre se a ULF contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para mulheres, a resposta sim foi unânime. Por meio de seus processos formativos, a ULF oferece informações, conhecimentos e ferramentas que empoderam as mulheres, promovem a reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero e capacitam as participantes para a participação política, social e cultural. Especialmente ao abordar temas como feminismo, direitos das mulheres, equidade de gênero, raça, classe social e outros, a Universidade Livre Feminista fortalece as mulheres em sua luta por igualdade, autonomia e justiça. Além disso, ao criar espaços de diálogo, troca de experiências, colaboração entre mulheres, promove a solidariedade, o apoio mútuo e a construção de redes de resistência e transformação.

Essas ações contribuem para ampliar a conscientização, promover a mobilização e influenciar positivamente as relações de poder e as estruturas sociais, como observa-se a seguir, no Quadro 30 - Mudança no pensamento, na forma de agir e os impactos na vida das interlocutoras.

Há na mediação da informação “[...] o sentido de compartilhamento, de cooperação, de abertura ao diálogo e ao movimento e ao exercício da crítica que gera criatividade [...]” (Gomes, 2014, p.56). Assim, a ULF atua com o incentivo à crítica por meio do processo formativo, abarcando a dimensão formativa da informação que gera mudanças no pensamento e na ação com impacto em diferentes campos da vida, como observa-se no Quadro 200 - Mudança no pensamento, na forma de agir e os impactos na vida.

Quadro 210 - Mudança no pensamento, na forma de agir e os impactos na vida

Sim refletindo sobre as contribuições os conhecimentos em minha vida tentando me libertar dos preconceitos. (Audre)
Sim, pensar positivamente no futuro melhor na internet e na vida. (Angela)

As mudanças na minha vida acontecem todos os dias, pois acredito nos pequenos aprendizados cotidianos. Nasceu em mim a necessidade de ler e escrever mais depois do curso. São autorreflexões e reflexões coletivas sem registros.... essa necessidade impactou a minha vida, pois até o momento escreveram de mim e do Coletivo. (Bell)

Incorporei na minha prática pedagógica a luta antirracista. (Mírian)

Sim, como disse antes, empoderamento nos deixa mais segura. (Djamila)

Mas empatia com os conteúdos ligado as mulheres. (Carolina)

Sim, através do conhecimento que tive pude desenvolver o meu trabalho como artesã que aprendi a traves da rede social e com isso ser mais independente. (Conceição)

Sim. Na minha visão de articulação fora da bolha do feminismo. (Elza)

Sim, me fez ter um olhar mais cuidadoso e carinhoso. (Lélia)

Sim, hoje consigo interagir melhor. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Pelo que se observa nas respostas das interlocutoras, podemos constatar que a maioria das participantes relata ter percebido mudanças em seu pensamento e em sua forma de agir após as formações da Universidade Livre Feminista. Essas mudanças podem ser vistas em diversos aspectos da vida, como nas relações pessoais, no trabalho, na participação política e na busca por uma sociedade mais equitativa.

Alguns exemplos de impactos relatados incluem maior consciência sobre as desigualdades de gênero e a importância da luta feminista; a reflexão crítica sobre os próprios preconceitos e a busca por desconstruí-los; a ampliação do conhecimento sobre questões de gênero, raça, classe social e outras formas de opressão; o fortalecimento do senso de autonomia e empoderamento; a mudança na forma de se relacionar com outras mulheres, com mais empatia e solidariedade; a incorporação de práticas feministas no cotidiano, como a promoção da igualdade e o combate às violências; a atuação mais ativa na luta por direitos das mulheres e participação em movimentos sociais; melhor desempenho na prática profissional, com a aplicação dos conhecimentos adquiridos em diferentes áreas de atuação.

Essas mudanças podem variar de pessoa para pessoa, mas de forma geral, a partir dos relatos, as formações da Universidade Livre Feminista têm impactado positivamente a vida das participantes, proporcionando maior consciência, fortalecimento pessoal e engajamento na construção de uma sociedade equânime para todas as mulheres, o que perpassa pela tomada de decisões baseada em informações e formação.

No Quadro 31 - Tomada de decisão consciente influenciada pelas formações da Universidade Livre Feminista, verificamos que as formações oferecem a compreensão sobre o impacto das informações e reflexões proporcionadas pelos cursos e atividades promovidas pela instituição.

Quadro 221 - Tomada de decisão consciente influenciada pelas formações da Universidade Livre Feminista

[...] Acredito sobre feminismo, autonomia, políticas públicas e outros temas (Audre)
Sim. Romper com uma militância do automático, ativismo com consciência, presença[...] [...] com o porquê estou tendo essa atitude pessoal e política. (Bell)
Sim. Uma amiga estava sofrendo com ataques nas redes e pude auxiliar ela depois que fiz o curso. (Djamila)
Procurei a minha liberdade e a independência financeira (Conceição)
Sim. Em defender ainda mais a bandeira do feminismo e utilizar as redes sociais como ferramenta de luta. (Lélia)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A tomada de decisões conscientes após participar das formações da Universidade Livre Feminista envolveu diferentes aspectos da vida, como a forma de auxiliar outras pessoas em assuntos que demandem informação qualificada, a exemplo do enfrentamento à violência nas redes sociais. Nessa perspectiva, conforme Henriette Gomes (2014), as dimensões dialógica, formativa, política estão presentes e foram alcançadas, sobretudo pelo processo de troca, de compartilhamento promovido na dimensão formativa, assim como o estímulo ao pensamento crítico e o fortalecimento das relações sociais que promovem transformação e desenvolvimento humano, defendido na dimensão dialógica.

Alguns exemplos de decisões conscientes tomadas por participantes incluem a incorporação dos princípios feministas em suas práticas diárias, seja no trabalho, na família ou nas relações sociais; o engajamento em movimentos e lutas sociais, buscando promover a igualdade de gênero e combater as opressões; a defesa ativa dos direitos das mulheres e participação em atividades de conscientização e mobilização; a utilização das redes sociais como ferramenta de divulgação e ampliação das pautas feministas; a busca por independência financeira e autonomia pessoal; o apoio a outras mulheres que enfrentam situações de violência, oferecendo suporte e auxílio.

Todas essas decisões são tomadas com base nos conhecimentos adquiridos nas formações, na reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero e na busca por superação. Cada participante pode identificar as mudanças e decisões conscientes que foram significativas em sua trajetória pessoal e nas ações que passaram a tomar em prol dos direitos coletivos. No quadro 32, apontamos a contribuição das informações abordadas para o protagonismo e empoderamento enquanto mulher/mulher negra. Destacam-se falas de reconhecimento do impacto das formações oferecidas pela Universidade Livre Feminista, sobretudo na autoestima e participação das mulheres em diversos espaços.

Quadro 32 - Contribuição das informações abordadas para o protagonismo e empoderamento enquanto mulher/mulher negra

<p><i>Contribuíram para minha autoestima minha valorização pessoal meu empoderamento. (Audre)</i></p> <p><i>Construção de argumentos para não ser repetidora de chavões feministas. (Bell)</i></p> <p><i>Consigo me fazer ser ouvida, participar dos espaços de discussão etc. (Djamila)</i></p> <p><i>Tudo que nos faz mais confiante, traz mais empoderamento. (Carolina)</i></p> <p><i>O meu empoderamento. (Conceição)</i></p> <p><i>No meu processo de articulação política. (Elza)</i></p> <p><i>Aumentando o meu empoderamento. (Lélia)</i></p> <p><i>No meu reconhecimento como mulher negra, descobri que posso ir e vir em qualquer espaço, com luta claro. (Sojourner)</i></p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A ausência de uma perspectiva étnico-racial nas políticas de combate à violência contra as mulheres é evidente ao longo da história. A interseção de opressões coloca as mulheres negras em uma posição onde somente a interseccionalidade possibilita uma abordagem autêntica que não suprima identidades em favor de outras (Ribeiro, 2018).

Percebemos que, no nível individual, empoderamento refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida (Baquero, 2012). No entanto, as interlocutoras apontam para um nível de empoderamento que busca o coletivo, na articulação política que envolve a participação de outras e outros, nas trilhas do empoderamento feminista indicados por Joice Berth (2019).

É o empoderamento um fato resultante da junção de indivíduos que se reconstruem e desconstruem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas (Berth, 2019, p.54).

Vejamos que os dados observados mostram que as informações abordadas pela Universidade Livre Feminista contribuíram de diversas maneiras para o protagonismo enquanto mulher/mulher negra. Entre os impactos mencionados pelas participantes estão a autoestima e valorização pessoal, por considerarem que as informações recebidas nas formações as ajudaram nesta perspectiva, proporcionando uma maior confiança em si mesmas e em suas capacidades, evidenciando o alcance das dimensões dialógica, formativa, estética e política.

A apropriação de informação por meio da participação nas formações da ULF resultou em um aumento significativo do conhecimento sobre questões de gênero, feminismo e interseccionalidade, o que contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das lutas e desafios enfrentados pelas mulheres/mulheres negras. A partir das informações recebidas, as mulheres se sentiram encorajadas e preparadas para participar ativamente de espaços de discussão, onde puderam compartilhar suas experiências, opiniões e contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Constatamos que esses são apenas alguns exemplos de como as informações abordadas pela Universidade Livre Feminista impactaram positivamente o protagonismo das mulheres/mulheres negras, fortalecendo sua autoestima, empoderamento, capacidade argumentativa e engajamento em espaços de discussão e transformação social.

No que tange à tomada de consciência específica sobre questões étnico-raciais, é válido ressaltar que, a participação em formações e discussões causou impacto significativo na atuação das mulheres no movimento feminista. Essa constatação, evidenciada no Quadro 33 - Tomada de consciência específica relacionada às questões étnico-raciais com impacto na atuação no movimento do qual você participa, nos faz concordar que, se não temos a capacidade de enfrentar e acabar com a dominação nas relações em que há cuidado, parece inimaginável que possamos enfrentar e acabar com ela em outras relações institucionalizadas de poder (hooks, 2019).

Quadro 33 - Tomada de consciência específica relacionada às questões étnico-raciais com impacto na atuação no movimento do qual você participa

Sim minha autovalorização pessoal. (Audre)

Superei uma crise que tinha por ter me aproximado do feminismo pela literatura de Simone de Beauvoir. Consegui dialogar com minha realidade, as críticas a literatura e ressignificar a minha aproximação ao feminismo com uma leitura afetiva a História do feminismo. (Bell)

Com minha visão mais consistente do que é o feminismo para mim, me ajuda a refletir na minha visão da luta antirracista. (Elza)

Sinto que tenho visibilidade, sou reconhecida no movimento. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Em outras palavras, ao se conscientizarem sobre as questões étnico-raciais, as mulheres puderam ampliar sua compreensão sobre as interseções entre gênero e raça, reconhecendo as desigualdades e opressões específicas enfrentadas por mulheres negras e outras mulheres racializadas. Essa consciência pode levar a uma atuação mais inclusiva, empática e engajada, buscando dar voz e espaço para as vozes das mulheres em situação de vulnerabilidade. Verificamos o alcance das dimensões estética, formativa, ética, dialógica e política.

Percebe-se que a tomada de consciência em relação às questões étnico-raciais promoveu a prática da sororidade, fortalecendo a união entre as mulheres e impulsionando ações coletivas em prol da equidade racial. Além disso, pode levar a uma visão mais crítica e consistente do feminismo, incorporando a perspectiva interseccional e buscando formas de combater o racismo e a discriminação racial. Porém, é importante ressaltar que essa tomada de consciência é um processo contínuo e dinâmico, que exige reflexão constante e ação concreta para promover mudanças efetivas, incluindo o autoconhecimento e fortalecimento das relações, como constatado no quadro 34.

A mediação da informação assume um caráter intrinsecamente ligado ao diálogo e à consciência da pessoa mediadora acerca de seu papel central (Gomes, 2014). Portanto, a dimensão dialógica da informação faz parte da atuação da UFL, contribuindo para o aprimoramento das ações mediadas com foco no desenvolvimento do protagonismo social das mulheres.

Quadro 34 - Processo de autoconhecimento e fortalecimento das relações sociais transformadoras na vivência como mulher/mulher negra

Autoconhecimento e autoestima. (Audre)

O autoconhecimento numa perspectiva de mulher política e de luta sem anular a subjetividade. Colocar em prática o chavão 'o pessoal é político'. O autoconhecimento impactou diretamente na minha forma de atuação e convivência em grupo, garantindo um ambiente de compreensão do tempo de cada integrante e de quem vem chegando. (Bell)

Com o conhecimento e acesso às redes sociais onde aprendi participar das reuniões online e fazer as mesmas. (Conceição)

Me permitindo dialogar com pessoas de vários estados para fortalecer nas lutas e pessoalmente também. (Lélia)

O diálogo veio no processo de fortalecimento no meu convívio social, foi transformador. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O diálogo presente nas formações da Universidade Livre Feminista, expresso pelas interlocutoras pode desempenhar um papel significativo no processo de autoconhecimento e fortalecimento das relações sociais transformadoras, especialmente para mulheres e mulheres negras. O compartilhamento de experiências, histórias e perspectivas entre as participantes cria um ambiente propício para a reflexão pessoal e o desenvolvimento de uma consciência mais profunda sobre si mesma.

Ao se conectar com mulheres de diferentes vivências e realidades, as participantes tiveram a oportunidade de ampliar sua compreensão sobre a imbricação entre os marcadores de gênero, raça, classe, além de se tornarem mais sensíveis às diversas formas de opressão e discriminação. Esse processo de diálogo e troca de experiências favoreceu a criação de laços de solidariedade, sororidade e apoio mútuo entre as participantes, fortalecendo as relações sociais transformadoras.

No contexto específico da vivência como mulher negra, o diálogo presente nas formações foi enriquecedor porque, ao compartilharem suas experiências e desafios como mulheres negras, as participantes puderam encontrar apoio, acolhimento e validação de suas vivências. Isso contribuiu para fortalecer a identidade negra e a resistência contra o racismo, além de criar espaços seguros para a expressão e discussão de questões específicas do contexto racial.

De acordo com Henriette Gomes (2009), a dimensão política se manifesta no poder da mediação da informação em capacitar os indivíduos para se tornarem

sujeitos sociais conscientes, capazes de promover mudanças em si mesmos e no mundo ao seu redor.

E o diálogo presente nas formações da Universidade Livre Feminista pode ser um poderoso instrumento de autoconhecimento, fortalecimento pessoal e transformação social. Ele proporciona um espaço de reflexão, aprendizado coletivo e construção de laços solidários, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e racial, e fortalecendo as mulheres em suas lutas individuais e coletivas, assim como enuncia Henriette Gomes (2020) no tocante à dimensão dialógica.

As falas no Quadro 35 - As informações acessadas alteraram a situação enquanto mulher na sociedade patriarcal, racista e heteronormativa em que vive explicitam que as informações acessadas alteraram o conhecimento das interlocutoras enquanto mulheres na sociedade patriarcal, racista e heteronormativa em que vivem, reforçando o impacto transformador do conhecimento adquirido.

Quadro 35 - As informações acessadas alteraram a situação enquanto mulher na sociedade patriarcal, racista e heteronormativa em que vive

Sim com certeza a ótica feminista transforma sua visão de mundo. (Audre)
Sim que ninguém é melhor que ninguém, devemos ajudar uns ao outro a ser melhor como pessoas pra mudar o mundo em que vivemos o mundo que vivemos hoje em dia está, mas no (eu em primeiro lugar) e não é assim devemos ajudar os outros pra ser ajudadas também. (Angela)
Contribuiu para eu dialogar com as minhas inquietações. (Bell)
Sim, empoderamento é tudo!! (Djamila)
Sim, me empoderou num mundo machista. (Lélia)
Alteraram no meu conhecimento e vejo que nós mulheres incomodam por estar conquistando nosso lugar de falar. (Sojourner)

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O conteúdo das respostas nos mostra que as informações às quais as mulheres tiveram acesso por meio da Universidade Livre Feminista causaram um impacto positivo em suas vidas e, sobretudo, no contexto enquanto mulheres de uma sociedade patriarcal, racista e heteronormativa. As pesquisadas mencionaram o empoderamento, a transformação da visão de mundo, o diálogo com suas inquietações e a necessidade contínua de lutar por mudanças como aspectos positivos.

Essas respostas indicam que o conhecimento adquirido por meio das formações da Universidade Livre Feminista permitiu que as mulheres se tornassem mais conscientes das desigualdades e opressões que enfrentam, bem como fortaleceu sua determinação em desafiar e mudar essas estruturas. O empoderamento é mencionado como um elemento-chave nesse processo, capacitando-as a se posicionar, a buscar mudanças e a lutar por uma sociedade mais equitativa. Consta-se também, nos relatos, o alcance da dimensão ética, respeito ao outro, e político, atuação para a transformação do mundo.

E, embora a luta feminista, manifestada em suas diversas formas, desempenhe um papel crucial na formulação e implementação de abordagens para confrontar as múltiplas formas de opressão presentes no sistema machista, racista e capitalista (Santos; Oliveira, 2010), reconhecemos as restrições, oportunidades e obstáculos que tais lutas enfrentam no contexto do capitalismo contemporâneo

No entanto, é importante destacar que cada experiência individual varia e as respostas refletem a perspectiva das interlocutoras. A luta contra as opressões e desigualdades é complexa e contínua, e o impacto das informações pode ser diferente para cada mulher.

Aprendi muita coisa, principalmente a proteção nas redes sociais. Se proteger da violência também na internet, como tem a violência na vida real, tem também a violência contra a mulher nas redes sociais, a perseguição... a questão do racismo... as mulheres atingidas, as mais pobres, as que têm menos escolaridade, nesse caso, as quilombolas e as mulheres indígenas. Eu faço parte do movimento negro na minha cidade, onde as mulheres sofrem mais violências (Conceição).

A fala de Conceição ressalta a importância de abordar o racismo, especialmente quando dirigido contra as mulheres, em todas as suas formas, inclusive nas redes sociais. O depoimento destaca que a violência contra as mulheres não se limita apenas ao mundo físico, mas também se manifesta nas redes sociais. O reconhecimento desse fenômeno é crucial para combater o racismo e outras formas de discriminação que as mulheres enfrentam tanto online quanto *offline*.

Ao mencionar que as mulheres mais afetadas são as mais pobres, com menos escolaridade, quilombolas e indígenas, Conceição ressalta a interseccionalidade das opressões. Ela reconhece que as mulheres enfrentam múltiplas formas de discriminação, que são agravadas quando combinadas com outras formas de marginalização, como a pobreza e o racismo.

O aprendizado sobre a proteção nas redes sociais é uma forma de capacitar as mulheres a se defenderem contra o racismo *online* e a combaterem a violência de gênero em todos os contextos. O empoderamento digital é essencial para garantir que as mulheres tenham acesso seguro e igualitário aos espaços virtuais.

A presença das dimensões da mediação da informação – formativa, dialógica, ética, estética e política –, apresentado por Henriette Gomes (2014, 2019, 2020) é evidente no texto que descreve o impacto do empoderamento das mulheres.

Na **dimensão formativa**, o empoderamento reconhecido pelas mulheres as torna mais fortalecidas para enfrentar desafios. Essa ideia ressalta a dimensão formativa da mediação da informação, pois sugere que o processo de capacitação e aprendizado promovido pela Universidade Livre Feminista (ULF) contribui para o desenvolvimento pessoal e habilidades práticas das mulheres, capacitando-as para lidar com situações desafiadoras.

A **dimensão dialógica** faz menção sobre construir suas vozes e presenças, inclusive no ambiente online, sugere uma dimensão dialógica. Isso implica que as mulheres estão envolvidas em diálogos e interações significativas, tanto dentro da ULF quanto em outros espaços, onde compartilham suas experiências, ideias e perspectivas, contribuindo para a construção coletiva de conhecimento e empoderamento.

A importância do engajamento em atividades de ativismo, o que remete à **dimensão ética** da mediação da informação. Ao incentivar as mulheres a se envolverem em questões relacionadas ao racismo e à violência de gênero, a ULF promove uma abordagem ética que visa à promoção da justiça social, igualdade e respeito pelos direitos humanos.

A presença da **dimensão estética** da mediação da informação pode ser relacionada ao texto através da maneira como as mulheres constroem suas vozes e presenças, tanto *online* quanto *offline*, como parte do processo de empoderamento. Embora a dimensão estética nem sempre seja explicitamente mencionada, ela desempenha um papel fundamental na forma como as mulheres se apresentam e são percebidas em diferentes espaços. Além disso, a **dimensão estética** também pode estar presente na maneira como as mulheres escolhem se expressar artisticamente, seja através da escrita, da música, da arte visual ou de outras formas de expressão criativa. Essa expressão estética pode ser uma forma poderosa de dar voz às suas experiências e de criar conexões emocionais com outras pessoas.

Por fim, a conscientização sobre questões relacionadas ao racismo e à violência de gênero e outros temas que evidenciam a interseccionalidade das desigualdades, com a promoção do incentivo ao ativismo destacam a **dimensão política** da mediação da informação. Isso sugere que as atividades formativas da ULF não são apenas voltadas para o desenvolvimento pessoal das mulheres, mas também para capacitá-las a participar ativamente na transformação social, buscando mudanças positivas em suas comunidades e na sociedade em geral.

Portanto, a presença das dimensões da mediação da informação está intrinsecamente ligada ao processo de empoderamento das mulheres, promovido pela ULF, tanto no ambiente *online* quanto *offline*. Essas dimensões atuam em conjunto para promover transformação, produção de significados e novos conhecimentos, que contribuem para o engajamento das mulheres, fortalecendo-as para enfrentar desafios e defender seus direitos em diversos contextos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo seu caráter interdisciplinar, a Ciência da Informação tem, ao longo de sua trajetória enquanto um campo das Ciências Sociais Aplicadas, se dedicado a debater as diversas questões ligadas às desigualdades sociais, como aquelas pertinentes a relações de gênero, etnia, entre outras.

Esta pesquisa apresenta uma investigação sobre o protagonismo social das mulheres a partir da mediação da informação realizada junto às interlocutoras do processo formativo implementado pela Universidade Livre Feminista. Reconhecer que a mediação da informação atua como um princípio orientador que pode conectar essas diferentes categorias de mediação implica em abordar a informação de maneira apropriada como um fenômeno intrinsecamente social.

Por meio da abordagem dos conceitos de informação, mediação da informação e protagonismo social das mulheres, o estudo traz o argumento da presença das cinco dimensões da mediação da informação – dialógica, formativa, ética, estética e política – no processo formativo efetivado pela ULF, dialogando com as consequências das dinâmicas das opressões sofridas pelas mulheres ao longo da História, enquanto sujeitos de interações, mas também de subordinação às estruturas capitalista, machista e racista.

Como evidencia Henriette Gomes em seus estudos, destacamos que as cinco dimensões da mediação consciente da informação foram alcançadas pela Universidade Livre Feminista. A autora argumenta que, por meio, do alcance articulado das cinco dimensões da mediação da informação – dialógica, formativa, estética, ética e a política – promove-se o protagonismo social.

A questão de pesquisa se alicerçou em compreender como a mediação da informação incide no protagonismo social das mulheres participantes do processo de formação promovido pela ULF, considerando os aspectos individual e coletivo, uma vez que a ULF desempenha uma função de relevante contribuição para a sociedade, especialmente por possibilitar o acesso e a apropriação da informação pelas mulheres de diversos coletivos feministas, distribuídos por todas as regiões do Brasil.

Para alcançarmos esse entendimento de que a mediação da informação impulsiona o protagonismo social das mulheres, o trabalho de pesquisa começou por explorar as dimensões da mediação consciente – formativa, dialógica, política, ética e estética. Isso permitiu compreender as extensões alcançadas pela Universidade Livre

Feminista por meio dos cursos oferecidos, reforçando que sua atuação promove uma mediação da informação pautada nas dimensões dialógica, formativa, estética, ética e política.

De acordo com a investigação teórica e conceitual, entendemos que o protagonismo social representa uma trajetória humanizadora do mundo e, por conseguinte, o promissor desenvolvimento de relações sociais éticas, sobretudo das mulheres.

Os dados qualitativos obtidos por meio dos questionários e entrevistas revelam que a Universidade Livre Feminista desempenha um papel crucial como um ambiente crítico e de diálogo, enriquecido pela criatividade e pela valorização das diferentes perspectivas. Nesse espaço, a mediação da informação é realizada de maneira consciente e contínua, proporcionando a apropriação da informação sobre direitos das mulheres, feminismo, direitos, racismo, relação com as tecnologias, entre outros temas. A produção de novos conhecimentos, expressos nos relatos permite afirmar o alcance das cinco dimensões da informação, através da mediação da informação dinamizada pela ULF. Importante ressaltar que o alcance das dimensões não ocorre de forma automática e linear, é um movimento dialético e processual.

Pelo exposto, a pesquisa apresentada alcança seu objetivo geral que foi analisar a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista como uma estratégia que favorece o protagonismo social das mulheres, impactando nas percepções sobre os direitos das mulheres e na relação com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Tal afirmação é corroborada pelos objetivos específicos expostos na análise e discussão dos dados, ao se descrever o processo de mediação da informação delineado pela ULF, desenvolvido por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação; ao apresentar seus conteúdos do processo formativo; e, por fim, verificar como as mulheres participantes das formações se apropriam das informações mediadas pela Universidade Livre Feminista, colaborando para o alcance do protagonismo social.

Afirmamos neste estudo que a mediação da informação atua como um alicerce capaz de guiar a interconexão entre essas dimensões de mediação da informação, abordando a informação como um fenômeno de natureza social. Nesse sentido, o empoderamento individual ou pessoal reflete no empoderamento comunitário, o qual abrange a capacitação de grupos ou indivíduos, promovendo a busca pelo

engajamento à luz da apropriação da informação e a produção de novos conhecimentos.

A ampla gama de cursos e iniciativas promovidas pela ULF contribui para o enriquecimento do autoconhecimento e empoderamento das participantes em diversas áreas, abordando diferentes perspectivas e necessidades no âmbito da ótica feminista.

A equidade de gênero e o enfrentamento ao racismo no acesso e apropriação das TDICs é fundamental para garantir que as mulheres tenham a mesma oportunidade de se beneficiar das informações, recursos e oportunidades disponíveis *online*. É importante continuar promovendo a inclusão digital e combatendo as desigualdades de gênero e raça no ambiente digital.

Ao compartilhar suas experiências, desafios e conquistas, as interlocutoras puderam se sentir mais empoderadas e encorajadas a valorizar sua própria identidade e trajetória. Além disso, o diálogo nas formações permitiu o aprendizado coletivo e a troca de conhecimentos, fortalecendo as relações sociais transformadoras e a valorização de si, o reconhecimento das mulheres de suas potencialidades e das possibilidades de atuação transformadora no mundo. No entanto, torna-se necessário destacar que o aprendizado é um processo contínuo e que sempre há espaço para expandir os conhecimentos e significados sobre os fenômenos.

Ao abranger uma variedade de experiências, a pesquisa apresenta a pluralidade de vozes que contribuem para a construção de um movimento feminista inclusivo e interseccional. As desigualdades de gênero se entrelaçam com as desigualdades raciais e étnicas, criando interseções complexas que impactam diretamente as experiências de vida dessas mulheres, que não puderam ser aprofundadas na presente pesquisa.

Conclui-se que a ULF desenvolve uma metodologia em favor do protagonismo social das mulheres, pautada nas dimensões da mediação consciente da informação sobretudo por se constituir em práticas e processos educativos enquanto alicerce da ação política feminista de transformação social da situação social das mulheres. A atuação protagonista das interlocutoras se configura ao demonstrarem transformação pessoal, resistência e enfrentamento das contradições da sociedade patriarcal, machista e racista, resultado que consideramos embasados nas dimensões da informação dialógica, formativa, estética, ética e política delineadas pela Universidade

Livre Feminista, promovendo, assim, a ação coletiva das mulheres por meio de diversos processos de formação e a geração de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Assédio é principal violência a meninas e mulheres em ambiente virtual. 4 dez. 2021. **Agência Brasil**. Brasília: EBC, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-12/assedio-e-principal-violencia-meninas-e-mulheres-em-ambiente-virtual>. Acesso em: 15 abr. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Carlos Cândido de; BASTOS, Flavia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos Histórico Sociais da Ciência Da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/reic/article/view/749>. Acesso em: 15 abr.2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (orgs.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. 278p.p.9-32.

AQUINO, Ellen Larissa de Carvalho. **Da participação ao ativismo**: as tecnologias da informação e comunicação aliadas ao feminismo. 2015. 112 f. TCC em Tecnologias da Informação e Comunicação, Universidade Federal de Santa Catarina Araranguá, 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2981/1045>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ÁVILA, Maria Betânia. Mulher e natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e o sistema patriarcal. In: **Cadernos Crítica Feminista**. Ano VI, n. 5, dez. 2012.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*; São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Carmem Lúcia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210-234, maio/ago. 2018 Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/89067>. Acesso em: 15 jul. 2022

BENETTI, Marcia. *Análise de Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. (Col. Feminismos Plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Ellen Valotta Elias; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Apropriação: um pilar central da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, out./dez. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/202314>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRAGA, Denise Bértoli (Org.). **Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRANCO, Sophia. **Nas rodas e nas redes**: uso da internet por mulheres de movimentos populares. Brasília: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2020.

BRUNET, Karla Schuch; NATANSOHN, Graciela. Labdebug: práticas de cultura digital livre para mulheres. In: GALINDO, Dolores; LEMOS, Leonardo (Org.). **Gênero e tecnologias, tecnologias do gênero**: estudos, pesquisas e poéticas interdisciplinares. Cuiabá, MT: UFMT, 2012. 202 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (BRASIL). Mulheres encabeçaram a lista dos mais votados em oito estados e no Distrito Federal, 2022. **Agência Câmara de Notícias**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1 p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CARDONA, Natalia Duque; FERNÁNDEZ, María Camila Restrepo. El conocimiento situado en la Bibliotecología y Ciencia de la Información (CI): desafíos en el Antropoceno. **Iiinc em Revista**, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/iinc.vXXiX.XXXX>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. **Dossier**: el pensamiento de Lélia Gonzalez, un legado y un horizonte. 2019. Disponível em:

<<https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/Dossier-Lelia-Gonzalez-2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. *In: Lasa Forum*. 2019. p. 44-49.

CARDOSO, Claudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. 13 MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO 11 – TRANSFORMAÇÕES, CONEXÕES, DESLOCAMENTO. 2017. **Anais**. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARMO, Ruleandson do; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual em periódicos Ibero-Americanos. **Informação e Sociedade**. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43934> Acesso em: 10 mar. 2021

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. *In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma Outra Comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, Luciana Zenha; FLAUZINO, Ramon Orlando de Souza; NASCIMENTO, Silvania Sousa do. Comunidades colaborativas online. Você faz parte de qual rede social? *In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). Cultura informacional e liderança comunitária*: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

CORREIO BRASILIENSE. **Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil**: mulheres recebem 79,5% do total da remuneração de um homem, mas esse cenário é ainda mais injusto quando o valor pago pela mesma posição e função é diferente. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>. Acesso em: 10 jun. 2021

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados

quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; MARTINS, Gracy Kelli. Protagonismo social das mulheres na associação nacional de pesquisa em ciência da informação: apontamentos iniciais. *In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Org.) O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas.* Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 281-322.

CORTÊS, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Feminismo Negro, interseccionalidade e Mediação da Informação.** Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/1185>

Acesso em: 18 abr. 2024

COSTA, Daysene de Araújo; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. **Apropriação da informação, empoderamento e protagonismo social:** análise da obra quarto de despejo. RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 14, n. 1, p. 45 - 69, jan./abr. de 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, n.1, p. 171-188. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEMINGER, Carlise Clerici; OLIVEIRA, Rafael Santos de. **Protagonismo ascendente:** o ativismo online nas lutas feministas. *Derecho y Cambio Social.* Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista039/PROTAGONISMO_ASCENDENTE_LUTAS_FEMISTAS.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Org.). **O tempo das redes.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**. v. 14, n.2, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389/4877>. Acesso em: 15.set. 2016.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida Varela. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investigación bibliotecológica**, v. 31, n. 73, septiembre/diciembre, 2017, México, ISSN: 2448-8321. pp. 91-110.

FRANCHON, Ana. Mulher e Tecnologia: A assimilação e utilização do mundo digital pelas executivas da área de comunicação do Santander Banespa. **Razón y palabra.** Primeira Revista Electrónica en America Latina Especializada en Comunicación. Marzo, 2005, n. 43. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n43/afranchon.html>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GARCIA, Carla Cristina. Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais. *In*: PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica. (Orgs.). **Raça e gênero**: discriminações, interseccionalidades e resistências. São Paulo: EDUC, 2020. p.49-64

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho *et al.* (org.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 13 jun. 2021.

GONZÁLEZ TERUEL, Aurora. **Los estudios de necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Trea, 2005.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica de luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – Jul./Dez. 2017 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <https://seer.ufu.br/article/download> Acesso em: 25 jul. 2021

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e Raça. *In*: **Raça**: novas perspectivas antropológicas. SANSORE, Lívio, PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008, p. 63-82. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf Acesso em: 12 set. 2016.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 26, n.1, p. 61-73, jun. 2014.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16. Brasília, jan.-abril 2015, pp. 193-210. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15. Set. 2021.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE (BRASIL). AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acesso em: 15 set. 2022.

JESUS, Ingrid Paixão de; GOMES, Henriette Ferreira. Dimensões da mediação da informação e suas contribuições para a formação do mediador da leitura: aproximações teóricas e empíricas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/165937>. Acesso em: 14 ago. 2022.

LE COADIC, Ives-François. **A ciência da informação**. Brasília (DF): Brinques de Lemos, 1996.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes

LIMA, Dulcilei da Conceição; OLIVEIRA, Taís Oliveira. Mulheres negras, tecnologias e resistência. **Digilabour**, 2021. Disponível em: <https://digilabour.com.br/mulheres-negras-tecnologias-e-resistencia/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix. Protagonismo social das mulheres na produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em ciência da informação (1994-2019). 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021

MARTELETO, Regina Maria. Jovens, violência e saúde: construção de informação nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/751>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu** (56), 2015. Cadernos Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kb7C5tVWZP7nppBDSQjNqTm/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Informação e mediação: lutas pela significação do real. *In*: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

MATOS, Marlise. Feminismo. *In*: FLEURY-TEIXERIA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (org.). **Dicionário Feminino da Infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

MAYER, Claudia (Org.). **Ciberfeminismo**: tecnologia e empoderamento. União da Vitória: Monstro dos Mares, 2017.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 301-331, dez. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228616500_A_producao_cientifica_brasileira_no_feminino Acesso em: 15 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Sylvia Helena Morales Horiguela de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Informação, conhecimento e gestão de projetos: da sistematização de princípios à aplicação em ambientes acadêmicos para captação de recursos à pesquisa. *In*: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. 187p

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para a pesquisa em ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina. A "informação construída" nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5679>. Acesso em: 09 abr. 2022.

NATANSOHN, Graciela (Org.) **Internet em código feminino**: teorias e práticas. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. E-Book.

NATANSOHN, Graciela. O que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? *In*: NATANSOHN, Graciela (Org.) **Internet em código feminino**: teorias e práticas. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. E-Book.

NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. p.863-872, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/x4Ct7sJ4krY7wzGH5XX57nR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 abr. 2024.

NUNES, Jefferson Veras; CARNEIRO, Barbara Luisa Ferreira. Dos estudos de usuários a noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática.

InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 150-168, set. 2018/fev. 2019
DOI: 10.11606/ISSN.2178-2075.v9i2.p150-168.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

PAES, Bárbara. **Acesso à informação e direito das mulheres** [livro eletrônico] / Bárbara Paes. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. 2MB, PDF.

PAZ, Mônica de Sá Dantas. Ciberfeminismos na comunidade software livre do Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica. (Orgs.). **Raça e gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências**. São Paulo: EDUC, 2020.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 114 – 139, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245222.114-139>>. Acesso em: 14 de jun. 2018.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Novos saberes para o século XXI. **Novos saberes para a Educação**. Rio de Janeiro: ACERP, p. 9-25, 2013.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Org). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

PINTO, Regina Celi. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PISCITELI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez., pp. 263-274, 2008.

RAMOS, Sérgio. **Tecnologias da Informação e Comunicação: Conceitos Básicos**. Aveiro: Esms, 2008. 17 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/877920-Tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43>
Acesso em: 20 ago. 2023.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur 24 - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13, n. 24, 99-104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Marcela Arantes; DE ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Da mediação a apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-17, 2022.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf. Novos letramentos no ensino plurilíngue de inglês na universidade: mediando possibilidades de práticas participatórias. *In*: BRAGA, Denise Bértoli (Org.). **Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social**. São Paulo: Cortez, 2015.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: <https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf> Acesso em: 27 nov.2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O conceito de mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br>. Acesso em: 08 maio 2021.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6848> Acesso em: 15 out. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Traduzido pelo SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. Mulheres enredadas no mundo real e virtual: a luta por direitos no contexto das comunidades tradicionais no estado do Ceará. p. 45-66. *In*: BRANCO, Sophia. **Nas rodas e nas redes**: uso da internet por mulheres

de movimentos populares. Brasília: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2020.

SERPA, Bibiana *et al.* **Universidade Livre Feminista 13 anos**: trilhas de uma pedagogia feminista na internet. João Pessoa: Livreditora, 2023.

SILVA Franciéle Carneiro Garcês da; ROMERO, Nathália Lima. (Org.) **O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. 526 p. Disponível em: <<https://www.acbsc.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; Dirnéle Carneiro Garcez; et al. Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. **Anais XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 25 a 29 de outubro de 2021.

SILVA, Aurekelly Rodrigues. **Asas da informação**: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo. 2020. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Carmen (Org). **Mais direitos e mais poder para as mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

SOARES, Amanda Cantú Rodrigues; MAZZARINO, Jane Márcia. Feminismo de internet: como as redes sociais contribuem para o desenvolvimento da Quarta Onda Feminista no Brasil. **Contratexto**, n. 36, dez., 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

TACUSSEL, Patrick. O imaginário social, valores e representações coletivas. *In*: ESCOSTEGUY, Carolina D. (Org.). **Comunicação, cultura e mediações tecnológicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

TERTO, Ana Luisa Vasconcelos de; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. A prática informacional dos usuários de um sistema de informação a partir de uma perspectiva compreensiva. **Biblios**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, Lima, n. 54, p. 52-60, 2014.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. **Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación**. Ingeniería en comunicación social, n. 90 Jun./ago. 2015. Disponível em: <https://razonypalabra.net/index.php/ryp/article/view/334> Acesso em: 21 de mar. 2020.

VASCONCELOS, Mayara Cintya do Nascimento; FARIAS, Gabriella Belmont de. Autoria feminina em Ciência e Tecnologia: cenário sobre a produção científica na Ciência da Informação. **Convergências em Ciência da Informação**; v. 3, n. 2, pp. 5-21, 2020.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, 01 ago. 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Prezada participante,

É com imensa satisfação que conto com sua participação na pesquisa de doutorado **Universidade Livre Feminista: uma metodologia em favor do protagonismo social das mulheres pautada nas dimensões da mediação consciente da informação** com o objetivo de analisar e descrever a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista como uma estratégia de fortalecimento do protagonismo social das mulheres.

É muito bom compartilhar as vivências e experiências de cada uma de vocês sobre como o processo formativo da Universidade contribuiu que vocês pudessem exercer o protagonismo e empoderamento numa sociedade desigual, sobretudo para as mulheres.

Muito obrigada pela participação!

IDENTIFICAÇÃO

1. Autodeclaração étnico-racial
2. Orientação sexual
3. Identidade de gênero
4. Idade
5. Escolaridade
6. Cidade/estado que reside
7. Formação e/ou atividade profissional
8. Quantos cursos da Universidade Livre Feminista você participou? Quais?
9. Quando ou qual período você participou dos cursos?

Pergunta 1: Como você teve acesso à Universidade Livre Feminista?

Pergunta 2: Quais foram as principais razões que a motivaram a participar das formações oferecidas pela Universidade Livre Feminista?

Pergunta 3: Comente/discorra sobre as informações que você acessou no curso.

Pergunta 4: As formações da Universidade Livre Feminista pontuaram os desafios relacionados a questões de gênero, raça e feminismo? De que forma?

Pergunta 5: Qual a sua concepção de feminismo? Houve alguma alteração do seu conhecimento após o curso?

Pergunta 6: Na sua ótica, quais os desafios que as mulheres enfrentam na sociedade?

Pergunta 7: Para você as formações da Universidade Livre Feminista são acessíveis a mulheres de diferentes realidades socioeconômicas? Como?

Pergunta 8: Você percebeu alguma mudança no seu pensamento e na sua forma de agir após as formações? Se sim, de que maneira isso impactou em sua vida?

Pergunta 9: Você acredita ter tomado alguma decisão que identifica como consciente após participar das formações da Universidade Livre Feminista?

Pergunta 10: Quais os tipos de informação divulgadas pela Universidade Livre Feminista você considera importantes?

Pergunta 11: As informações abordadas tiveram algum impacto na sua experiência enquanto mulher?

Pergunta 12: Você identifica alguma tomada de consciência específica relacionada às questões étnico-raciais que tenha impactado sua atuação no movimento do qual você participa?

Pergunta 13: Quais as dificuldades relacionadas com o acesso e compreensão das informações sobre os assuntos/temas abordados pela Universidade Livre Feminista foram superadas depois de participar das formações?

Pergunta 14: Qual sua ótica sobre as mediações das informações disseminadas pelo site?

Pergunta 15: As informações que você teve acesso alteraram a sua situação enquanto mulher na sociedade patriarcal, racista e heteronormativa que vivemos?

Pergunta 16: Houve alguma mudança nos seus conhecimentos após a mediação da informação delineada pela Universidade Livre Feminista?

Pergunta 17: Como você teve acesso e com que frequência você acessa o site da Universidade Livre Feminista?

Pergunta 18: Como você avalia o site e as tecnologias de informação?

Pergunta 19: Após a conclusão do curso você continua acessando as informações do site? Já divulgou para outras mulheres?

Pergunta 20: Você considera que as informações trabalhadas pela Universidade Livre Feminista nas formações e nos materiais disponíveis no site e nas redes sociais fortalecem o empoderamento? De que forma?

Pergunta 21: Quais informações você acessa no site e nas redes sociais da Universidade Livre Feminista?

Mais uma vez agradecemos sua colaboração. E fique à vontade para falar ou fazer algum comentário sobre algo que considera importante e que não foi abordado.

APÊNDICE B – EMENTAS DOS CURSOS

Curso Navegando Juntas pelos Desafios da Internet

Objetivo: provocar um debate sobre os impactos da internet nas nossas vidas, contribuindo para a ampliação da reflexão crítica sobre o nosso uso da internet e para aprendermos a mexer melhor em ferramentas simples que estão muito presentes no nosso cotidiano.

Metodologia: o curso percorre 5 trilhas para aprofundar os nossos conhecimentos sobre a internet. em cada trilha teremos diferentes momentos:

Barca: encontro síncrono em plataforma de vídeo-conferência com convidadas que apresentam questões sobre o tema da trilha. neste momento todas as educandas estão no mesmo espaço virtual e podem dialogar sobre o tema e fazer perguntas às convidadas.

Jangada: grupos de trabalho menores, com cerca de 20 mulheres. o diálogo do momento jangada acontece nos grupos de mensagens, mediados por uma educadora. nestes grupos, os debates podem ser aprofundados e as tarefas práticas propostas pelos manuais podem ser realizadas coletivamente.

Porto do autocuidado: encontro síncrono em plataforma de vídeo-conferência com dinâmicas voltadas para o autocuidado e o cuidado entre ativistas. neste momento todas as educandas estão no mesmo espaço virtual e participam da atividade.

Entrelaçando redes: lives com convidadas que aprofundam o tema da trilha, buscando trazer tensionamentos e outras formas de encarar a temática. é uma atividade aberta, veiculada através do canal do Youtube da universidade livre feminista.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).